

**UNINOVE - Universidade Nove de Julho**

**CELSO FERRAZ GONÇALVES**

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PARADIGMAS LEGAIS DAS  
ATIVIDADES DE PESQUISA DISCENTE NO ENSINO MÉDIO  
DO GRANDE ABCD PAULISTA**

**SÃO PAULO**

**2016**

**UNINOVE - Universidade Nove de Julho**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS (PROGEPE)  
LINHA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL (LIPIGES)**

**CELSO FERRAZ GONÇALVES**

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PARADIGMAS LEGAIS DAS  
ATIVIDADES DE PESQUISA DISCENTE NO ENSINO MÉDIO  
DO GRANDE ABCD PAULISTA**

Dissertação apresentada para fins de defesa pública, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais – PROGEPE - Universidade Nove de Julho - UNINOVE.

Orientador: Prof. Me. Gustavo Gonçalves Ungaro.

**SÃO PAULO**

**2016**

Gonçalves, Celso Ferraz.

A gestão escolar e os paradigmas legais das atividades de pesquisa discente no ensino médio do grande ABCD paulista. / Celso Ferraz Gonçalves. 2016.

137 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

Orientador (a): Prof. Me. Gustavo Gonçalves Ungaro.

1. Atividades de pesquisa. 2. Ciência. 3. Conhecimento. 4. Ensino Médio. 5. Normas legais.

I. Ungaro, Gustavo Gonçalves.

II. Título

CDU 372

**A GESTÃO ESCOLAR E OS PARADIGMAS LEGAIS DAS  
ATIVIDADES DE PESQUISA DISCENTE NO ENSINO MÉDIO DO  
GRANDE ABCD PAULISTA**

**CELSO FERRAZ GONÇALVES**

Dissertação apresentada para fins de defesa pública, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais – PROGEPE - Universidade Nove de Julho - UNINOVE.

São Paulo, 29 de março de 2016 (14:00h).

---

Presidente: Prof<sup>o</sup> Gustavo Gonçalves Ungaro, Me. – Orientador, UNINOVE

---

Membro externo: Prof<sup>o</sup> Carlos Antônio Giovinazzo Júnior, Dr., PUC-SP

---

Membro interno: Prof<sup>o</sup> Antônio Joaquim Severino, Dr., UNINOVE

---

Membro suplente externo: Prof<sup>a</sup> Eliete Jussara Nogueira, Dra., UNISO

---

Membro suplente interno: Prof<sup>a</sup> Amélia Silveira, Dra., UNINOVE

Bibliotecário: \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## DEDICATÓRIA

Dentre os inúmeros sinônimos possíveis para dedicação quero destacar três; afeto, empenho e amor que esclarece bem as pessoas a quem dedico esse espinhoso e desafiador processo de construção de conhecimento científico através dos estudos desses anos. Dedico ao meu pai Genário Saraiva Gonçalves que mesmo com nível básico de estudo sempre incentivou, encorajou a mergulhar nos livros e sempre apoiou todas as minhas decisões relacionadas aos estudos, ao meu irmão Fernando Ferraz Gonçalves parceiro de todas as horas, travessuras, alegrias, machucados, viagens e outras tantas que a vida nos proporcionou e em especial as mulheres de minha vida; Ilda Ferraz Gonçalves (irmã) que sempre foi um exemplo de mulher estudiosa e carinhosa com seus três irmãos menores (Mariana Ferraz Gonçalves, Fernando e eu), Priscila Fiorotto (esposa) essa companheira “paciente”, dedicada e prestativa de todos os momentos, com a certeza que nesse grande passo de minha vida continuou da mesma forma “sempre juntos”, à minha sogrinha Lourdes Garcia Fiorotto por me auxiliar com sua oração e na “paciência” de minha cônjuge, às minhas sobrinhas AnaLuskinha, Gabiruskinha (Ruruuuu) e tu Caroline Medeiros Gonçalves “Cisco” por me proporcionarem esse carinho singular e, para encerrar Marilda Aparecida Ferraz Gonçalves (simplesmente mamãe ou para o seu filho predileto, minha baixinha) a responsável por estar no mundo, por esse cuidado e dedicação que somente uma mãe tem por sua cria, hoje graças a tudo o que passamos em nossa peculiar história de alegrias, entaves, vitórias, broncas, sorrisos, lágrimas, suor e conquistas estou efetivando mais esta etapa. Minhas mulheres, eu amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

Ao PROGEPE-UNINOVE – Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho, aos participantes do Grupo Gestão Educacional Contemporâneo (GRUGEC), devidamente inscrito no Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq) e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por oportunizar e auxiliar os estudos de professores.

Aos amigos do PROGEPE-UNINOVE, ops, as amigas da turma da Linha de Pesquisa e de Intervenção Gestão Educacional (LIPIGES) Aline Rodrigues da Silva, Kaciana Amorim, Rita Aparecida de Cristina e Verônica Cosmo Barbosa que lutaram, do mesmo modo, para elaboração e finalização de seus projetos de pesquisa. Mas também, não poderia deixar de agradecer nossa amiga Cristina Amedor Pedrosa Pedro, que infelizmente por motivos de força maior, não está concluindo o mestrado conosco, apesar de, continuarmos na torcida para que realize essa etapa em breve. Muito obrigado, meninas!

Agradeço a grande colaboração dos amigos Luiz Brás dos Santos Andrade e Nélia dos Santos pelo empenho e doação de tempo para acompanhar e ajudar nas etapas desse árduo desenvolvimento da pesquisa.

A minha amiga Maria Inês dos Santos que magicamente dispôs um tempo que não tínhamos para conciliar as obrigações e os estudos, por toda energia positiva que passa aos seus pares de trabalho.

Aos pais, alunos, funcionários e professores da escola estadual Fábio Eduardo Ramos Esquível (2010 – 2015) pelo apoio, confiança, ensinamentos, discussões, discordâncias e vivenciados durante o exercício do cargo de Coordenador Pedagógico. Ajudando-me no aprendizado acerca da gestão escolar. Prezados Professores da mesma Unidade Educacional: vocês são parte desse trabalho!

As meninas e professoras Andreia Hartner, Elza Guedes e Gláucia Donizete pela fineza aos meus pedidos de cooperação.

Ao professor Me. Ronaldo Gomes Neves por disponibilizar tempo para prestar assistência na marcha final desta dissertação.

Grato a Coordenadora Pedagógica do Ensino Médio Cláudia Maria Ferreira pela parceria desses anos e por disponibilizar espaço para o projeto Fórum de Iniciação Científica Fábio Eduardo Ramos Esquível – FICFERE, prática pedagógica que motivou-me nessa árdua tarefa de pesquisa.

Aos professores e gestores que gentilmente cederam parte de seu precioso tempo e participaram desta pesquisa.

Ao professor Dr. Jason Ferreira Mafra, coordenador do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) por todo o suporte disponibilizado e pela oportunidade de ingresso no curso.

À contribuição de todos os professores e professoras Dra. Cláudia Geórgia Sabba, Dr. Jason Ferreira, Dr José Eustáquio Romão, Dr. Leonel Cezar Rodrigues, Dra. Lígia de Carvalho, Dra. Roberta Stangherlim, Dra Rosemary Roggero, em benemérito ao Dr. José Eduardo de Oliveira Santos pela partilha de conhecimentos e incentivo na pesquisa e elaboração dessa dissertação.

A todos os gentis funcionários da secretaria (PROGEPE-UNINOVE), agradeço na pessoa da Aline.

De maneira especial, minha profunda gratidão à querida Profa. Dra. Amélia Silveira, com quem, com seu jeito carinhoso, amoroso e sempre “muito bem organizado”, sobretudo, atenciosa com suas “crias” da Gestão, me auxiliou do início ao final dessa trajetória.

Antes de mais nada agradecer ao professor Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Júnior por ter aceitado compor a banca examinadora desse trabalho e primordialmente pelas orientações e sugestões assertivas para aprimoramentos da construção desse documento no âmbito do mestrado profissional.

A fomentação provida do Dr. Antônio Joaquim Severino com sua humildade, sabedoria, tranquilidade e bondade em abraçar um rapaz desconhecido, nesse caso eu, por acreditar ou ter curiosidade de ver o que um novato em pesquisas estava querendo apresentar de novidade, sobre atividades de pesquisa, assunto esse o qual o Senhor é *Hors Concours*.

A todos meus amigos que torceram fervorosamente para que este meu projeto de vida desse certo.

E por último ao meu professor orientador Me. Gustavo Gonçalves Ungaro transversalmente por sua paciência, tranquilidade, serenidade e observações “legais” a qual lhe cabe por sua trajetória, estudo e dedicação no âmbito do Direito.

## **TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

Eu Celso Ferraz Gonçalves, na condição legal e detentor dos direitos autorais sobre esta dissertação de Mestrado, com fundamento nos Artigos 28 a 33 da lei Federal nº 9610/98, autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total e parcial deste trabalho final por processos de fotocopiadoras e eletrônicos.

Esta autorização estende-se à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a qual autoriza exclusivamente para os mesmos fins acadêmicos e científicos, a utilização, divulgação, publicação e o acesso à consulta de terceiros, para fins idênticos, no todo ou em parte, do presente trabalho acadêmico, desde que citada a devida autoria.

---

Celso Ferraz Gonçalves

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José Martiniano de Alencar

Gonçalves, C. F. (Dissertação de Mestrado). A Gestão Escolar e os Paradigmas Legais das Atividades de Pesquisa Discente no Ensino Médio do Grande ABCD Paulista. Programa de Mestrado Profissional em Educação. Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2016.

## RESUMO

A preocupação dos pesquisadores atuais sobre as atividades de investigação discente recai no âmbito universitário, o baixo número de explorações e discussões sobre as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio(EM), revela certa desatenção sobre a importância dessa alternativa pedagógica que, propicia aos alunos da educação básica o contato com a ciência em outra perspectiva, ou seja, participação direta na construção de seu aprendizado através da produção de conhecimento científico. Dessa forma, o objetivo da perquirição é analisar a realização das atividades de pesquisa discente no EM da região do Grande ABCD Paulista e, ainda, por meio de revisão bibliográfica, fundamentar os princípios para sua presença na prática e o arrolamento das leis que definem e orientam as atividades de investigação. Este estudo se volta, assim, para as atividades de pesquisa discente na instrução pública, tendo como objeto o sistema educacional estadual, especificamente, as escolas estaduais. Trabalhar as atividades de pesquisas discentes no EM ultrapassa o incentivo a cumprir um procedimento curricular e possibilita aos envolvidos maior aprendizado. Aos olhares legais e normativos, essa vivência na atividade de exploração deveria ser atividade normal nas escolas, configurada como direito e possibilidade de alunos e professores, conforme descrito nos artigos da Lei n.º 10.522/2000 e proposto em documento internacional redigido pela UNESCO. Essa lei direciona os procedimentos para implementar as atividades de pesquisa discente no EM, contudo, os resultados da pesquisa de campo apontam que poucos a colocam em prática ou sequer a conhecem. Para o delineamento metodológico, considera, o distanciamento entre determinações oficiais (legislação) e prática sobre as atividades de pesquisa discente, para tanto, realizou um diagnóstico situacional, em que foi levantado se existem e, posteriormente, investigar como apresentam essas atividades. Realizar, concretizar e refletir sobre esse trabalho, sem dúvida, é um desafio aos profissionais envolvidos com a formação na educação básica, que partilham os saberes apreendidos, para a construção de uma escola de sujeitos pensantes, adequada à realidade humana e de melhor qualidade, aproximando a prática das normas legais.

**Palavras-chave:** Atividades de pesquisa. Ciência. Conhecimento. Ensino Médio. Normas legais.

Gonçalves, C. F. (Thesis). The School Management and Student Legal Paradigms of Research Activities in High School of the Grande ABCD Paulista. Professional Master's Program in Education. University Nine July. São Paulo, 2016.

## **ABSTRACT**

The concern of current researchers on student research activities lies in the university environment, the low number of research and discussion on student research activities in high school (HS), reveals a certain lack of attention on the importance of this educational alternative that provides students basic education contact with science in another perspective, namely, direct participation in the construction of their learning through the production of scientific knowledge. This way, the objective of the research is to analyze the performance of student research activities in HS of the Grande ABCD Paulista region and also through literature review support the principles for its presence in practice and the enrollment of laws that define and guide research activities. This study back this way for student research activities in public education, having as object the state educational system, specifically, the state schools. Working activities of students in research HS exceeds the incentive to comply with a curriculum procedure and enables higher learning involved. The legal and regulatory looks, this experience in research activity should be normal activity in schools, configured as a right and opportunity to students and teachers, as described in the articles of Law No. 10,522 / 2000 and proposed an international document drawn up by UNESCO. This law directs the procedures to implement the student research activities in HS, but the result of those research shows that few put it into practice or even the know. For the methodological design, consider the official determinations (legislation) of distancing and practice on student research activities, therefore, we conducted a situational diagnosis, where he was raised up there and then investigate how have these activities. Perform, implement and reflect upon this work, of course, is a challenge to the professionals involved with training in basic education, who share the knowledge learned, to build a school of thinking subjects, appropriate to the human reality and of better quality, approaching the practice of legal norms.

**Key-words:** Research Activities. Science. Knowledge. High School. Legal Standards.

Gonçalves, C. F. (Tesis). La Escuela de Gestión y Estudiantiles Paradigmas Jurídicos de las Actividades de Investigación en la Escuela Secundaria de la Grande ABCD Paulista. Programa de Maestría Profesional en Educación. Universidad Nueve de Julio. São Paulo, 2016.

## RESUMEN

La preocupación de los investigadores actuales sobre las actividades de investigación de los estudiantes se encuentra en el entorno universitario, el bajo número de la investigación y el debate sobre las actividades de investigación de los estudiantes en la escuela secundaria (ES), revela una cierta falta de atención en la importancia de esta alternativa educativa que proporciona a los estudiantes contactos de educación básica con la ciencia en otro punto de vista, a saber, la participación directa en la construcción de su aprendizaje a través de la producción de conocimiento científico. Por lo tanto, el objetivo de la investigación es analizar el desempeño de las actividades de investigación de los estudiantes en ES de la región de la Grande ABCD Paulista y también a través de revisión de la literatura apoyar los principios de su presencia en la práctica y la inscripción de las leyes que definen y orientar las actividades de investigación. Este estudio de regreso tanto para las actividades de investigación de los estudiantes en la educación pública, teniendo como objeto el sistema educativo estatal, en concreto, los colegios públicos. Actividades de los estudiantes que trabajan en ES la investigación excede el incentivo para cumplir con un procedimiento de plan de estudios y permite altos estudios en cuestión. Las miradas legales y reglamentarios, esta experiencia en la actividad de investigación debería ser la actividad normal en las escuelas, se configura como un derecho y la oportunidad a los estudiantes y profesores, como se describe en los artículos de la Ley N ° 10.522 / 2000 y propuso un documento internacional elaborado por UNESCO. Esta ley ordena los procedimientos para poner en práctica las actividades de investigación de los estudiantes en la ES, pero los resultados del estudio muestran que pocos la ponen en práctica o incluso los saben. Para el diseño metodológico, considere las determinaciones oficiales (legislación) de la distancia y la práctica de actividades de investigación estudiantil, por lo tanto, se realizó un diagnóstico de situación, donde fue criado allí y luego investigar cómo tienen estas actividades. Realizar, implementar y reflexionar sobre este trabajo, por supuesto, es un reto para los profesionales que intervienen en la formación en la educación básica, que comparten los conocimientos aprendidos, para construir una escuela de sujetos pensantes, adecuados a la realidad humana y de mejor calidad, acercarse a la práctica de las normas jurídicas.

**Palabras-clave:** Las Actividades de Investigación. Ciencia. Conocimiento. Escuela Secundaria. Normas Legales.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Escolas apresentadas pelas Diretorias de Ensino e SEESP.....	64
Quadro 2	Correlação das questões com os artigos da lei 10.522/2000.....	66
Quadro 3	Datas das solicitações e respostas.....	67
Quadro 4	Datas e procedimentos nas escolas apresentadas.....	70
Quadro 5	Cotejamento entre: projetos e diretrizes da lei 10.522/2000.....	77
Quadro 6	Quadro de incidência de respostas para as questões do Questionário de Análise.....	80
Quadro 7	Percentuais de incidência de respostas referentes aos artigos da lei 10.522/2000.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFAF	Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional
CF	Constituição Federal do Brasil
CGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DE	Diretoria de Ensino
DEGEB	Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EE	Escola Estadual
EEPG	Escola Estadual de Primeiro Grau
EM	Ensino Médio
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
EPSJV	Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEBRACE	Feira Brasileira de Ciências e Engenharia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
GABCD	Região do Grande ABCD paulista, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema
GRUGEC	Grupo Gestão Educacional Contemporâneo
IC-Jr	Iniciação Científica Júnior
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIPIGES	Linha de Pesquisa e de Intervenção Gestão Educacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNEMs	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEBII	Professor da Educação Básica – 6º a 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Ensino Médio
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional para a Educação
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODESC	Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares
PROGEPE	Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais
PROVOC	Programa de Vocação Científica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SBC	Cidade de São Bernardo do Campo
SEESP	Secretária da Educação do Estado de São Paulo
SIC	Sistema Integrado de Informações ao Cidadão
SP	São Paulo
UE	Unidade Escolar
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISO	Universidade de Sorocaba
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	17
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	22
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA .....	23
1.3 ESTRUTURA DE PESQUISA .....	24
<b>2 A LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A PESQUISA NO ENSINO MÉDIO: CF, LDB, UNESCO E LEI 10.522/2000</b> .....	26
<b>3 A PESQUISA NO ENSINO MÉDIO</b> .....	35
3.1 ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS .....	38
3.2 EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO.....	40
3.3 CIÊNCIA E PESQUISA: O CONCEITO E RELEVÂNCIA SOCIAL.....	43
3.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO .....	49
3.5 A PRÁTICA EDUCATIVA DA PESQUISA CIENTÍFICA.....	51
3.6 ELO ENTRE ALUNO, PROFESSOR E ATIVIDADES DE PESQUISA .....	52
3.7 O PAPEL DO GESTOR E AS ATIVIDADES DE PESQUISA DISCENTE .....	56
<b>4 MÉTODO</b> .....	60
4.1 ETAPAS DA PESQUISA .....	61
4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA .....	62
4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA .....	63
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	64
4.5 OBSERVAÇÃO: DIÁRIO DE CAMPO .....	66
4.5.1 Café com Vanderlei Siraque .....	72
4.6 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>APÊNDICE A - Solicitação feita via Serviço Estadual de Informações ao Cidadão – SIC</b> .....	93
<b>APÊNDICE B - Resposta da solicitação – SIC</b> .....	94
<b>APÊNDICE C - Carta de Apresentação</b> .....	95
<b>APÊNDICE D - Carta de Apresentação Vanderlei Siraque</b> .....	96
<b>APÊNDICE E - Questionário de análise “Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio”</b> .....	97

<b>APÊNDICE F - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE G - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE H - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE I - Solicitação encaminhada à SEESP via ofício da escola.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE J – Transcrição na íntegra “Café com Vanderlei Siraque”.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO A – Cronograma de Datas - Projeto de lei 0757/1999.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO B - Projeto de lei 0757/1999.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO C – Justificativa do Projeto de lei 0757/1999.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO D – Assinaturas do Projeto de lei 0757/1999.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO E - LEI 10.522/2000.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO F - Documento de solicitação UNINOVE – Chancela o documento elaborado pelo professor (APÊNDICES F,G,H e I). .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO G - Documento de resposta SEESP.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO H - Documento de resposta DE.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO I - Documento de resposta DE.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO J - Documento de resposta DE.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO K - Questionário respondido pela E1.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO L - Questionário respondido pela E2.....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO M - Questionário respondido pela E4.....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXO N - Questionário respondido pela E5.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO O - Questionário respondido pela E7.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO P - Questionário respondido pela E8.....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO Q - Questionário respondido pela E9.....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO R - Questionário respondido pela E10.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO S - Questionário respondido pela E11.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO T – Diretorias da Grande São Paulo.....</b>	<b>134</b>

## APRESENTAÇÃO

Para fundamentar a motivação que embasou a opção por estudos voltados para as Atividades de Pesquisa Discente na região do Grande ABCD paulista, São Paulo, apresento considerações sobre a trajetória de experiências acadêmicas e profissionais que geraram as dúvidas e inquietações que se transformaram, ao longo do tempo, nesta pesquisa científica.

Minha vida escolar se deu na escola (EMEB Professora Kazue Fuzinaka), onde completei o ensino fundamental I e II. E posteriormente na (ETE Jorge Street), local onde cursei o Ensino Médio Profissionalizante em Processamento de Dados. Em reflexões sobre os acontecimentos e situações a qual fui exposto neste período, percebi a falta de estímulo para os alunos dar continuidade aos estudos e principalmente a falta de incentivo ao contato com as atividades de pesquisa discente.

Com o Ensino Médio completo fui encarar minha primeira graduação em Educação Física (Faculdade de Educação Física de Santo André), local onde me deparei com as atividades de pesquisa pela primeira vez, certamente, como a maioria dos estudantes, no ensino superior. Foi nesta primeira experiência, diante de inúmeros entraves para sua elaboração, a qual percebi o quanto faz falta uma atividade similar já no Ensino Médio.

Tal experiência se aprofundou na especialização em Fisiologia do Exercício e Treinamento Resistido na Saúde, na Doença e no Envelhecimento (Universidade de São Paulo - Faculdade de Medicina, 2007), somando-se a uma terceira vivência, agora na segunda graduação em Pedagogia, pela Universidade Metropolitana de Santos, em 2013.

Realizado o curso de Licenciatura em Educação Física, concluído no ano 2003, ingressei no setor público de ensino atuando como professor eventual das séries iniciais e finais do ensino fundamental, desde 2004.

Meu primeiro contato com os alunos do Ensino Médio foi em 2007 em uma escola localizada em Mauá, neste tempo já como professor efetivo e fui convidado a ocupar a função, em confiança, de coordenador pedagógico (2010 – 2015), em uma escola pública estadual de Diadema (SP). Nesta função presenciei situações de conflitos profissionais e pessoais, relacionadas às tensões entre professores, estudantes e famílias, o que dificultava a compreensão e o trabalho coletivo em prol de alunos com maiores perspectivas para o seu futuro.

Consequências, por assim dizer, da falta de clareza do papel da escola, que, para alguns, atua na formação dos indivíduos para a vida acadêmica e, para outros, direciona a atenção para

o mercado de trabalho, apesar do discurso direcionado a vida acadêmica não percebia grandes mobilizações para estimular esses alunos para tanto.

Estas situações me levaram a buscar apoio em leituras sobre atividades de pesquisa discente, bem como de formação complementar. Nesta busca por literaturas que auxiliassem o meu trabalho de coordenador pedagógico nesta escola, percebi também a falta de material sobre a temática, tomando como base o material direcionado ao ensino superior. Por meio destas leituras foi possível estabelecer relações importantes com os problemas observados na vida acadêmica desses alunos e sua falta de perspectiva com a escola.

Desta maneira, a preocupação com o estímulo desses alunos em participarem de atividades voltadas para o mundo acadêmico e científico, está contida na minha trajetória profissional, sobretudo em ações de caráter inclusivo da comunidade no interior da escola, a fim de escutá-la e entender a natureza de suas reclamações, para chegar a uma solução plausível com a equipe escolar. Esses fatos indicam o desafio de construir uma dinâmica de trabalho embasada no reconhecimento do direito dos alunos, uma vez que se apresentam como atores principais para o funcionamento da escola pública. Do mesmo modo, há ainda que considerar diretores, coordenadores, professores e funcionários, para a construção de experiências novas relativas ao direcionamento e oportunidades para os alunos continuarem seus estudos.

Neste momento, como aluno regular de Mestrado do Programa em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), na Linha de Pesquisa e Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES), continuo buscando subsídios para desenvolver os estudos de pós-graduação em educação. Assim, apresento esta Dissertação de Mestrado, dentro do Grupo de Pesquisa em Gestão Educacional Contemporânea (GRUGEC), sob a orientação da Prof. Me. Gustavo Gonçalves Ungaro e diante da Banca Examinadora.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa produzida no âmbito das atividades do Grupo Gestão Educacional Contemporâneo (GRUGEC) abarca todo um entendimento sobre as LEIS e políticas públicas relacionadas às atividades de pesquisa discente, sua relevância e sua aplicabilidade nas escolas estaduais da região do Grande ABCD Paulista.

Ao passar por inúmeras dificuldades na graduação e, principalmente, perceber o valor das atividades de pesquisa, portanto, o contato com a ciência em outra concepção, como a participação na construção do conhecimento, ainda mais, a sua importância para o aprendizado e formação como cidadão crítico.

Como já afirmado anteriormente, a trajetória formativa do pesquisador – Graduação em Educação Física; Especialização em Fisiologia do Exercício e Treinamento; e Graduação em Pedagogia -, somada a experiência como professor e coordenador pedagógico na EE Fábio Eduardo Ramos Esquivel permitiu ao mesmo perceber alguns entraves relevantes para o exercício da pesquisa no EM das escolas públicas, provocando a inquietação que motivou a presente pesquisa.

Foi, portanto, essa trajetória pessoal que, anteriormente a realização desta pesquisa, incentivou a implantação e acompanhamento nessa prática da pesquisa discente no EM desde a escola estadual em questão.

E é esta experiência de elaboração, implantação, ajustes, manutenção e acompanhamento de todos os procedimentos da atividade de pesquisa já iniciado, que despertou o interesse para a necessidade de reflexão sobre a questão, e a busca do Mestrado Profissional em Educação para maior aprofundamento sobre o tema.

É fato que poucos debates e ações programáticas sobre a importância da iniciação do discente à pesquisa científica ainda no EM têm sido desenvolvidos, no âmbito do sistema educacional público estadual em São Paulo.

Aos olhares legais e normativos, essa oportunidade de vivenciar uma atividade de pesquisa e apresentação de um trabalho estruturado no Ensino Médio, deve ser atividade normal nas escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP), configurada como direito e possibilidade de alunos e professores da rede estadual, conforme descrito no artigo 1º da lei nº 10.522/00.

Médio **será realizado pela Secretaria de Educação** (SÃO PAULO, 2011, p. 141 –grifo do autor).

Para respaldar uma lei estadual, a norma hierárquica que compõe o ordenamento jurídico educacional, ou seja, que normatiza a educação e deve ser respeitada, é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996b), que após um período de considerável dormência com relação às políticas públicas relativas à educação no Brasil, em 20 de dezembro em 1996 foi promulgada para organizar o ensino público e regular institutos jus pedagógicos.

A LDB em seu Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, no Capítulo II “Da Educação Básica”, especificamente na Seção IV “Do Ensino Médio” apresenta em seus dizeres, sobre as finalidades do Ensino Médio no Art. 35 e sobre as diretrizes no Art. 36.

**Art. 35.** finalidades: III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e **o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico**; IV. **a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos** dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. **Art. 36.** as seguintes diretrizes: I. destacará a educação tecnológica básica, **a compreensão do significado da ciência**, das letras e **das artes**; o processo histórico de transformação da sociedade e **da cultura**; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, **acesso ao conhecimento** e exercício da cidadania. II. **adotará metodologias de ensino** e de avaliação que **estimulem a iniciativa dos estudantes**; § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I. **domínio dos princípios científicos e tecnológicos** que presidem a produção moderna; § 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e **habilitarão ao prosseguimento de estudos** (BRASIL, 1996b, p. 13 e 14 –grifo do autor).

A legislação estadual também respaldada na Constituição da República Federativa do Brasil (CF), amparo esse que estabelece o direito dos pupilos e dever público do estado, que expressamente prevê o incentivo à pesquisa “Título IV – Da família, **da educação** e da cultura -Art. 171 - **As ciências**, as letras e **as artes** são livres. Parágrafo único - **O Poder Público incentivará a pesquisa científica e tecnológica**” (BRASIL, 1988 – grifo do autor).

Implementar as atividades de pesquisa discente em uma escola estadual, como parte de um processo educativo, visa dar aos alunos, professores e gestores o direito de autonomia intelectual e apropriação de conhecimento, tornando-os indivíduos de consciência crítica e em poder de tomar decisões sem copiar ou reproduzir atitudes e pensamentos.

É possível desenhar o alcance alternativo das atividades de pesquisa discente, que a tome como base não somente as posições científicas, mas também o processo de formação da educação científica, o que permitiria introduzir a pesquisa já na escola básica.

Decerto que para Demo (2014), a educação científica é uma habilidade em que o produzir do conhecimento é mais importante do que a transmissão de conteúdo, para tanto é fundamental tornar educação científica como parte da formação do aluno.

Pensando nessa formação observada por Demo (2014), entende-se que: os alunos devam ser incentivados a buscar conhecimento; a formação dos professores deve dispor de subsídios e ferramentas para ensinar os alunos nessa perspectiva; e a gestão educacional deve disponibilizar recursos para que os estudantes encontrem suporte no exercício de suas pesquisas.

Outrossim, relevante documento, no âmbito internacional, versa sobre o contato com a ciência, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Que o acesso ao conhecimento científico, a partir de uma idade muito precoce, faz parte do direito à educação de todos os homens e mulheres, e que a educação científica é de importância essencial para o desenvolvimento humano, para a criação de capacidade científica endógena e para que tenhamos cidadãos participantes e informados (UNESCO, 1999, p. 29).

Faz parte dessa alternativa pedagógica a expectativa de construção de novos mestres, desde que pesquisar coincida com indagar, criticar, criar e permitir uma autonomia intelectual. A formação científica torna-se também instrução educativa, nas palavras do professor Demo, quando se funda no esforço sistemático e inventivo de elaboração própria, através da qual se constrói um projeto de emancipação social e se dialoga criticamente com a realidade.

Essa estruturação ocorre com esforço e trabalho conjunto entre professores e alunos, os atores principais de uma escola, claramente apontado e descrito no artigo 5º da lei nº 10.522/00:

Cada projeto de pesquisa será acompanhado por, no mínimo, um professor orientador, indicado pelo grupo de alunos que o desenvolverá e será referendado pelo conselho de escola (SÃO PAULO, 2011, p. 142).

Para tanto, o trabalho deverá propiciar harmonia entre as partes, seguir os processos para iniciação científica, com a ajuda e colaboração de todos os alunos, professores e gestores. Cada um com suas responsabilidades, individualidades e propósitos para se chegar a um denominador que, segundo Freire (2000), o processo de formação seria uma conquista conjunta, coletiva, que exige respeito, diálogo e poder de decisão de todos os protagonistas desse processo de pesquisa.

Um processo que faz parte da própria humanização do ser humano, da sua vocação para ser mais.

O ato de pesquisar como fator de criação e descoberta, que deve ser incentivado desde o início da escola básica, pesquisa como princípio científico e princípio educativo: como princípio científico, significa o cuidado com construção do conhecimento em termos, sobretudo metodológicos e epistemológicos, sendo esta a referência principal em uso – pesquisa-se para fazer conhecimento; como princípio educativo, significa seu valor pedagógico, educativo, formativo, à medida que implica questionamento, consciência crítica, incentivo à formação do sujeito capaz de história própria, sustentação da autonomia crítica e criativa (DEMO, 2003b).

Em consonância ao princípio educativo observado por Demo (2003b), afirma Severino e Severino (2012) que o objetivo da aprendizagem significativa não é aprender as informações de cor, mas dominar a capacidade de localizar as informações de que possa precisar para compreender o seu sentido e saber aplicar as ideias em atividades de análise e reflexão críticas.

Para Monteiro e Motta (2013), o conjunto de instrumentos e métodos de construção, como as técnicas de escrita e os objetos de leitura, está em interdependência no contexto histórico e social, envolvendo moldes de vivências peculiares e suas correlatas formas de representação e intervenção na realidade. E, assim, envolve também os processos educativos formadores dos sujeitos em seus modos de aprender, pensar e proceder.

O envolvimento dos professores e gestores, não apenas como incentivo ao alunado, mas conforme Freire (2001), que a postura enquanto educador deverá ser consciente, pois são intelectuais transformadores, formadores de opinião e, assim sendo, tem a obrigação de estimular o pensamento crítico em seus educandos.

## 1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Sabendo-se que a questão das atividades de pesquisa discente está configurada como direito e possibilidade de alunos e professores da rede estadual na lei 10.522/2000, lançada como finalidade do EM, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos artigos 35 e 36 (BRASIL, 1996), respaldada na CF (BRASIL, 1988), em seu artigo 171 e, também, no âmbito internacional, no documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fazem parte de todo o arcabouço que ampara este princípio e orienta a prática das ações pedagógicas nas escolas públicas do estado de São Paulo.

A literatura que privilegiou a consolidação da relevância das atividades de pesquisa no EM se desenrolou vagarosamente ao longo dos anos, autores contemporâneos, como Pedro

Demo, Antônio Joaquim Severino e Vanderlei Siraque, entre outros, têm contribuído para compreensão sobre essa temática.

Entretanto, ao analisar a legislação, a literatura e o ambiente final, que é a escola, pode-se dizer que ainda há um grande caminho a ser percorrido para que a educação científica seja colocada em prática. Apesar dos princípios legais existirem, da literatura abordar, de forma tímida, o tema e ainda teorizar esta questão, o ambiente final ainda não incorporou o assunto na prática da ação.

Com base neste prelúdio pretende-se, responder quantas escolas serão indicadas pelas Diretorias de Ensino e quais os instrumentos da LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) são colocados em prática no Ensino Médio do Grande ABCD Paulista?

Trabalhar as atividades de pesquisas discentes no EM ultrapassa o incentivo a cumprir uma proposta curricular, possibilita aos envolvidos o contato com a ciência na perspectiva da construção de conhecimento, estímulo ao saber buscar soluções diante de desafios e alternativas para lidar com problemas do cotidiano.

À vista disso, o estudo das atividades de pesquisa discente no EM continua atual e se reveste de importância, legitimando o interesse por esta problemática nas escolas públicas estaduais de São Paulo.

## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

Os objetivos de pesquisa, a seguir exibidos, se voltam para o estudo deste conteúdo, aqui abordado.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é procurar nos documentos da SEESP e Diretorias de Ensino da região delimitada, as escolas públicas inseridas no Prêmio Jovem Cientista<sup>1</sup>, no PRODESC<sup>2</sup> e outras de conhecimento das diretorias, sobretudo, analisar, a realização das atividades de pesquisa discente no Ensino Médio da região do Grande ABCD Paulista.

De tal maneira, os objetivos específicos são:

---

<sup>1</sup> Esse programa foi instituído em 1981 e é uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual tem por objetivo revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução dos desafios da sociedade, em uma de suas categorias, exclusivo para atividades de pesquisa discente no Ensino Médio.

<sup>2</sup> Programa de cadastramento de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares do Estado de São Paulo, sendo que nessa ferramenta as escolas podem incluir projetos diversos, tem a liberdade de utilizar qualquer tipo de temática, assuntos e ainda requisitar verba até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para sua elaboração.

- ❖ definição de pesquisa discente;
- ❖ estrutura e mecanismo de efetivação dos programas ou projetos que visam o desenvolvimento das atividades de pesquisa discente no Ensino Médio;
- ❖ mapear as escolas que fazem parte dos programas ou com projetos que desenvolvem atividades de pesquisa;
- ❖ efetivação das atividades de pesquisa discente no Ensino Médio e sua relação com a LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000);
- ❖ propor intervenção na prática da ação de atividades de pesquisa discente nas escolas da região do Grande ABCD Paulista.

### 1.3 ESTRUTURA DE PESQUISA

Na primeira parte dos capítulos, será explorada parte do arcabouço que respalda a educação e as atividades de pesquisa discente no EM, abrangendo o estado de São Paulo, Brasil.

Em 15 anos de existência da lei que normatiza, estrutura, exemplifica, direciona e até respalda evolução funcional de professores através da orientação dos alunos da iniciação científica no Ensino Médio, o que chama a atenção, é o número baixo de produção encontrada sobre o assunto em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorados, quem sabe, com o *start* apertado outros profissionais que pensam e trabalham na educação dediquem seus pensamentos em disseminar ou escrever sobre o assunto, aqui explorado.

Em seguida, na segunda parte da pesquisa, serão apresentados alguns teóricos e documentos que arrolam sobre as atividades de pesquisa discente no Ensino Superior e alguns no EM, salvo, a facilidade de encontrar material escrito voltado para os cursos superiores e dificuldade aos cursos de educação básica.

Esta é uma pesquisa que nascerá da união da revisão da literatura específica sobre as atividades de pesquisa discente no EM com a legislação que a ampara e gestão pedagógica nas escolas públicas. A pesquisa empírica partirá da hipótese que, dentre todas as unidades escolares estaduais do Grande ABCD Paulista (225 escolas nos anos de 2012, 2013 e 2014), haverá um baixo índice de aplicabilidade das atividades de pesquisa discente, estruturada nas escolas de EM somada à prática da ação das escolas apresentadas pelas Diretorias de Ensino da região delimitada em relação aos dispositivos legais e normativos ao Ensino Fundamental e Médio: a lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000).

Realizar e concretizar esse trabalho e refletir sobre o mesmo é, sem dúvida, um desafio aos profissionais envolvidos com a formação, que partilham os saberes apreendidos, para a

construção de uma escola de sujeitos pensantes, adequada à realidade humana e de melhor qualidade, aproximando a prática dos normativos.

Por fim, com base na revisão da literatura específica sobre as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio, na legislação que a ampara e nos resultados obtidos no campo sobre toda a problemática explorada, são apresentadas as considerações finais. Os apêndices e anexos complementam o texto da pesquisa, assim como as referências daquilo que foi citado no corpo do trabalho.

## **2 A LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A PESQUISA NO ENSINO MÉDIO: CF, LDB, UNESCO<sup>3</sup> E LEI 10.522/2000**

Neste momento apresenta-se uma introdução ao direito ligado à educação e todo o arcabouço que envolva a formação das leis.

Segundo Branco (2000), o direito é um fato ou fenômeno social, ou seja, não existe senão na sociedade. O embrião intuitivo do seu conceito deriva de direção, ligação e obrigatoriedade de um comportamento.

O fenômeno educação se apresenta em reconstrução de seus conceitos e proposições, isso devido a um efervescente processo que critica os métodos, as práticas e as funções tradicionais da educação mediante as transformações sociais, culturais e econômicas. Para Monteiro e Motta (2013), os aspectos que devem fundamentar esse processo dizem respeito às normas legais, desde a Constituição Brasileira que é a lei suprema do país, até a concretização das propostas educacionais no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar.

Sendo assim, vamos demonstrar de forma sucinta: como e quando o direito à educação se consolidou nas constituições brasileiras, como foram observadas pelo legislador constitucional pátrio, o que está apontado na LDB, em documentos internacionais e, em síntese, os artigos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000).

Para tanto, contextualizando historicamente a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), lançamos mão das análises feita por Nina Beatriz Stocco Ranieri (2010), que, em algumas passagens, faz referência à Carlos Roberto Jamil Cury, a fim de elucidar o processo evolutivo da educação no Brasil a partir da constituição que ordenou os processos jurídicos pós duas décadas e meia de ditadura militar.

“A Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824, Art. 179, inc. XXXII), foi estabelecida legalmente em terras brasileiras na Constituição de 1824.

Com a Constituição de 1934, o direito à gratuidade instrucional primária de todos os cidadãos vai ser aperfeiçoado, pois passa ser competência privativa da União o dever de “traçar as diretrizes da educação nacional” BRASIL, 1934, Art. 5, inc. XIV).

Cury afirma que, a despeito de todo esse progresso legislativo, a Educação permaneceu por 16 anos, sem financiamento federal e estadual, deixando a cargo dos Municípios a

---

<sup>3</sup> Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico (UNESCO, 1999) e A Ciência para o Século XXI: Uma nova visão e uma base para ação (UNESCO, 2003).

obrigatoriedade de aplicação de 20% dos impostos no ensino primário de suas redes (CURY apud RANIERI, 2010, p. 135).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) afirma, no art. 6º, que a Educação é um direito social de todos. Dos artigos 205 aos 214, a Educação figura como direito civil e político e dever do Estado, em conjunto com a família e a sociedade.

No Art. 206, esta Constituição estabelece os princípios que orientarão a Educação, vale ver: o princípio da igualdade (inc. I), o da liberdade (inc. II), o do pluralismo de ideias (inc. III), o da gratuidade (inc. IV), o da valorização dos profissionais do ensino (inc. V), o da gestão democrática no ensino público, o do piso salarial nacional dos profissionais e o ingresso no magistério (inc. VI), e o princípio da qualidade (inc. VII).

Inspirada nas palavras de Cury, Ranieri afirma que o Ensino Fundamental, graças ao § 1º, inc. VII, Art. 208 da Constituição em vigor, passou a ser direito público subjetivo e o Ensino Médio, pelo inc. II, Art. 208, foi posto como progressivamente obrigatório. Esse imperativo surgiu na Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996b).

O art. 209 da CF/88 (BRASIL, 1988) alterou o sistema educacional privado, que passou de concessão estatal para um sistema de autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público, coexistindo com o sistema público, uma rede privada com fins lucrativos e outras sem, tripartida em confessional, comunitária e filantrópica, podendo receber recursos públicos.

No art. 211 da CF/88 (BRASIL, 1988) preceitua que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, tendo a União função redistributiva e supletiva e propiciando assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 212 da CF/88 (BRASIL, 1988) cuida do financiamento educacional e, posteriormente, a Emenda Constitucional n. 14/1996 suplementou esse financiamento, especialmente para o ensino fundamental pretendendo assegurar sua universalização, e melhor remuneração do magistério.

Seguindo os ditames da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1978, Art. 26), o artigo 6º da CF/88 inclui o direito à educação no rol dos direitos sociais fundamentais, fornecendo seus contornos e detalhes em seus artigos 205 a 214.

Dessa forma, a Constituição vigente expressa que a educação é um direito humano fundamental que deve ser garantido pelo Estado, pois, através dela, desenvolve-se enquanto seres humanos e contribui para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Decorrentes desta mudança constitucional, outras normas surgiram para cumprir os objetivos educacionais da Carta Magna, como: a LDBEN, Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996b), que redimensionou a Educação brasileira; a Lei 9.424/1996 (BRASIL, 1996c), que criou o Fundo de Desenvolvimento do ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), dando novo impulso ao ensino fundamental; a Lei n. 10.172/2001 (BRASIL, 2001) que aprovou o Plano Nacional para a Educação (PNE) e muitas outras normas foram postas em diversas instâncias.

De acordo com Ranieri (2010), o direito à educação deverá ser exigido não somente como direito social, mas como direito à vida, e, portanto, sob a proteção de uma norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata e contundente, tudo em absoluta consonância com as disposições do artigo 5º parágrafo 1º da CF/88 (BRASIL, 1988), que estabelece que: “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais tem aplicabilidade imediata”.

Entre as normas hierárquicas que compõem o ordenamento jurídico educacional, logo após as disposições da Constitucional Federal, é promulgada LDB - Lei 9.394/96 – (BRASIL, 1996b), que regula institutos jus pedagógicos. Monteiro e Motta (2013) apresenta na linguagem do direito os instrumentos jurídicos da educação: Lei, Decreto, Parecer, Resolução e Portaria.

A LDB - Lei 9.394/96 - (BRASIL, 1996b) está composta por nove títulos, entre eles, o primeiro título “Da Educação”, o segundo “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, na sequência “Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, continua com o quarto título “ Da Organização da Educação Nacional”, todos ressaltando e normatizando assuntos sobre a Educação Nacional.

Abaixo uma breve síntese, apenas elucidando os capítulos, seções, artigos e parágrafos do quinto título “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, fragmentos da lei que sustentam as ideias gerais e apoiam para o desenvolvimento do tema desta pesquisa: estão inseridos no “CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO BÁSICA”, na seção de número **IV “ Do Ensino Médio”**, os artigos 35 e 36, que falam, sequencialmente, das finalidades e diretrizes do currículo do Ensino Médio, vejamos: “**Art. 35.** O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades”.

Neste artigo da lei apresentam os alvos a seguir, esses intentos devem ou deveriam ser contempladas no Ensino Médio das escolas públicas e privadas:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o **desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico** (BRASIL, 1996b, Art. 35 – grifo do autor).

Claramente exposta à importância e relevância de apoiar e incentivar as atividades de pesquisa discente, já no Ensino Médio, procedimento que favorece a evolução do ser humano como indivíduo pensante e emancipado intelectualmente “IV - a compreensão dos **fundamentos científico-tecnológicos** dos processos produtivos, **relacionando a teoria com a prática**, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, 1996b, Art. 35 – grifo do autor).

Trabalhar e respeitar os fundamentos científicos, de forma a englobar, aprimorar, e adequar a teoria e a prática com a realidade do cotidiano de cada indivíduo “O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes **diretrizes:**” (BRASIL, 1996b, Art. 36 – grifo do autor).

Direção, critério, rumo, diretiva, norma, procedimento e conduta são alguns sinônimos de diretriz, aos quais, se demonstram evidentemente nortear o caminho a ser trilhado, pelas unidades escolares, em busca de um ensino qualificado.

I - destacará a educação tecnológica básica, **a compreensão do significado da ciência**, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, **acesso ao conhecimento e exercício da cidadania** (BRASIL, 1996b, Art. 36 – grifo do autor).

Na produção do conhecimento científico é necessário estabelecer os nexos entre o particular e o universal, entre o todo e as partes, ou seja, não somente o aprendizado da essência básica das ciências na multidisciplinaridade, que envolve o Ensino Médio, mas também, o exercício dos direitos e deveres em perquirição, indagação ou diligência do conhecimento significativo “II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;” (BRASIL, 1996b, Art. 36).

Metodologias diversificadas, dentre elas, as atividades de pesquisa discente, a qual se deve incentivar e impulsionar através da mesma, um cidadão crítico e capaz de elaborar e formar opinião das mais variáveis situações e, assuntos relacionados ao convívio em sociedade.

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; (BRASIL, 1996b, § 1).

Controle e soberania quanto aos saberes científicos e tecnológicos, facilidade e hábito de conduzir as informações que os cercam com autonomia e confiança “II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;” (BRASIL, 1996b, § 1).

Ao percorrer os títulos finais da LDB, temos do sexto ao nono, sendo eles: “Dos Profissionais Educação”, “Dos Recursos Financeiros”, “ Das Disposições Gerais” e, para finalizar os títulos que regulamentam a Educação, “ Das Disposições Transitórias”.

Em meio ao arcabouço jurídico nacional, aparece um documento internacional da Organização das Nações Unidas, documento expedido como fulcro a Educação, a Ciência e a Cultura, A Ciência para o Século XXI: Uma nova visão e uma base para ação:

O principal objetivo da construção de uma cultura científica transdisciplinar – as ciências exatas, naturais, humanas e sociais – que o povo de um país possa ver como sua, exige que seja dada prioridade a pesquisas socialmente úteis e culturalmente relevantes. Nesse sentido, **é necessário promover a introdução, a compreensão e a valorização da ciência e tecnologia em nossa vida cotidiana, a partir do ensino primário** (UNESCO, 1999, p. 23 e 24 - grifo do autor).

Ainda no mesmo documento, afirma que o envolvimento com a ciência é direito do ser humano e que a educação científica é primordial ao desenvolvimento humano.

[...] que o acesso ao conhecimento científico, a partir de uma idade muito precoce, faz parte do direito à educação de todos os homens e mulheres, e que a educação científica é de importância essencial para o desenvolvimento humano, para a criação de capacidade científica endógena e para que tenhamos cidadãos participantes e informados (UNESCO, 1999, p. 29).

Curiosamente, nesse mesmo ano de 1999, ano desse documento<sup>4</sup> da UNESCO, foi também o ano da escrita do Projeto de Lei nº 0757, de 1999 (PL 0757/99), que viria a se tornar uma lei estadual (SP) a 10.522 no ano de 2000 (SÃO PAULO, 2000).

Ainda, pontuando as normas hierárquicas, na sequência aparecem as Leis estaduais, onde, para embasamento desta pesquisa e conforme já citada na introdução se utilizará a LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), lei que segue na íntegra em anexo e será demonstrada, evidenciada e esclarecida na sequência.

O tema aqui explorado, as atividades de pesquisa discente, tratado nesse caso no âmbito do EM é pouco debatido entre os profissionais da educação, seja dentro dos muros das escolas públicas, nas formações pedagógicas das SEESP ou ora nas instituições de Ensino Superior onde acontece a formação para a licenciatura.

---

<sup>4</sup> Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico (UNESCO, 1999).

De maneira sucinta e ciente que as atividades de pesquisa, com foco universitário, não é o centro deste estudo, mas necessário para uma melhor compreensão da abordagem escolhida, assim, sabendo que a pesquisa é um dos três pilares da educação no ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), pilar esse essencial para caracterização de uma universidade, onde associar o ensino à pesquisa e vice versa, gera automaticamente a necessidade de crescer o resultado alcançado, usualmente importante para a sociedade e, principalmente, uma das mais interessantes formas de adquirir conhecimento, surge então algumas inquietações. Todas elas sustentadas mais do que nunca, precipuamente em proposição a globalização da economia, a educação científica<sup>5</sup> se torna uma prática pedagógica forte e essencial para vencer o atraso, a obsolescência, a submissão e a pobreza humilhante da educação básica a que se defronta a sociedade em geral.

Pensando em todo esse benefício e importância agregado à educação científica, entende-se o motivo de escreverem uma Lei especificando e norteando as atividades de pesquisa discente no EM, entretanto, abaixo será apresentado um breve comentário de cada artigo desta lei.

Em resumo, a LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) é composta por 12 (doze) artigos, todos para autorizar, nortear, exemplificar, argumentar e detalhar as atividades de pesquisa discente no EM.

O primeiro artigo autoriza a instituir as atividades de pesquisa discente, no segundo delimita a quantidade de alunos por grupo, os dois próximos falam da inscrição dos projetos de pesquisa, das datas e dos prazos para conclusão das atividades de pesquisa.

O quinto artigo discorre sobre o acompanhamento dos trabalhos, por no mínimo um orientador e limita o trabalho desse professor orientador no acompanhamento de, no máximo, dois projetos de pesquisa. Permite ao(s) professor(es) orientador(es) utilizar(em) parte de suas horas-atividades para desenvolver o trabalho de orientação e, ainda solicitar(em) essas horas para efeito de evolução funcional por via não acadêmica.

Na sequência, menciona que o desenvolvimento e o resultado do trabalho devem caracterizar interdisciplinaridade, e considerar temas relacionados ao cotidiano dos alunos e, da comunidade onde a unidade escolar estiver localizada.

---

<sup>5</sup> Segundo Demo (2014), no sentido de melhoria educacional, a educação científica implica reconstruir toda nossa proposta de educação básica, não só para realçar os desafios da preparação científica para a vida e para o mercado, mas principalmente para implantar processos de aprendizagem minimamente efetivos.

Promoverá mostras públicas dos trabalhos elaborados pela Secretaria da Educação e unidades escolares, proporcionando assim, trocas de experiências.

E por fim, os resultados das atividades de pesquisa discente poderão ser utilizados pelas autoridades competentes, para solucionar eventuais problemas detectados nas comunidades.

No trajeto da Lei acima demonstrado, percebe-se a relevância dessas atividades de pesquisa para toda a comunidade em torno da unidade escolar e obviamente, para o aprendizado dos jovens envolvidos com as particularidades de uma pesquisa já no Ensino Médio.

Nas palavras de Demo, ao mesmo tempo, é fundamental unir qualidade formal e política.

De um lado, é essencial saber construir conhecimento metodologicamente adequado, discutir metodologia científica, construir textos formalmente corretos, aprender a fundamentar e a argumentar. De outro, é decisivo saber o que fazer com conhecimento, saber pensar e intervir, propor alternativas, fazer-se sujeito de história própria, individual e coletiva. Atividades de pesquisa começa na infância! (DEMO, 2014, p. 13).

Branco (2000) afirma que o direito organiza, orienta a vida coletiva e disciplina atividades dos indivíduos. Pensando nessa afirmação, será que esse direito em forma de Lei está sendo colocado em prática nas escolas estaduais da região do Grande ABCD Paulista?

Em outras palavras, nessa pequena explanação ao redor da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), tem como finalidade, explorando e elucidando seus doze artigos, ainda por cima, mostrando pontos importantes observados por Pedro Demo e Luiz Carlos Branco, justificar a implementação da referida lei e, como resultado, apoiar a prática da educação científica.

Na sociedade, as crescentes necessidades humanas exigem cada dia mais, o relacionamento entre indivíduos. A vida social passou a exigir normas a serem obedecidas por todos, normas comuns especialmente criadas para serem seguidas por vontade própria ou mesmo involuntariamente.

Segundo Branco (2000), o direito existe porque o homem é um animal social e moral. Por conta de a sociedade ser moral, a função do direito é ser corretiva e civilizadora, e por ser social, não pode contrariar fundamentalmente a realidade que encontra no meio em que se aplica e, necessariamente organiza, orienta a vida coletiva, disciplina atividade dos indivíduos e assegura distribuição dos bens.

Ainda, num sentido figurado, direito passou a designar o que está de acordo com a lei, as leis físicas indicam aquilo que, na natureza, necessariamente é e, as leis jurídicas, em

oposição, indicam apenas aquilo que na sociedade deve ser fato, o qual se diz o Direito é a ciência do dever ser.

Diante dessa afirmação, como assegurar que esses processos educativos do sistema escolar sejam ofertados nas unidades escolares, neste caso, a SEESP, suas diretorias e suas escolas oportunas todos os processos escolares que deveriam ser normais dentro dos muros das escolas? Como identificar tais problemas e corrigir eventuais falhas?

Tomando a escola como local formador de cidadania, é importante que todas as suas ações contemplem não somente o pleno exercício das leis, mas também que os atores da escola tomem consciência do rol de direitos e deveres que integrem a vida em sociedade.

Posteriormente a colocação de toda a estrutura que rege e ampara a educação no Brasil, vem o questionamento, quem é responsável por aplicar seus dizeres?

A educação precisa ir além do cumprimento formal da legislação, traduzir em exercício formador dos valores e da consciência ética que a sustenta e garante, mas, pensando ao menos no cumprimento do que se encontra formalmente descrito nas normas legais, cabe aos gestores educacionais acompanhar a constante transformação que ocorre na sociedade e legislação, para assim, aplicar no cotidiano da escola.

Ao analisar os números apresentados pelas avaliações externas no Ensino Médio do país, deve-se questionar o que de fato ocorre ou deixa de ocorrer nas escolas públicas do Brasil. As avaliações mostram resultados muito baixos de nossos alunos de maneira geral, mas, nesta pesquisa vamos nos atentar ao estado de São Paulo onde temos a nota das escolas de Ensino Médio, IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) abaixo de 2,0 pontos, índice calculado através de fatores como evasão, retenção e tem como ponto de partida a nota dos alunos na avaliação externa do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

Possivelmente os inúmeros obstáculos decorridos da mudança do cenário econômico mundial e nacional, nas últimas décadas, atrasaram e impediram um maior desenvolvimento da educação brasileira, embora muito já tenha sido feito, ainda há muito a fazer até alcançar uma melhora, uma igualdade na educação nas diferentes classes sociais e, no mínimo, que priorize o princípio de universalização da educação de maneira satisfatória.

Sendo assim, o que fazer, já que as Leis, não garantem seus dizeres por si só, no caso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, de suas Diretorias e unidades escolares é preciso a força humana, pessoas pensantes e abertas ao diálogo, gestores, professores, pais e alunos que tenham acesso ao conhecimento legal e iniciativa para socializar, discutir e elaborar

procedimentos com o objetivo de fazer valer as normas e realizar a finalidade mais elevada da educação.

A fim de que esse recorte legal se funda por apresentar uma síntese sobre a evolução da educação no campo que versa o legislativo, em seguida, apresentação de documentos oficiais, nas esferas nacionais e internacionais, que respaldam a as atividades de pesquisa discente no EM, para comprovar sua relevância. Também uma introdução do nascimento das leis, as quais geralmente nascem de uma necessidade do convívio social e, por fim, uma sucinta exploração com apresentação das partituras dos instrumentos da legislação que ampara a educação e as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio.

### 3 A PESQUISA NO ENSINO MÉDIO

Para estudar as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio, deve-se tratar daquilo que nos contextos sociais se observam nos seres humanos e nas sociedades, além do modelo econômico e das relações de poder. A Educação está conectada a todos esses fatores, e se atentar a esse conjunto ajuda identificar as lacunas entre a realidade social e os modelos educacionais.

Portanto, essa prática pedagógica do trabalho com uma visão sobre a pesquisa pode ser de grande valia à educação científica e suas relações com as possíveis transformações do ser humano e com a “construção do conhecimento”, de forma a fazer do aprendizado algo que melhor desperte a curiosidade e estimule a percepção de seu significado na vida cotidiana.

Obviamente, neste capítulo, notoriamente, será abordado a fundamentação que justifica o tema central desta pesquisa, embora, sem, contudo, menosprezar outras ferramentas e atividades relacionadas a arte, cultura e etc. que contribuem efetivamente para a formação intelectual do cidadão crítico e de autônomo.

Em conformidade com Demo (2014), quando o aluno aprende a lidar com método, a planejar e a executar pesquisa, a argumentar e contrapor razões, a fundamentar com a autoridade argumentativa, ele não está só “fazendo ciência”, mas também construindo sua cidadania, e aprendendo a pensar com autonomia.

Assim sendo, neste capítulo apresentaremos um paralelo entre alguns eventos na história da pesquisa, economia e da educação escolar que apresenta nos dias de hoje.

No aspecto da economia é importante ressaltar as transformações que a rodeiam, como quebra de paradigma ou pensamento do senso comum, o quanto seria interessante ao poder público, o baixo conhecimento ou a baixa escolaridade da população. População essa que consome e necessita de conhecimento mínimo para familiarização e, principalmente, utilização dos lançamentos tecnológicos que cerca o mundo nas mais diversificadas atividades do cotidiano.

Indubitavelmente, as atividades envolvendo a ciência e tecnologia nos apresenta em seu contexto histórico uma forte ligação com o processo econômico, assunto a ser retomado mais adiante.

Segundo a Organização das Nações Unidas no documento para a Educação, a Ciência e a Cultura, a diferença em termos de conhecimento e capacidade científica traduz-se diretamente em desequilíbrios de poder (principalmente econômico, político e cultural). Vale ver:

[...] a capacidade de uma nação produzir conhecimento científico e tecnologia, demonstra seu grau de evolução econômica e social... O Estado deve estimular as atividades sistemáticas direta e especificamente relacionadas com o desenvolvimento científico-tecnológico, visando à produção, à divulgação e à aplicação do conhecimento de C&T: pesquisa científica [...] (UNESCO, 2003, p. 16).

Pensar em progredir na educação depende de diversos fatores, entre eles, Luck (2009) afirma a importância dos integrantes da gestão escolar assumirem a prática de liderança e, assim, multiplicar aos atores da escola, sejam professores, funcionários ou alunos, os caminhos com menores entraves e maior dedicação de todos envolvidos com a aprendizagem.

Vale aqui ressaltar alguns objetivos do EM apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEMs):

A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 2000, p. 10)

No que diz respeito a relevância do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) para o contexto do EM, Pinheiro, Silveira e Bazzo (2007) ressaltam a importância dos questionamentos críticos e reflexivos acerca do contexto científico-tecnológico e social e, em ótica, sua relevância para este nível de ensino.

As investigações nas escolas resultam no incentivo do desenvolvimento do cidadão crítico e apresentam um elo mais direto entre o ensino e a aprendizagem significativa. O cotidiano também é uma fonte de pesquisa proveitosa, ainda é uma maneira de indagar e de construir seu repertório no mundo.

Sob o mesmo ponto de vista, Severino e Severino (2012) afirmam que, ao aprenderem mediante uma postura investigativa, trará certamente para os alunos do EM inúmeros benefícios: primeiramente uma aprendizagem mais significativa, conseqüentemente, mais prazerosa e gratificante, em segundo lugar, um preparo mais consistente, seja para o ingresso no mercado de trabalho, seja para continuidade nos estudos universitários. Tudo isso, representa um maior amadurecimento intelectual e político desse jovem<sup>6</sup> estudante, graças a uma formação mais consolidada de sua consciência social e de sua percepção das relações sociais nas quais ele se encontra inserido.

---

<sup>6</sup> adj. Moço, de pouca idade: mulher jovem. Que ainda possui o vigor da juventude. Que não tem o espírito amadurecido; ingênuo. Diz-se de qualquer animal de tenra idade, a PNJ usa o conceito Jovem para definir população com idade entre 15 e 29 anos. (DICIONÁRIO, 2015).

Nesse contexto, a figura do professor deveria assumir um perfil testemunhal: o de uma pessoa envolvida com o estudo e a pesquisa. Entretanto, a bem da verdade, como pode esse profissional assumir tal papel se, graças à baixa remuneração, este tem que trabalhar em três horários; além de não poder garantir obtenção de recursos que permita-o seguir estudando (comprar livros, participar de congressos, assinar revistas científicas, participar de eventos culturais etc.)? Para esclarecer esse questionamento, mais adiante retomaremos o assunto.

Através do cuidado com as posições científicas e a relevância da pesquisa já no Ensino Médio, torna-se cada vez mais necessário que esse nicho de alunos possa, além de ter acesso às informações sobre o desenvolvimento científico-tecnológico, ter também condições de avaliar e participar das decisões que venham atingir o meio onde vive.

É direito de o cidadão aprender a ler e entender a ciência e a tecnologia, com suas implicações e consequências, para ser elemento participante nas decisões de ordem política e social que influenciarão o seu futuro.

Acima de tudo, o objetivo deste estudo é analisar a realização das atividades de pesquisa discente no EM da região do Grande ABCD Paulista, sobretudo, procurar informações relacionados a projetos com essas atividades, nos documentos da SEESP e Diretorias de Ensino da região delimitada, as escolas públicas inseridas no Prêmio Jovem Cientista, no PRODESC e outros projetos que seja de conhecimento das diretorias.

A pesquisa empírica, parte da hipótese que, dentre todas as unidades escolares estaduais do Grande ABCD Paulista (225 escolas nos anos de 2012, 2013 e 2014), haverá um baixo índice de aplicabilidade das atividades de pesquisa discente, estruturada nas escolas de Ensino Médio somada à prática da ação das escolas apresentadas pelas Diretorias de Ensino da região delimitada em relação aos dispositivos legais e normativos ao Ensino Fundamental e Médio (SÃO PAULO, 2000).

Mais à frente, com o propósito de elucidar e fundamentar os objetivos específicos desta investigação, esta dissertação aborda de forma sucinta a educação e a formação crítica, perspectivas e desafios no EM, definição de pesquisa discente e ciência, a pesquisa como princípio científico e educativo, os elementos importantes da educação científica para alunos, professores e gestores e, a estrutura e mecanismo de efetivação dos programas ou projetos que visam o desenvolvimento das atividades de pesquisa discente nesse nível da formação básica.

### 3.1 ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Os desafios para o professor em sala de aula aumentam e modificam a cada dia. Todo o processo de evolução social, tecnológica e econômica afetam direta e indiretamente os alunos, ou seja, em tempos de tamanha evolução, a educação não pode continuar estacionada ou caminhar a passos tímidos, as escolas precisam criar e oferecer alternativas criativas para atingir aos seus objetivos.

Considerando-se essa perspectiva, neste trecho a pesquisa problematiza a educação nacional, especificamente do estado de São Paulo, fundado em baixos resultados apresentado pela SEESP neste nível de ensino, procura contextualizar as lacunas ligadas às suas limitações e possibilidades considerando-se o professor e sua formação, o aluno e suas necessidades, e as práticas didático-pedagógicas que apontam para a superação das lacunas atuais e para o entendimento de que existem outras possibilidades de se fazer educação científica.

Para Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2012), as demandas do mundo moderno, já há algumas décadas, indicam a necessidade iminente de democratização dos conhecimentos científicos e tecnológicos, no sentido de propiciar aos cidadãos um melhor entendimento do mundo, para nele atuar de maneira responsável e consciente, com o fim de oferecer subsídios para superação de contradições do cotidiano.

Não se faz aqui a defesa de um ou outro modelo de ensino, pensando em raízes profundas na cultura e no passado é plenamente coerente, ainda hoje, observar na educação, modelos educacionais e escolares refletirem um paradigma cartesiano, herdados das origens históricas do pensamento e da educação, conforme Monteiro e Motta (2013).

Diante desse cenário, adicionado aos baixos resultados da educação atual e visando a melhora do aprendizado das crianças de nosso país, uma alternativa deve ser proposta que busque novas práticas educativas, fato é que existe uma grande lacuna no EM e as pessoas que pensam e convivem na educação necessitam de mudanças. Desse modo, não é justo observar esta lacuna ou problemática e insistir nas mesmas alternativas de resolução.

Antes de se apontar mudanças milagrosas, mudanças essas que infelizmente são inexistentes, aos quais Bauman (2010) alerta para alguns problemas da educação nos dias de hoje, dentre elas a inutilidade da educação nos moldes atuais, o conhecimento descartável dos computadores em meio as mudanças com novos lançamentos a cada semana.

Esse embate da educação atual, progredindo em câmera lenta, quase estacionada, em oposição aos giros acelerados de toda essa evolução frenética acerca da sociedade, infelizmente, resulta em um grande choque de ideias na ambiência do contexto escolar.

Muitas mudanças são necessárias na educação, em consonância com Libâneo (2013), as alterações e avanços na economia, no conhecimento científico e tecnológico, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, exigindo maior qualificação do profissional e, por consequência, do sistema de ensino e das escolas. Essas transformações e o modelo econômico atual têm como princípio regulador, o funcionamento da sociedade, ao qual se submetem as políticas educacionais.

A escola e a vida passam diariamente por constantes modificações, inúmeras situações adversas e transformações, sendo assim, as alterações nos procedimentos para nortear uma aula, uma escola e/ou a vida, devem ser acompanhadas e repensadas para um melhor aproveitamento de todos os atores que formam o ambiente escolar.

Ao deparar com essa difícil situação, o que criar de diferente para conquistar a atenção dos alunos? Possivelmente a resposta está mais perto do que parece, pois, grande parte dos professores ainda insistem em se apoiar na vitimização e não assumem responsabilidades, outro ponto agravante é que as gerações novas e velhas tendem a se olhar reciprocamente com um misto de incompreensão e desconfiança, se acusando mutuamente por essa insatisfação no contexto escolar.

Ao pensar nessa mesma direção, muitos docentes desse nível de ensino, apesar de reconhecerem a magnitude da educação científica, não a concretizam em suas aulas porque se sentem inseguros para desenvolver um trabalho sistematizado com os pupilos, em função de uma formação docente precária quanto ao embasamento conceitual para trabalhar tais alternativas pedagógicas.

Com o intuito de elucidar sem apontar culpados, a lacuna do ensino exposto nas escolas, de modo geral, não é um problema pontual dos professores, nem seria sensato descarregar essa bagagem em suas costas, isto é, os problemas educacionais são amplos e a responsabilidade é de todos que atuam na educação.

Para fazer frente a essas realidades que cumpram com a formação básica, a capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, o desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas favorecendo o domínio dos conhecimentos e das habilidades de pensamentos, Libâneo (2013) diz que a escola tem de prover formação cultural e científica, que possibilite o contato dos alunos com a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética e pela troca de experiência.

Discute-se então a necessidade, não só de se buscar novas abordagens para o ensino, mas também de estimular os docentes a refletirem sobre as concepções que possuem sobre a

educação, a ciência, a tecnologia e, nesse movimento, a educação científica aflora como uma alternativa viável à formação de todos os cidadãos.

Obviamente, a resolução para esse impasse na educação básica é bem mais complexa do que possa transparecer neste trecho do texto, para tanto, necessitará de um trabalho árduo, de paciência e de mobilização conjunta entre SEESP, Diretorias de Ensino e escolas (alunos, pais, funcionários, professores e gestores), no qual todas as pessoas intervenham de maneira ativa e participativa, com a finalidade de melhorar a educação de nossa “molecadinha”.

### 3.2 EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO

Nesta etapa do texto, apresentamos a relevância das atividades de pesquisa discente, iniciando no Ensino Médio, para a formação e avanço dos alunos como cidadãos críticos, mesmo com todas as contradições que envolvem a ciência, não é possível desconsiderar o seu valor como elemento importante para a formação, inegavelmente, a formação científica é pertinente na formação básica.

Conforme afirma Ranieri (2010), o acesso à educação auxilia na realização de outros direitos, de modo que o indivíduo que recebe a educação formal, que passa pelos processos educativos do sistema escolar, terá mais probabilidade de se tornar um cidadão proativo em sua comunidade.

Para Monteiro e Motta (2013), o conjunto de instrumentos e métodos de construção, registro e transmissão de conhecimento, como as técnicas da escrita e os objetos de leitura, estão em interdependência no contexto histórico e social, envolvendo moldes de vivências peculiares e suas correlatas formas de representação e intervenção na realidade. E, assim, envolve também os processos educativos formadores dos sujeitos em seus modos de aprender, pensar e proceder.

São consequências do contato com a educação científica o despertar da consciência crítica do aluno, da criatividade e da curiosidade indispensável para que o jovem contribua com a identificação, reflexão e resolução de problemas.

Em outras palavras, para Lizardo (2010), a atividade de pesquisa discente, assim como a educação, há de ser um importante elemento do processo formador para o aluno que tem acesso a essa iniciação a pesquisa, ou seja, o aprendizado acerca das revisões bibliográficas, da adoção de métodos de pesquisa, do exercício da escrita, da articulação entre teoria e prática, e da investigação são procedimentos pedagógicos que contribuem para a autonomia intelectual do aluno.

Ainda por cima, é possível que a formação do cidadão crítico pode ter grande sustento na participação do indivíduo em atividades de pesquisa discente, assim também, como outras atividades relacionadas a artes e culturas conforme já mencionado em outra passagem.

Vale chamar a atenção e respeitar a subjetividade do ser humano, em outras palavras, Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2012) relatam que a importância do ensino de Ciências é reconhecida por pesquisadores da área em todo o mundo, transcorre de uma harmonia de opiniões quanto aos seus objetivos, tendo em vista as inúmeras inter-relações que o ser humano mantém com o ambiente e vice-versa e as demandas que isso gera para a formação dos sujeitos.

Nos dizeres de Libâneo (2013), o entendimento da organização escolar como espaço de aprendizagem, compartilhamento de significados, conhecimentos e ações entre as pessoas, não apenas científica, mas social, das mídias, dos alunos, da escola e, principalmente, do aprendizado do professor. Para tanto, é necessário admitir que haja, de fato, interdependência entre as políticas educacionais, o funcionamento das escolas e o comportamento das pessoas.

Ao falar em atividades de pesquisa discente no EM e programas de incentivo a essa iniciação científica na educação básica, tende-se a fazer referência ao pioneiro Programa de Vozão Científica (PROVOC), que foi a primeira proposta formal e abrangente de Iniciação Científica na Educação Básica no Brasil, criado em 1986 na Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), com o objetivo de receber jovens estudantes nos laboratórios de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), visando a incentivá-los a seguirem carreiras científicas.

A (FIOCRUZ) tem como objetivos promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, para tanto, utiliza o PROVOC para proporcionar aos alunos de EM a vivência de ambientes de pesquisa e desenvolvimento de projetos tecnológicos, propiciando-lhes a experiência de aprender ciência fazendo ciência.

O êxito desta experiência iniciada no campus do Rio de Janeiro possibilitou, a partir de 1996, sua descentralização para unidades da FIOCRUZ sediadas nas cidades de Recife, Salvador e Belo Horizonte. Concomitantemente, logo após difundir a experiência para outras áreas de conhecimento e outras instituições.

O PROVOC serviu de modelo para a criação de projetos como Jovens Talentos para a Ciência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) em 1999 e Jovem Cientista Amazônica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) em 2006. Em 2003, o CNPq, em acordo com estes mesmos objetivos, criou o programa de Iniciação Científica Júnior.

A partir de experiências positivas com estudantes do Ensino Médio, com foco na criação de uma cultura científica, surge o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIBIC-EM). É dirigido aos estudantes do EM e profissional com a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos; de despertar vocação científica e de incentivar talentos potenciais, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica e/ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado de instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas ou institutos tecnológicos.

A Iniciação Científica Junior (IC-Jr) faz parte do PIBIC-EM fomentado pelo CNPq, ela tem por finalidade despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e profissional da Rede Pública.

Segundo Carvalho (2002), apresenta como melhorar o ensino refletindo suas aulas, sua postura, sua formação, assim como, deve-se refletir sobre alternativas pedagógicas que realmente cooperem para um melhor aprendizado das crianças.

Fato é que a postura investigativa, os métodos e técnicas operacionais somados a construção do conhecimento são alguns dos fatores facilitadores ou complementares para uma aprendizagem significativa.

Em conformidade com Severino (2007, 2008 e 2009), na afirmação “impõe-se a aprender a pesquisar, pesquisando”, mesmo sendo textos acerca da docência universitária, acredita-se que esta imposição e forma de aprendizagem servem também para todos os indivíduos envolvidos com as atividades de pesquisa, sejam eles alunos, professores ou gestores, isto é, sendo o conhecimento uma atividade de construção, a aprendizagem abrange necessariamente a prática em qualquer âmbito educacional.

As atividades de pesquisa discente, nas quais o professor assegura uma prática rica em interações, constituem procedimentos que contribuem para inserir o aluno numa nova práxis de discurso, auxiliando-o a socializar-se com o mundo científico, sendo assim, propiciam a elaboração dos primeiros significados sobre o mundo, ampliando os conhecimentos dos alunos, sua cultura, e sua possibilidade de entender e participar ativamente na sociedade em que se encontra inserido.

Contudo, uma educação científica que estimule a criatividade, a participação crítica, à compreensão dos fenômenos em seu torno e contribua para a aproximação da emancipação, tão esperada, essas atividades de pesquisa não devem ser restritas aos alunos tidos por alguns como promissores, ao contrário, deve ser disponibilizada a todos os estudantes como alternativa de aprendizagem, obviamente esse entendimento não equivale a dizer que todos devam ter bolsa, mas sim, que deve ser estimulada e ampliada pelo governo brasileiro.

### 3.3 CIÊNCIA E PESQUISA: O CONCEITO E RELEVÂNCIA SOCIAL

Aqui apresentamos uma breve contextualização sobre ciência e pesquisa para melhor compreensão de seu conceito.

Ao falar em atividades de pesquisa discente e a sua relação direta com a ciência, na ambiência do contexto escolar, as quais auxiliam na formação e aplicação da educação científica, conforme Demo (2014), ao invés de evidenciar a aula como referência central de ensino e aprendizagem, é importante valorizar atividades de pesquisa, autoria e autonomia, ou seja, atividades que naturalmente direcionam a construção de conhecimento.

Como afirma o documento advindo do debate de cientistas e filósofos da ciência organizado pela UNESCO:

Para um país ter a capacidade de atender às necessidades básicas da sua população, a educação científica e tecnológica é uma necessidade estratégica. Como parte dessa educação, os alunos devem aprender a solucionar problemas específicos e a abordar as necessidades da sociedade, utilizando os seus conhecimentos e as suas habilidades científicas e tecnológicas (UNESCO, 1999, p. 13).

Antes de mais nada, para entender o caminho e avanços da ciência em nosso país, será utilizado um recorte sintetizado da produção de Elisângela Lizardo de Oliveira, em sua dissertação<sup>7</sup> de mestrado (2010).

A ciência foi impulsionada significativamente no Brasil com a chegada da Corte Portuguesa. A vinda da família real ensejou a instauração de fábricas, criação da imprensa brasileira e a produção de livros. Tal presença, e as inovações que ela trouxe, gerou a necessidade de organizar o Estado e conseqüentemente a demanda de funcionários intelectualmente capazes de desempenhar suas funções.

Conforme Lizardo (2010), a ideia de aplicação do conhecimento científico para a solução de problemas apresentados pela sociedade consolidou-se no Iluminismo, logo após o período inaugural da modernização científica na Europa que ocorre com o Renascimento.

Para além de conceituar etimologicamente a ciência, desde o século XVII, muitos filósofos buscaram descrever o método científico de modo a diferenciar do conhecimento tradicional ou de “senso comum” do conhecimento científico, e assim, encontrar respostas racionais para os fenômenos da natureza e da humanidade.

---

<sup>7</sup> Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com título, A Formação Científica do Jovem Universitário: Um estudo com base no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Notoriamente a centralidade da razão e do acúmulo científico foi fundamental para os avanços que conduziram a sociedade à modernidade, em contrapartida, responsável pela dependência dos homens à racionalidade científica e crescente individualismo.

Como herança da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), os países da Europa e os Estados Unidos aceleraram os processos de desenvolvimento científico e tecnológico. Ainda mais evidente na competição tecnologia dos Estados Unidos e a extinta União Soviética durante a Guerra Fria, período que se estende do fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) até a extinção da União Soviética (1991), mesmo tempo em que o Japão se inseriu no grupo dos países com tecnologia de ponta.

Nesse meio tempo, o Brasil, não sendo protagonista desse processo, experimentou-o apenas de forma periférica, permanecendo atrasado em relação a diversos países em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, dessa maneira, crescendo sua dependência externa e, conseqüentemente, refém de uma ciência produzida no exterior.

Em suma, inicia e destaca-se a trajetória da institucionalização da ciência no Brasil, no ano de 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, mesmo período de formação das primeiras universidades em território nacional.

Mais tarde, em 1950 surgem os primeiros órgãos de fomento à ciência e a tecnologia, dentre eles, os primeiros foram o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES, atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES: atualmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Logo após, na década de 1960, foram constituídas outras entidades ligadas a ciência e tecnologia, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP-1960), e também o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC-1962) entre outros que apareceriam tão importantes quanto os aqui apresentados.

No ano de 1985 foi constituído o órgão centralizador das ações das ciências e tecnologias estatais, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), comprovando a relevância que a ciência e tecnologia passaram a ter no país.

Nesse contexto, percebe-se que maiores esforços interdisciplinares, envolvendo tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais, logo, são um pré-requisito para que possamos lidar com questões éticas, sociais, culturais, ambientais, econômicas, de gênero e de saúde.

São muitos os documentos que justificam a importância da ciência no cotidiano escolar, dentre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998), indicam que diferentes propostas reconhecem hoje que os mais variados valores humanos não são alheios ao aprendizado científico e que a Ciência deve ser apreendida em suas relações com a Tecnologia e com as demais questões sociais e ambientais.

Segundo a Organização das Nações Unidas no documento para a Educação, a Ciência e a Cultura:

Todas as culturas são capazes de contribuir com conhecimento científico de valor universal. As ciências devem se colocar a serviço da humanidade como um todo, e contribuir para que todos tenham uma compreensão mais profunda da natureza e da sociedade, uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente sustentável e sadio para as gerações presentes e futuras (UNESCO, 1999, p. 26).

O desenvolvimento constante do conhecimento científico sobre a origem, as funções e a evolução do universo e da vida oferecem à humanidade uma abordagem conceitual e prática, que influencia profundamente a sua conduta e as suas perspectivas.

Para tanto, é imprescindível fazer o uso do conhecimento de todos os campos da ciência de modo responsável, a fim de atender-se às necessidades e às aspirações humanas sem se fazer uso limitado desse conhecimento.

Para a UNESCO (1999), a força do papel da ciência na busca de um mundo mais igualitário, mais afortunado e mais sustentável exige um compromisso de longo prazo por parte de todos os interessados, tanto públicos como privados, através de maiores investimentos, de uma revisão adequada das prioridades desses investimentos e do compartilhamento do conhecimento científico.

Vale aqui reproduzir o que afirma UNESCO:

Igualdade de acesso à ciência não é apenas um requisito social e ético para o desenvolvimento humano, como também uma necessidade para descobrir-se todo o potencial das comunidades científicas em todo o mundo e para orientar-se o progresso científico em direção à satisfação das necessidades da humanidade (UNESCO, 1999, p. 8).

Na mesma medida em que o conhecimento científico tornou-se um fator crucial para a produção de riquezas, infelizmente, a distribuição dessa riqueza tornou-se ainda mais desigual, não é meramente o fato de possuírem menos bens, mas também de serem, em grande escala, excluídos da criação e dos benefícios do conhecimento científico.

Com relação a isso a UNESCO considera em documento que:

No século XXI, a ciência tem que se transformar em um bem comum que beneficie a todos os povos em base solidária, que a ciência é um recurso poderoso para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, e que seu papel promete vir a se tornar ainda maior no futuro, à medida que for entendida a crescente complexidade da relação entre a sociedade e seu meio ambiente (UNESCO, 1999, p. 28).

É de entendimento universal que o conhecimento científico envolve quase todos os aspectos da vida do indivíduo e que diariamente observa-se o seu domínio crescente de forma significativa, assim, todos os indivíduos, independentemente de sua formação e profissão, convivem diariamente com este conhecimento, dependente de um maior e melhor entendimento da ciência, de suas aplicações e implicações.

Do mesmo modo, Lizardo (2010) relata que a ciência e a tecnologia, devem servir ao desenvolvimento econômico, a produção de riqueza do país, mas, também, ao desenvolvimento social, a eliminação das desigualdades sociais e, principalmente, ao aprimoramento intelectual e cultural de cada um e de todos.

Na Educação Científica, observada como uma das habilidades do Século XXI - para Demo (2014, p. 1) -, nela se prioriza a argumentação e o diálogo numa busca pela criatividade nas tomadas de decisões, sob o mesmo ponto de vista, aprende a escudar-se na autoridade do argumento, não no argumento da autoridade na medida em que alunos e professores são autores de seus próprios textos.

Conforme afirma Demo (2014), teoricamente falando, a educação científica se apoia, primordialmente, na expectativa da sociedade intensiva de conhecimento, reconhecendo que a produção de conhecimento inovador se tornou, tanto mais, o divisor de águas em termos de oportunidades de desenvolvimento. Esta percepção já se havia instalado razoavelmente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990/2009), desde o início da década de 1990, e que, por sinal, privilegia a noção de oportunidade como fulcro do desenvolvimento.

Em observações de Lizardo (2010, p. 48), a educação científica, em todos os níveis e sem discriminação, é requisito fundamental para a democracia. Igualdade no acesso a ciência não é somente uma exigência social e ética: é uma necessidade para realização plena do potencial intelectual do homem.

Entretanto, aqui se encontra um abismo na educação aplicada atualmente, todas as escolas públicas e privadas vendem ou sugerem que seu trabalho é todo realizado através da ciência conquistada com o passar dos anos e reformuladas com a evolução. Em contraste a essa afirmação, a educação científica, vem passando distante da reformulação das práticas escolares,

apesar de aparecer na legislação que normatizada a educação nacional e em documentos aqui explorados.

Essa lacuna será retomada a frente, com os resultados apontados na pesquisa de campo da região do Grande ABCD Paulista, segue então, com a definição para pesquisa:

A palavra pesquisa vem do latim, termo *perquirere* que significa procurar com perseverança. No dicionário (2015), pesquisa é o ato, ação ou efeito de pesquisar, busca; ação de buscar mais informações a respeito de algo, investigação; ação de investigar de maneira detalhada. Reunião de operações ou atividades, ou recolhimento de dados, que visa descobrir novos conhecimentos em vários domínios, principalmente no âmbito científico, estudo realizado para aumentar o conhecimento em determinada área do saber. E também, no meio acadêmico, a pesquisa é um dos três pilares dos processos de educação e ensino, onde o objetivo é produzir conhecimento, contribuir para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

Para a Cendales e Mariño (2005, p. 16), a pesquisa deve estar atrelada aos compromissos éticos e políticos do pesquisador, à ação e à transformação do cotidiano, não se trata, pois, de pesquisar por pesquisar.

A pesquisa científica consiste em um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos científicos em busca de respostas para um problema apresentado que tenha relevância social. Segundo Demo (2003b, p. 13), a fusão entre teoria e prática não acontece sem o pesquisador, sujeito que assume o papel principal na pesquisa, esse descobre, pensa, sistematiza e busca aperfeiçoar seu conhecimento.

Pesquisa se define, sobretudo, pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal a renovação científica.

Qualquer pessoa tem a capacidade de refletir e para descobrir coisas novas sobre si próprias e sobre o mundo, nesse percurso de busca, consegue construir métodos e procedimentos para fazê-lo da melhor maneira.

Pesquisar é um processo de descoberta, é ser sujeito, é estar na vida como um ser pensante, o que significa um contínuo querer saber ou querer pesquisar.

Encontra-se nas considerações da declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento científico, as seguintes alusões sobre a pesquisa:

Que a revolução da informação e da comunicação oferece meios novos e mais eficazes para o intercâmbio de conhecimento científico e para o avanço da educação e da pesquisa, assim também, a importância de uma ampla abertura de acesso à informação e a dados de domínio público para a pesquisa científica e a educação (UNESCO, 1999, p. 04).

No entanto, estamos sempre pesquisando: em casa, no trabalho, diante de diversas situações do dia a dia. Reconhecer que a pesquisa é uma prática cotidiana, que deve ir além dos conteúdos do programa curricular, uma atitude que anime o trabalho, a vida e os compromissos dos estudantes.

Conforme os dizeres de Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2012), o importante é que os alunos tenham oportunidades de envolver-se em situações investigativas, de experimentar, testar hipóteses, questionar, expor suas ideias e confrontá-las com as de outros. Nesse sentido, o papel do professor é propiciar um espaço favorável à descoberta, à pergunta, à investigação científica, instigar aos alunos a levantarem suposições e construir conceitos sobre os fenômenos naturais, os seres vivos e as inter-relações entre o ser humano, o meio ambiente e as tecnologias.

Uma pesquisa ao ser executada leva a uma reconstrução do saber, pois uma vez que essa tarefa é executada o conhecimento prevalecerá, “a educação pela pesquisa consagra o questionamento construtivo, como qualidade formal e política, como traço distintivo da pesquisa” (DEMO, 2003a, p. 10).

Segundo Severino (2007, p. 19), a interface do ensino com a aprendizagem é a íntima relação entre ensino e pesquisa, ou seja, o professor só ensina eficientemente com sua atividade docente numa contínua postura investigativa, do mesmo modo que o aluno atinge a aprendizagem significativa construindo conhecimento.

Pensar nessa aprendizagem significativa adquirida através das atividades de pesquisa, como parte primordial no ensino do ser intelectual e seus pontos positivos, quais seriam os motivos para não assegurar a turminha do EM a atuação numa atividade de pesquisa?

Contudo, pesquisar é assumir-se como sucessor dos construtores do saber, é a arte de deixar-se sobressaltar, é um ato de reencontro com as primeiras indagações da vida, de pensamento e reflexão sobre os percursos trilhados e, por fim, é um ato de compromisso com a história.

Dessa forma, em poucas palavras, percorremos a trajetória reflexiva tratando da contextualização da ciência e da pesquisa no Brasil, suas relevâncias, seus desencontros no processo educativo e, antes de mais nada, o quanto importante é a implementação dessa prática pedagógica ao se apresentar amparada por diversos documentos legais e oficiais.

### 3.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

No contexto social, a escola é o espaço privilegiado para a construção de conhecimentos, capazes de contribuir, desde o ensino básico, para ampliar o conhecimento científico, quer dizer, como compartilhador do processo de ensino e aprendizagem, pode estimular o espírito investigativo do aluno.

Usando como base Demo (2003b), princípio científico significa o cuidado com construção do conhecimento em termos, mormente metodológicos e epistemológicos, sendo esta a referência principal em uso – pesquisa-se para fazer conhecimento.

Para Schall e Diniz (1999), a oportunidade de iniciar cedo a vivência do processo de construção da ciência e poder experimentar este caminho na companhia de um mestre experiente e com sensibilidade para estimular o jovem é um dos fatores relevantes para desencadear um interesse verdadeiro pelo fazer científico.

Em conformidade com Severino (2009), a fim de lidar com o conhecimento científico, o pesquisador/a precisa arrimar-se em supostos epistemológicos, praticar metodologias específicas e utilizar técnicas operacionais pertinentes, esse aglomerado de práticas e posturas forma o pesquisar.

As atividades de pesquisa no Ensino Médio devem ser desenvolvidas mediante os fatores diversos que levam os indivíduos ao aprendizado significativo, desenvolve nos alunos a capacidade de diferenciar o que é conhecimento e o que é informação, verificando o que há de mais relevante para poder resolver criticamente um determinado problema.

Conforme Lizardo (2010), a educação científica, em seu contexto mais amplo, apresentou realce nas escolas, diversas ações como olimpíadas da matemática, português, feira de ciências e similares, e também, com ampliação de seus espaços de convivência e descobertas científicas, tais como laboratórios, bibliotecas e visitas a museus, os quais atualmente, fazem parte da política de formação científica.

Cabe aqui ressaltar, após apontamento dessas ações e infraestruturas, a organização de programas de fomento a iniciação científica pelas agências federais e estaduais de pesquisa, como o Programa de Educação Tutorial (PET), vinculado ao Ministério da Educação (ME), e já comentado superficialmente em passagem anterior, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) amparado pelo CNPq.

O principal desafio não se apresenta como novidade, trata-se de aumentar o investimento no PIBIC-EM e programas similares, que promovam a educação científica não apenas na graduação, mas desde o ensino básico.

Mesmo diante de incentivos, não é tarefa fácil colocar uma alternativa pedagógica, como essas atividades de pesquisa discente, em prática, um ponto a ser considerado e modificado em nosso país, é o exemplo e meio de atingir o sucesso profissional, assim como explanado por Demo (2014, p. 1), há uma disparidade fatal entre países que apreciam ciência e incentivam o estudo e outros que se orientam por outros valores tradicionais. Em sua sugestão, países latinos, entre outros, não se dedicam de modo satisfatório ao desafio da educação científica. Os jovens são atraídos pelo sucesso profissional sem estudo, como podem ocorrer com jogadores de futebol, atores, modelos, cantores etc. De fato, entre nós “estudar” ainda faz parte das atividades similares a castigo.

De acordo com esse ponto de vista, dentre outros tantos que poderiam ser apontados, transparece um exemplo da lacuna enfrentada pelos profissionais da educação básica nacional.

Sobretudo, o cerne da educação científica deve ser formar cidadão de consciência crítica, em conformidade com os dizeres de Schall e Diniz (1999), o jovem envolvido com essas atividades pode optar ou não pela carreira científica, ele terá tido oportunidade de conhecer e vivenciar o método científico, ele aprenderá a levantar hipóteses, a valorizar o planejamento para testá-las, a fazer levantamentos das ideias pré-existentes e já investigadas sobre a questão que busca responder, a refletir sobre as perspectivas de sua pesquisa como possibilidades de geração de novos conhecimentos e de aplicabilidade social.

Para que os educandos possam viver numa sociedade moderna e tecnológica como a atual, é necessário o aproveitamento de diversos saberes, voltados à compreensão da ciência e da tecnologia.

De qualquer modo, independentemente de sua escolha profissional, passar por uma experiência desta natureza fará diferença para qualquer que seja a carreira futura pela qual o jovem optar, e o mais relevante, para a vida, a qual requer cidadãos participativos, reflexivos e críticos.

Em outra parte do documento para a Educação, a Ciência e a Cultura, “A Ciência para o Século XXI: Uma nova visão e uma base para ação”, especificamente em suas considerações, é relatado a importância das ciências na sociedade, tal qual:

O papel desempenhado pelas ciências sociais na análise das transformações sociais relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico e a busca por soluções para os problemas gerados nesse processo (UNESCO, 1999, p. 30).

Severino (2009) relata que a iniciação à prática científica necessita de adaptações que articulem, proporcionalmente, a legitimação político-educacional do conhecimento, sua

fundamentação epistemológica, uma estratégia metodológica e uma metodologia técnica aplicada.

De acordo com Pinheiro (2007), o ensino que se pretende é aquele que propicie condições para o desenvolvimento de habilidades, o que não se dá simplesmente por meio do conhecimento, mas de estratégias de ensino muito bem estruturadas e organizadas.

Acredita-se que ao incorporar as atividades de pesquisa discentes, já no EM, poderá promover um ensino e aprendizagem que proporcione ao aluno habilidade de discussão sobre assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a implicação social das ciências nos aspectos ligados ao cotidiano e que possa levá-lo a autonomia intelectual.

Diante destas observações, analisamos sobre uma forma em que este movimento possa ser desencadeado nas escolas públicas e privadas da educação básica, especificamente no Ensino Médio.

### 3.5 A PRÁTICA EDUCATIVA DA PESQUISA CIENTÍFICA

As atividades de pesquisa discente é uma das maneiras de envolver os atores na prática educativa, alunos e professores, num processo de questionamento do discurso, das informações implícitas e explícitas nas formações discursivas, propiciar a partir disto a construção de argumentos que levem ao conhecimento, no entanto, envolver-se neste processo é acreditar que a realidade não está finalizada, mas que se constitui a partir de uma construção humana.

Segundo Demo (2003, p. 18), pesquisar é um processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo na base de qualquer proposta emancipatória. Se educar é, sobretudo, motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisar é parte intrínseca.

É também uma ótima ferramenta de aquisição de conhecimento de ambos envolvidos nela, ou seja, maior conhecimento para o aluno e conseqüentemente maior aprendizado para o professor orientador.

A particularidade dessa atividade sugere um aumento de conhecimento geral, o aluno aprende, mas o professor precisa saber para orientar, conseqüentemente, aprenderá em conjunto ao aluno, isto é, incentivo à formação de sujeitos capazes de construir sua própria história.

É preciso estimular o aluno a desenvolver seu contato com a ciência em outra perspectiva, na construção do conhecimento, formando-o como cidadão que saiba indagar, tome decisões, avalie o papel das decisões humanas na determinação da sobrevivência e da vida na sociedade futura, ou seja, perseverando a busca pela autonomia intelectual.

As atividades de pesquisa discentes precisam ser exploradas em todas as unidades escolares com Ensino Médio, são trabalhos realizados coletivamente, onde, todos tem um objetivo em comum, a melhoria da aprendizagem dos jovens e das escolas.

Diante dos desafios pelos quais passa a educação, para Freire (1997), a prática educativa não é uma espécie de marquise sobre a qual a gente espera a chuva passar, é algo mais sério, se lida com crianças, adolescentes<sup>8</sup> e adultos, devemos concorrer com a nossa competência, responsabilidade para o seu preparo científico, prazer pelo ensino e contribuir para que os educandos se tornem presenças marcantes no mundo. A segurança demanda competência científica, clareza política e integridade ética.

Na ótica educativa e formativa, é imprescindível ultrapassar a pura e simples obediência às normas e leis, ou seja, a educação necessita de ir além do simples cumprimento de seus componentes, e assim, transformá-las em material pedagógico em benefício da aprendizagem significativa do aluno.

### 3.6 ELO ENTRE ALUNO, PROFESSOR E ATIVIDADES DE PESQUISA

Apesar de muitos profissionais da educação não entenderem a sua primordial importância na vida dos alunos, poderá se compreender neste trecho o papel do professor como exemplo, isto é, os alunos estão sempre atentos à postura dos educadores e como agem diante de diversas situações.

Nesta perspectiva do professor como exemplo, vale referenciar aqui a primeira mestria apresentada por Foucault ao interpretar o pensamento platônico, nas palavras de Neves (2015a; 2015b, p. 117-118), a qual privilegia a mestria do exemplo, onde o outro é o modelo de comportamento transmitido e proposto ao aprendiz.

O trabalho intelectual, em um contexto teórico, exige pôr em prática, em sua plenitude, o ato de estudar de que não pode deixar de fazer parte à leitura crítica do mundo, envolvendo a leitura e a escrita da palavra, para tanto, a importância da leitura de jornais, revistas, trabalho intelectual junto aos educandos, leitura de textos, a escrita, observação, análise dos fatos e o estabelecimento de relação entre eles.

Em conformidade com Giroux (1997), ao observar os professores como intelectuais, pode-se elucidar a importante ideia de que toda a atividade humana envolve alguma forma de

---

<sup>8</sup> Título I - Das Disposições Preliminares - Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990a).

pensamento, isto é, o uso da mente é uma parte geral de toda atividade humana. Alinhado a este discurso, os professores como profissionais reflexivos deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens.

Ao falar sobre pensamento e atividade humana, cabe aqui ressaltar o ‘cuidado de si’, o qual segundo Neves (2015b, p. 110), relata que o tomar-se em cuidado é uma prática social, pois em apontamentos de Danner, ninguém cuida de si sozinho; o jovem requer um jogo de trocas e, neste jogo de trocas, o outro desempenha um papel fundamental.

Para Neves (2015b, p. 104-111), Foucault, ao analisar o pensamento platônico, entende que o cuidado de si é um processo que se dá de forma privilegiada na prática pedagógica educacional. Ou seja, é através de métodos pedagógicos que, se acredita na capacidade humana de autotransformação, pode possibilitar aos adolescentes a construção de uma ética como estética da existência.

Nas atividades de pesquisa discente, semelhantemente ao nível universitário, Severino (2009) diz que o professor coadunado aos alunos, precisa estar em permanente condição de estudo e aprendizagem, aonde o nível de conhecimento a que se chega é consequência de um árduo e longo processo de construção, conjunto de posturas e práticas que constituem o pesquisar.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, enquanto ensino continuo buscando, procurando. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 14).

Para Freire (1996), nenhuma autoridade docente se exerce ausente da competência profissional. O professor que deixa de lado a sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. Fato é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

Para Carvalho (2002), um problema que se encontra para a implementação das atividades diversificadas, como a pesquisa discente no EM, diz respeito à dificuldade do professor ou professor gestor realizar mudanças na “sua didática” e rotina escolar.

Essa talvez seja uma das maiores fendas da educação em todas as esferas, por vez a consciência e falta de interesse de alguns colegas ligados a educação, mas na maioria dos casos, a baixa remuneração, a indisponibilidade de tempo do professor, com uma carga excessiva de

aulas, ainda arrumar tempo para se dedicar a leituras, correções, planejamento de novas aulas e outras atividades que deveria ser normal e corriqueira na vida desse profissional.

No acompanhamento das atividades de pesquisa discente no EM, o professor tem um papel importante, e para realizar sua função de maneira adequada e eficaz, deve ter a prática da pesquisa, conforme afirma Severino a respeito de professores do Ensino Superior (2009).

No entanto, para ter em sua prática a pesquisa, professores da educação básica com turmas e aulas manhã, tarde e noite, obviamente, necessitam de melhorias nas condições estruturais de trabalho, e assim, assegurar um convívio social digno, que sua imagem profissional seja respeitada perante a sociedade, adequação e similaridade salarial por nível de formação a luz das outras áreas de atuação profissional com mesmo grau de gabarito e maior tempo livre para atividades intelectuais.

Tendo em vista as observações de Giroux (1997), ao encarar os professores como intelectuais, pode-se começar a repensar e reformar as tradições e condições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos. Acredita-se que é importante não apenas encarar os professores como intelectuais, mas também contextualizar em termos políticos e normativos as funções sociais concretas desempenhadas pelos mesmos. Dessa forma, pode ser mais específico acerca das diferentes relações que os professores têm tanto com seu trabalho como com a comunidade.

Todavia, para Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2012), efetivar um trabalho pedagógico na perspectiva da educação científica, exige enfrentamento e superação de alguns desafios. Embora a escola esteja inserida num contexto permeado pelas transformações científicas e tecnológicas, e reconheça a importância da educação científica, a maioria dos professores, ainda, não têm conseguido propiciar uma aprendizagem de qualidade nas escolas. Ao lado da luta pela superação da concepção propedêutica de ensino, enfrenta-se o despreparo dos professores, a falta de compreensão sobre o processo de ensino e aprendizagem em educação científica, bem como propostas didático-metodológicas adequadas e formação continuada consistente que potencialize as mudanças necessárias.

Ao pensar nos alunos como líderes de uma determinada atividade escolar se pode afirmar com Luck (2009) que, ao vivenciar o empreendedorismo e proatividade, essas competências realizadoras constitui-se em práticas presentes em momentos e espaços educacionais, de modo que os alunos aprendam pela experiência.

Nas escolas que os alunos mais aprendem são aquelas que tanto professores como pais apresentam elevadas expectativas em seus alunos e em suas condições para orientá-la, ou seja, confiam e transmitem confiança aos jovens (LUCK, 2009, p. 114).

Diante dessa afirmação de Luck, qual será o empecilho para que nossos alunos do EM realizem as atividades de pesquisa antes do período universitário? Mesmo que para tanto, necessite de adequações e adaptações para realização destas atividades, os professores, gestores e pais podem e devem transmitir condições e apoio encorajando os alunos para todo e qualquer desafio pedagógico.

Tratar da educação, na afirmação de Monteiro e Motta (2013), envolve uma discussão fundamental de âmbito educacional-escolar, ao abordar a intencionalidade subjacente ao padrão de conhecimento ensinado nas escolas públicas e ao padrão de adesão que educadores fazem ao exercerem suas escolhas e decisões curriculares, pedagógicas, além do tipo de relações que se estabelece com os sujeitos nos ambientes de ensino.

A respeito da relação entre professor e aluno em uma atividade de pesquisa, é verídico que haja um estreitamento na relação professor e aluno, pois, nessa atividade, os alunos precisam do professor orientador e o professor precisa que seus alunos contemplem os requisitos básicos para a elaboração, produção e finalização desta atividade.

Ainda assim, diante dessa aproximação entre professor e aluno, podem ocorrer desinteligências, discordâncias normais entre seres humanos e, neste caso, positivo, no sentido de acompanhar a lapidação de uma joia preciosa, ou seja, de um aluno pensante.

Emerge assim, segundo Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2012), a necessidade de que a ação docente consiga compartilhar o entendimento de que o processo de produção do conhecimento que caracteriza a ciência e a tecnologia constitui uma atividade humana, sócia historicamente determinada.

Alguns estudos revelam que muitos docentes, em decorrência de uma formação insatisfatória, apresentam dificuldades em propiciar um ambiente desafiador, favorável à construção de conhecimentos, isto é, muitos se sentem inseguros para desenvolver um trabalho sistemático com os alunos.

Demo (2014) diz que o importante é começar a produzir conhecimento próprio, ainda que devagar e sempre, instalando no próprio país condições mínimas de autonomia, isto é, dentro das suas limitações o objetivo é tornar-se capaz de produção própria, o que lhe permite continuar aprendendo e se atualizando.

Em conformidade a essa explanação de Pedro Demo (2014), Freire (1996) observa sobre os professores que a competência técnica científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento no qual o medo do professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vá sendo

desdenhado. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável às mudanças.

O professor precisa investir na ideia de incentivar o aluno a praticar elaboração própria, inserindo isso como meta de sua aula para a formação do aluno. Caso contrário, não muda a condição do aluno que apenas lê, sem interpretar com propriedade e, tão pouco, consegue construir seu conhecimento.

Em concordância a essa submissão intelectual, Neves (2015a; 2015b, p. 118) amparado em Foucault, elucida a mestria da competência, que é a simples explanação dos conhecimentos, habilidades, aptidões, cuja finalidade é auxiliar o jovem a sair de sua ignorância e outra, a mestria da adversidade, do expor-se a si mesmo a fim operar naquele que é guiado a descoberta da saída do *status* de assujeitado para o de sujeito.

Afirma Freire (1996) que o preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre àquela e esta.

Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento deveu humilde, mas perseverantemente dedicação.

Para finalizar, ainda nas palavras de Freire (1996), tão importante quanto o ensino dos conteúdos, é a decência com que o faço, é minha coerência na classe. É preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, ou seja, coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço.

Assim, apresentamos, sucintamente, desafios, possibilidades e posturas, necessárias a alunos e professores, a fim de se colocar a bom êxito as atividades de pesquisa.

### 3.7 O PAPEL DO GESTOR E AS ATIVIDADES DE PESQUISA DISCENTE

Por fim, abordaremos, de forma sintética, neste subcapítulo, algumas atribuições, posturas e procedimentos a serem colocadas em prática pelos gestores. Tais procedimentos serão apresentados de forma generalizada uma vez que não é intenção aqui apresentar um receituário a ser seguido, exclusivamente, para implementação e manutenção das atividades de pesquisa discentes; mas sim, algumas reflexões, explicações específicas e um agrupamento de atividades e procedimentos instituído na legislação, que possivelmente, auxiliaria as escolas a progredir no caminho da qualidade e prosperidade educacional.

A escola vive num mundo real, heterogêneo, limitador e excludente, está num ponto de tensão em que não tem alternativa senão se livrar de cargas inúteis e reaprender a realizar seus afazeres de forma efetiva, com significado e importância ao aluno, porque hoje mede forças com tecnologias que falam e dançam com as pessoas do século XXI.

Na LDB, lei que organiza o ensino público, definindo as incumbências entre União, Estados e Municípios, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e remete aos sistemas de ensino a definição de gestão democrática do ensino público.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996b, Art. 14.)

Tendo em vista esse apontamento legal, é responsabilidade dos gestores, em todos os âmbitos ou níveis hierárquicos, estimular, incentivar e nortear a comunidade escolar a se organizar e participar de maneira efetiva nas decisões escolares.

O educador democrático não pode negar, na sua prática docente, a reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão (FREIRE, 1996, p. 13).

Nessa perspectiva, cabe aos gestores incentivar alternativas criativas e de estímulo intelectual para emparelhar as forças entre escola e mundo social. A pergunta é: como democratizar uma educação enraizada na política antidemocrática?

Caetano (2009), a luz de grandes nomes e especialistas na educação e gestão democrática como Vitor Henrique Paro, Paulo Freire, Mario Sergio Cortella, José Carlos Libâneo entre outros, observa que, para que ocorra a democracia escolar, faz-se necessário uma mudança de cultura, onde todos os envolvidos no processo educativo percebam-se como agentes participantes e não expectadores do processo, aonde a “autonomia” possa ser exercida com seu verídico propósito, ou seja, elaboração conjunta de políticas educacionais que visem melhores condições para uma formação de “qualidade” das crianças e dos jovens que fazem parte da ambiência escolar. Autonomia essa, que permite a ousadia, a descentralização e a inovação, sem jamais esquecer o que já foi construído.

Todo projeto voltado para a democracia corre riscos, uma vez que envolve pessoas e ideias diferentes, porém, se estiver alicerçado na responsabilidade, por mais percalços que possam surgir, acabará tomando sua devida forma e ocupando seu espaço de direito.

Nesse sentido, Caetano (2009) relata que a gestão democrática é concreta porque é um processo alicerçado na participação, transparência, coletividade, competência, liderança e autonomia. Afirmando assim, a escola como um espaço capaz de gerar e construir ideias que permitam melhorar tudo aquilo que é próprio dela.

Orientar, acompanhar e dar *feedback* ao trabalho dos professores, tendo como foco a aprendizagem, são ferramentas positivas e obrigação do gestor. Em concordância a essa afirmação, Luck (2009) mostra o resultado da pesquisa realizada por Sammons; Hillman & Mortimore, na qual identificam que as escolas onde os alunos tem um aprendizado melhor, são as mesmas que o gestor cumpre suas atribuições e utiliza as três ferramentas apresentadas acima.

Caetano (2009, p. 6), afirma que, segundo Cortella, para alcançar a qualidade social na educação, é preciso uma sólida base científica, capaz de oferecer uma formação crítica de cidadania e desenvolver a solidariedade de classe social.

E ainda mais, que existe a necessidade de a escola atuar na formação da ética de seus estudantes, para uma formação democrática, que proporcione valores, conhecimentos, capacite e encoraje seus alunos a exercer de maneira ativa sua cidadania na construção de uma sociedade melhor (PARO apud CAETANO, 2009, p. 5).

Luck (2009) chancela que para o desenvolvimento intelectual, profissional dos alunos, e a melhoria da qualidade do ensino, o gestor tem como alicerce a capacidade de compreender as próprias ações e comportamentos relacionados aos seus resultados. Tendo o gestor essa capacidade, compreende-se que a troca de ensinamentos, conhecimentos e informações entre todos os envolvidos nas atividades de pesquisa, é assertivo para um melhor aprendizado, seja de alunos, professores ou gestores.

Afirma Monteiro e Motta (2013) que o gestor educacional necessita ter uma visão panorâmica e detalhada de futuro, dando oportunidade de participação das pessoas que tornarão o funcionamento idealizado da sociedade viável. Depois ter senso de missão social bem claro, aonde, consiste em responsabilidade e participação transformadora da sociedade, essa missão educativa empreende trabalho para realizar uma visão social de futuro compartilhada, com acordo de corresponsabilidades e para somar o desenvolvimento de capacidades humanas entendidas como necessária para que as pessoas se integrem e realize aquele projeto idealizado de sociedade futura, e com isso, o legado atravesse gerações.

Uma alternativa interessante pode ser abrir diálogo e rediscutir a organização do trabalho no interior da escola, hora atividade, pesquisa, identidade profissional e criar

mecanismos de avaliação para o projeto político pedagógico envolvendo avaliação docente, discente e institucional seguindo parâmetro de qualidade (FERREIRA, 2013).

De acordo com Monteiro e Motta (2013), é dever de todo gestor escolar manter-se informado a respeito de tudo o que lhe diz respeito e ao empreendimento que lidera como gestor, a lei, inclusive, presume isso. Sendo assim, é dever, faz parte das atribuições do gestor estar a par de universos jurídicos novos e toda normatização educacional para tomar decisões.

Mas como pensar em soluções inteligentes em um ambiente onde as cabeças pensantes, o ator responsável por fazer os alunos aprenderem, encontram-se, na maioria dos casos, sem coragem e ânimo para pesquisar e participar de maneira ativa nas atividades em geral, aqui, especificamente, na pesquisa discente do aluno.

Poderiam ser apontados diversos problemas das políticas públicas em educação, mas nessa passagem as atenções estarão voltadas aos gestores locais e suas condutas, e esse é um dos vários desafios que contemplam a nossa educação fraca de avanço, de inovações e também de gestores comprometidos em, no mínimo, aplicar as leis, decretos, pareceres, resoluções e portarias já aprovadas e disponibilizadas para que todos envolvidos com a educação de nossos jovens ajudem e participem das tomadas de decisão dentro do contexto escolar.

Obviamente, volta-se a reiterar que a discussão não é apenas no cumprimento da legislação, mas que os gestores criem possibilidades da comunidade escolar fazer parte de todo o processo ensino e aprendizagem dos alunos, tomando como base os apontamentos legais.

A construção da democracia participativa no âmbito escolar é sem dúvida um dos maiores desafios do sistema público de ensino, visto que, não depende apenas da regulamentação legal, mas sim, do conhecimento e iniciativa por parte de todos os agentes da mudança, acerca das possibilidades, responsabilidades, respeitabilidade e benefícios do programa de gestão democrática na educação. Conforme Freire “[...] não se muda a “cara” da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente” (FREIRE, 2000, p. 25).

Todas as escolas trabalham com seres pensantes, saber que este espaço de aprendizagem é um processo social e, assim sendo, Luck (2009) afirma que este processo social está carregado de contradições, conflitos e tensões causados por incompatibilidade de ideias, cabe ao gestor mediar e amenizar esses conflitos, cruciais para uma boa gestão.

Dessa forma, abordando contradições, realidades, possibilidades e atribuições associadas aos gestores educacionais e as atividades de pesquisa, findamos este capítulo teórico reflexivo.

## 4 MÉTODO

A prática das atividades de pesquisa é uma maneira de acrescentar a esta área, a educação, possibilidades de mudanças de paradigmas, em diversas passagens persuadidas pelo senso comum. A pesquisa científica tem como primordial incumbência contribuir para a propagação do conhecimento científico, na busca por respostas às indagações provenientes da teoria ou da prática da ação, no entanto, “a ciência é sempre a união de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do ideal com o real” (SEVERINO, 2007, p. 100).

Na primeira fase do estudo foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, de cunho analítico-documental, por meio da revisão da legislação que ampara as atividades de pesquisa discente no EM, como a legislação incorporou essa modalidade de princípio pedagógico na legislação: da constituição às portarias do Estado de São Paulo. Como a prática de pesquisa discente passou a fazer parte da legislação, como e porque se tornou lei.

No segundo momento, o texto explana no plano conceitual, como se dá a aprendizagem significativa mediante a construção do conhecimento, o que é pesquisa discente, os desafios e as perspectivas para o EM, a educação científica e sua colaboração para a formação crítica, o caminho percorrido e relevância da ciência, da pesquisa e do conhecimento científico no Brasil, o aprendizado de todos os envolvidos nessas atividades, a relação professor, aluno e gestor acerca dos procedimentos das atividades de pesquisa discente.

Para efetivação da terceira fase, etapa de cunho empírico, demonstra como está sendo aplicado este princípio pedagógico nas escolas que constituem a amostra. Ainda nesta fase do estudo, foi utilizado um questionário, com questões abertas e fechadas, a fim de levantar o conhecimento da existência da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), identificar semelhanças entre os projetos existentes e as ferramentas de aplicação da lei. Trata-se de apresentar até que ponto os dados objetivos mostram se a pesquisa discente está sendo praticada ou não, conseqüentemente, se os gestores estão cumprindo sua responsabilidade em aplicar o que determina as normas legais, vigente há 15 anos.

Iniciando o questionário (1-5), o responsável preenche com alguns dados pessoais e da escola que atua, responde se conhece a lei e se o projeto apresentado pela Diretoria de Ensino segue seus apontamentos.

Em seguida, a questão (6) relacionada ao artigo 6º da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) é respondida sobre o tema, como é escolhido, se tem participação de alunos e professores para sua definição ou é posto pelos responsáveis do projeto.

Na sequência aparecem as perguntas (7-13) referentes aos procedimentos encontrados nos artigos 5º, 7º e 8º da referida lei (SÃO PAULO, 2000), os quais, os responsáveis respondiam se os determinados procedimentos eram aplicados para execução de seu projeto.

As próximas questões (14-29) tem ligação direta com os artigos 9º, 10º e 11º da mesma lei (SÃO PAULO, 2000), os quais envolvem as mostras públicas das atividades de pesquisas em ambiente interno (Unidade Escolar) e externo (evento promovido pela SEESP), as resultantes das pesquisas apresentadas e incentivo financeiro referente as despesas para efetivação do projeto.

Para realizar o fechamento, a antepenúltima pergunta (30) busca saber se a escola está aberta a colocar em prática o projeto de atividade de pesquisa discente conforme as diretrizes da lei, na penúltima (31) rastreia a quantidade de alunos, professores e pais envolvidos no projeto e a última questão (32), quantos anos a escola coloca em prática o projeto indicado pela DE.

Após a explanação da relação das questões com os artigos da lei, apresentamos o quarto passo, aonde de fato, foi o momento de análise da situação resultante dos dados obtidos na etapa anterior, fazendo uma análise crítica dos elementos alcançados, isto é, infelizmente, expor que a hipótese aqui levantada foi demonstrada e confirmada para a região delimitada.

Por fim, as considerações finais abarcam o posicionamento sobre a problemática arrolada durante o estudo, inclusive a indicação de uma possível generalização dos resultados para todo o estado, devendo para tanto, que seja realizado novos estudos em outras regiões para a sua confirmação.

#### 4.1 ETAPAS DA PESQUISA

Com o uso da abordagem qualitativa de estudo das indicações dos casos e pesquisa exploratória, guiados pelo objetivo geral, que estabelece a análise da realização das atividades de pesquisa discente no Ensino Médio da região do Grande ABCD Paulista, a coleta e tratamento dos dados coletados seguiram os seguintes passos:

A) coleta de dados, por meio do questionário com questões abertas e fechadas e da observação do ambiente de pesquisa;

B) condensação do material levantado, no diário de campo, na transcrição das respostas do questionário e sua relação com os artigos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000);

C) cotejamento das informações do questionário com os instrumentos da lei, por meio de agrupamento das respostas pela semelhança das ideias (questão e artigo da lei), que emergiram em parte da literatura e em parte, com a elaboração intencional do instrumento de coleta;

D) triangulação de informações, questionário de análise, análise documental da legislação e observação: diário de campo.

#### 4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

Foi escolhida a técnica de observação, que consiste na permanência do pesquisador, nos ambientes (escolas) indicados pelas Diretorias de Ensino e SEESP, por um período de até cinco meses, com frequência semanal variando de um a três dias, a contar do dia de entrega da solicitação via UNINOVE até a última visita realizada nas escolas envolvidas no processo. Segundo Severino (2007, p. 125), esta modalidade “é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados e é imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”.

Neste momento é observado e relatado os fatos naturais que ali ocorreram, durante todo o procedimento de campo, a entrega das solicitações nas DEs e SEESP, entrega da apresentação do pesquisador aos diretores das escolas indicadas, primeiro contato e agendamento de uma conversa com o responsável por cada projeto, este indicado pelo diretor da unidade escolar para responder o questionário.

Em seguida, a análise de documentos de acesso das Diretorias de Ensino e SEESP, para identificar escolas que estão engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, por via de inscrição no PRODESC e/ou escolas que as diretorias tenham conhecimento que praticam essas atividades de pesquisa no seu cotidiano.

Para encerrar, a forma de coleta de informações foi através de um questionário composto de 32 perguntas abertas e fechadas, que tem como finalidade, conforme Severino (2007, p. 125), levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Nesse caso, saber se a lei 10.522/2000 é conhecida e se suas diretrizes são aplicadas.

### 4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Antes de mais nada, foi delimitada a região para a execução da presente pesquisa, neste ponto foi observado a facilidade de acesso, conhecimento e locomoção de cidades próximas, sendo assim, por morar e trabalhar na região do Grande ABCD Paulista, esta ficou como o universo a ser explorado.

Diante disso, a amostra seria levantada através de documentos de resposta apresentados pelas Diretorias de Ensino e SEESP, logo após receber as solicitações para indicação de escolas (analisando os anos de 2012, 2013 e 2014) que estariam engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, PRODESC e/ou escolas que as diretorias tenham conhecimento que praticam essas atividades de pesquisa no seu cotidiano.

Para tanto, segue abaixo um quadro com as escolas apontadas pelas Diretorias de Ensino e SEESP, seus projetos, o ano de cada projeto, quantidade total de escolas por DE, quantidade de escolas apresentadas por DE e respostas resumidas apresentadas por cada DE e pela SEESP, isto é, formando assim a amostra.

<b>Escolas apresentadas pelas Diretorias de Ensino e SEESP</b>		
<b>DE Diadema - 57 escolas</b>		<b>3 escolas apresentadas</b>
<b>Escolas</b>	<b>Codiescolas</b>	<b>Projeto</b>
DIADEMA	E1	Uso da sala de informática no processo de produção intelectual dos alunos e professores do EM 2014 (30)
FÁBIO EDUARDO RAMOS ESQUÍVEL	E2	FICFERE- Fórum de Iniciação Científica Fábio Eduardo Ramos Esquível 2012, 2013 e 2014 (280)
GREGÓRIO BEZERRA, DEP.	E3	Projeto Profissões 2014 (361)
<b>DE Santo André - 87 escolas</b>		<b>8 escolas apresentadas</b>
<b>Escola</b>	<b>Codiescolas</b>	<b>Projeto</b>
CELSO GAMA, Dr.	E4	Revista Diário da Sexualidade 2013 e 2014
CRISTINA FITTIPALDI, Prof <sup>a</sup>	E5	Reconhecimento Ambiental e Sustentabilidade 2012
JARDIM RIVIEIRA	E6	Conhecendo a história e cultura afro-brasileira e outras pesquisas (2014), trabalho e alimentação: quanto ganha e quanto paga (2013)
NADIR LESSA TOGNINI, Prof <sup>a</sup>	E7	Resgatando a memória da EE Nadir Lessa Tognini (2014), jornal da escola (2013)
ONDINA RIVERA MIRANDA CINTRA, Prof <sup>a</sup>	E8	Nordeste: palavra, imagem e som 2013

OSCAVO DE PAULA E SILVA, Prof.	E9	Confecção de um livro: Bullying 2012
PÉRCIO PUCCINI, Prof.	E10	História Oral 2014
WANDA B. GONÇALVES, Prof <sup>a</sup>	E11	Leitores em Evidência 2014/ TCC 2015
<b>DE São Bernardo do Campo - 71 escolas</b>		0 escolas apresentadas
Informou verbalmente que desconhecia essa prática nas escolas e não passou informação por documento.		
<b>DE São Caetano do Sul - 10 escolas</b>		0 escolas apresentadas
Informou verbalmente que desconhecia essa prática nas escolas e não passou informação por documento.		
<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		0 escolas apresentadas
Informou através de documento emitido pela SEESP que: não tinha registros de ações referentes ao Programa Jovem Cientista; a ferramenta PRODESC não conta com dispositivo para realizar o levantamento desses dados e desconhecia essa prática pedagógica nas escolas.		
<b>Total (GABCD) - 225 escolas</b>		11 escolas apresentadas
Quadro 1 - Escolas apresentadas pelas Diretorias de Ensino e SEESP. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.		

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O primeiro passo desenvolvido durante o processo de pesquisa foi compreender os dizeres da LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) e a definição de pesquisa discente.

Após tal compreensão, foi feito levantamento dos instrumentos práticos da LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) envolvendo os projetos com atividades de pesquisa discente apontados pelas Diretorias de Ensino e pela SEESP.

Em análise a essas bases, o terceiro objetivo foi identificar as escolas inscritas no Prêmio Jovem Cientista, nos Projetos Descentralizados (PRODESC) e outras que sejam de conhecimento da Diretoria de Ensino, quanto às atividades de pesquisa discente.

Desde então passou a conhecer as escolas, observar e montar quadro com consolidação de dados de interesse, explorar e analisar os dados coletados no campo. A partir de então, passou-se à tarefa de compreender como estas escolas aplicam a LEI 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) e estruturam as práticas de atividades de pesquisa discente através das respostas do questionário de análise.

O questionário abaixo foi respondido pelas escolas que, possivelmente, realizam as atividades de pesquisa discente, o objetivo é analisar como estão estruturadas e como realizam

essas atividades no interior de seus cursos, quem é o responsável, quanto tempo convivem com essa prática, tem participação de toda a comunidade escolar, como é a construção dos trabalhos, quem orienta, entre outros questionamentos relacionados aos instrumentos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000).

Para ilustrar melhor e de maneira mais simples as correlações das suas questões com os artigos da lei que ampara as atividades de pesquisa discente no EM, no estado de São Paulo, foi elaborado um quadro com cada questão e a quais artigos a mesma tem relação:

<b>Correlação das questões com os artigos da lei 10.522/2000.</b>		
<b>Nº</b>	<b>Questões</b> (As 3 primeiras questões são de informações pessoais)	<b>Correlação com os artigos da lei 10.522/2000</b>
4	Conhece a Lei 10.522/2000?	Conhecimento da lei.
5	Toma como base a Lei 10.522/2000?	Segue os apontamentos da lei.
6	Tema é escolhido democraticamente?	Artigo 6º abrange o tema e como é feita a escolha.
7	Orientações da equipe gestora para professores?	Artigo 5º, 7º e 8º da lei, os quais, os responsáveis respondiam se os determinados procedimentos eram aplicados para execução de seu projeto.
8	Orientações da equipe gestora para alunos?	
9	Orientações entre professores e alunos?	
10	As ATPCs são utilizadas para as orientações?	
11	Relatórios dos professores sobre essas orientações?	
12	Trabalho de leitura e escrita para sua construção?	
13	Acompanhamento periódico dos orientadores?	
14	Aulas com informações da elaboração do trabalho?	Artigos 9º, 10º e 11º, os quais envolvem as mostras públicas das atividades de pesquisas em ambiente interno (Unidade Escolar) e externo (evento promovido pela SEESP), as resultantes das pesquisas apresentadas e incentivo financeiro referente as despesas para efetivação do projeto.
15	Modelo de documento para entrega padronizada?	
16	Entrega da parte escrita pelos atores?	
17	A pesquisa dos alunos é avaliada (nota de 0 a 10)?	
18	A nota é distribuída entre as disciplinas?	
19	Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo?	
20	Avaliação dos alunos para os seus orientadores?	
21	A pesquisa finalizada é encadernada?	
22	Ficam à disposição dos alunos na biblioteca (sala de leitura)?	
23	Modelo para apresentação em slides (padronizado)?	
24	Apresentação para bancas de professores em evento próprio?	
25	Apreciação dos trabalhos por professores internos?	

26	Apreciação dos trabalhos por professores externos?	
27	Certificação de conclusão pelo trabalho realizado?	
28	Apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?	
29	Inscrição no PJC, no PRODESC ou outro programa incentivado pelos órgãos públicos?	
30	A escola toparia adequar ou implementar um projeto para inseri-la conforme suas diretrizes?	Se a escola colocaria em prática o projeto de atividade de pesquisa discente conforme as diretrizes da lei.
31.1	Nº de professores envolvidos?	Comprometimento e participação de professores e da comunidade no projeto.
31.2	Nº de alunos envolvidos?	
31.3	Nº de pais envolvidos?	
32	Quanto tempo (anos) a escola convive com essas atividades?	Convivência com o projeto.
	O projeto continua vigente?	Se o projeto continua sendo executado.

Quadro 2 – Correlação das questões com os artigos da lei 10.522/2000.

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.

Esse quadro foi elaborado para compreensão dos dados da pesquisa de campo e para verificar como estão estruturadas as atividades de pesquisa discente no EM, com isso, facilitar o entendimento e quantificar o quanto, cada projeto indicado, aproxima-se dos dizeres e diretrizes da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000).

Nesse momento, foi observado como cada projeto utilizava as ferramentas pedagógicas disponíveis e quais tinham semelhanças com um projeto de atividades de pesquisa discente.

#### 4.5 OBSERVAÇÃO: DIÁRIO DE CAMPO

Ao levar as primeiras solicitações até as Diretorias de Ensino e SEESP, neste momento via ofício da escola, passados por um período de aguardo de resposta, o encaminhamento da carta de solicitação expedida pela UNINOVE (PROGEPE/LIPIGES) e a chegada das respostas, foram iniciadas as observações.

Abaixo segue o quadro de datas desses procedimentos e quantidade de visitas a cada DE até a obtenção das respostas:

<b>Quadro de datas das solicitações de informações e respostas.</b>				
<i>LOCAL</i>	<i>OFÍCIO UE</i>	<i>DOC. UNINOVE</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>Nº DE VISITAÇÃO</i>
<b>SEESP</b>	28/11/2014	26/05/2015	31/08/2015	6 visitas

DE SANTO ANDRÉ	21/11/2014	22/05/2015	29/07/2015	5 visitasões
DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	20/11/2014	25/05/2015	29/07/2015	6 visitasões
DE SÃO CAETANO DO SUL	20/11/2014	25/05/2015	29/07/2015	6 visitasões
DE DIADEMA	21/11/2014	22/05/2015	15/06/2015	5 visitasões

Quadro 3 - Datas das solicitações e respostas.

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.

Apesar das Diretorias e SEESP não ser o ambiente (foco) deste estudo, vale aqui ressaltar alguns desencontros nas informações:

Primeiramente, as mesmas informações foram solicitadas pelo Sistema Integrado de Informações ao Cidadão em 18/11/2014, obtive seguinte resposta de forma sucinta:

Para os projetos inscritos no PRODESC (Programa de Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares), informo que o referido Programa, não atende somente projetos externos para participação em eventos científicos ou uma especificidade prevista em lei e sim atende uma extensa gama de projetos pedagógicos de apoio curricular, desta forma, não temos condições de analisar cerca de três mil projetos, da edição de 2014, a fim de detectar se o objetivo principal era a participação no Prêmio Jovem Cientista ou a elaboração de um projeto pedagógico que atende à Lei 10.522/00, pois, os projetos atendem diferentes projetos pedagógicos, tanto para o trabalho docente, bem como objetivos processuais a serem utilizados nas Diretorias de Ensino. Com relação ao Prêmio Jovem Cientista, cabe à Secretaria da Educação de São Paulo realizar somente o apoio institucional, **divulgando** o evento por meio das diversas mídias para a rede estadual de ensino ([www.sic.sp.gov.br](http://www.sic.sp.gov.br), 2014).

Sem sucesso por este caminho, a primeira tentativa pessoalmente, foi entregar um ofício<sup>9</sup> emitido pela escola com a solicitação de indicação das escolas com a prática de atividades de pesquisa discente no EM, conforme dados do quadro apresentado acima.

Logo percebe-se que a solicitação direta do professor não gerou resultante, com isso, manifestamos através das solicitações<sup>10</sup> emitidas pelo orientador, via folha timbrada da instituição UNINOVE e, em cada setor foi resumidamente assim;

<sup>9</sup> Esses primeiros documentos de solicitação estão digitalizados nos apêndices e foram elaborados, encaminhados com a assinatura apenas do pesquisador/ estudante, esse documento foi via ofício em folha timbrada da unidade escolar EE Fábio Eduardo Ramos Esquível, sem nenhuma resposta até a presente data (solicitado em novembro de 2014).

<sup>10</sup> Reencaminhado novos documentos de solicitação, agora um documento elaborado pelo professor orientador Gustavo Gonçalves Úngaro, em folha timbrada da UNINOVE e com cópia do mesmo documento sem resposta, em anexo (solicitado em maio de 2015).

A Diretoria de Ensino da região de Santo André, após cinco visitas entre entrega da solicitação e a resposta entregue em 29/7/2015, apresentou oito escolas com possibilidade de ter em suas práticas pedagógicas, projetos relacionados as atividades de pesquisa discente.

A Diretoria de Ensino da região de São Bernardo do Campo, responsável também pelas escolas de São Caetano do Sul, após as seis visitas entre entrega da solicitação e a resposta entregue em 29/7/2015, não apresentou escolas com possibilidade de ter em suas práticas pedagógicas, projetos relacionados as atividades de pesquisa discente.

No entanto, durante as visitas, a DE informou verbalmente que não tinha o conhecimento de nenhuma escola com essas práticas, mas, que não poderia transcrever isso em documento e encaminhou a seguinte informação via e-mail:

Em resposta a sua solicitação, informamos que tais dados podem ser solicitados às escolas, junto aos seus diretores, se autorizados pelos mesmos. Caso necessite dos endereços e telefones das escolas jurisdicionadas à esta Diretoria de Ensino informamos que estes estão contidos em nosso site [www.desaobernardo.educacao.sp.gov.br](http://www.desaobernardo.educacao.sp.gov.br) e podem ser acessados a qualquer momento (Núcleo Pedagógico - DE da Região de São Bernardo do Campo, 2015).

Na Diretoria de Ensino da região de Diadema, após cinco visitas entre entrega da solicitação e a resposta entregue em 15/6/2015, apresentou três escolas com possibilidade de ter em suas práticas pedagógicas, projetos relacionados as atividades de pesquisa discente.

A SEESP foi a última a entregar o documento de resposta, como observa-se foram seis visitas pessoalmente, entre entregas das solicitações e a resposta retirada pessoalmente na Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB, local indicado pela SEESP em uma das visitas.

Em tempos, já tinha a informação que a resposta existia, pois havia recebido um e-mail no início de agosto, solicitando o endereço a ser encaminhado. Após aguardar a entrega do documento via correio, com o envio de e-mails e telefonemas requerendo a resposta nos meses de setembro e outubro/2015, em 12/11/2015, compareci pela 6ª vez na SEESP, em seguida, dirigindo-se ao prédio da CGEB, em seu setor interno Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional – CEFAF, o qual indicou que a resposta estaria no Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica - DEGEB, enfim, em mãos a resposta emitida pela SEESP.

Notoriamente, nesse período, já havia feito toda a pesquisa de campo com as informações passadas pelas Diretorias de Ensino do GABCD e o intuito era confirmar os nomes das escolas da região delimitada, ou seja, os nomes indicados pelas diretorias e ter uma ideia

de quantas escolas poderiam ter em suas práticas pedagógicas, as atividades de pesquisa discente, em toda a SEESP.

Como resultante, o documento de resposta da SEESP diz em suma:

No que tange a solicitação, salientamos que as escolas possuem autonomia para inscrever-se em eventos como o Prêmio Jovem Cientista, organizado pelo CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Por tratar-se de certame com inscrição por adesão, organizado por entidade de outra esfera, não contamos com registros dessas ações. Com relação ao desenvolvimento de projetos por meio de Cadastro de Projetos Descentralizados – PRODESC – informamos que a ferramenta não conta com dispositivo para realizar o levantamento desses dados. Outrossim informamos que não temos conhecimento de escolas que solicitam Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em sua prática habitual (Equipe Curricular de Ciências da Natureza – CEFAF – DEGEB, 2015).

Contudo, aqui deixamos um alerta para o desencontro de informações e a falha na comunicação interna entre os braços da SEESP.

Agora, com as indicações de onze escolas e definição de nossa amostra dentro do universo delimitado, foi realizado, através das visitas, os procedimentos para conseguir informações de cada unidade escolar, esses adotados para todas as escolas indicadas e foram os seguintes:

- A) Entrega da Carta de Apresentação.
- B) Conversa de esclarecimentos com o Diretor, Vice-Diretor ou Coordenador da escola e agendamento com o responsável pelo projeto indicado pela DE, para ser respondido o questionário de análise.
- C) Dedicção em responder o questionário de análise.

A seguir, um quadro que apresenta parte da pesquisa de campo de forma resumida, com as datas dos procedimentos apontados acima de cada escola e quantidade de visitas para concluir essa etapa, conforme norteamto pré-estabelecido (A, B e C):

<b>Quadro de datas e procedimentos nas escolas apresentadas.</b>				
<i>LOCAL</i>	<i>Carta de Apresentação (A)</i>	<i>Agendamento (B)</i>	<i>Questionário (C)</i>	<i>Nº DE VISITAÇÃO</i>
<b>E1</b>	27/07/2015	15/09/2015	22/09/2015	4 visitas
<b>E2</b>	28/07/2015	03/08/2015	05/08/2015	Cotidiano
<b>E3</b>	29/07/2015	06/10/2015	<u>Divergência</u>	6 visitas

<b>E4</b>	04/08/2015	03/09/2015	08/09/2015	4 visitasões- revista
<b>E5</b>	05/08/2015	03/09/2015	17/09/2015	3 visitasões
<b>E6</b>	06/08/2015	08/10/2015	<u>Enviesada</u>	2 visitasões
<b>E7</b>	07/08/2015	18/08/2015	26/08/2015	3 visitasões
<b>E8</b>	04/08/2015	20/08/2015	08/09/2015	3 visitasões
<b>E9</b>	05/08/2015	24/09/2015	16/10/2015	4 visitasões - livro
<b>E10</b>	06/08/2015	27/08/2015	<u>Divergência</u>	2 visitasões
<b>E11</b>	07/08/2015	27/08/2015	27/10/2015	4 visitasões - fórum

Quadro 4 - Datas e procedimentos nas escolas apresentadas.

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.

Abaixo, poucos relatos referentes aos dias passados no ambiente de pesquisa, este agora, o ambiente escolar, local onde conseguiu-se colher as informações para analisar juntamente com os artigos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000):

Na escola E1 foram realizadas quatro visitasões da apresentação até o questionário respondido, dentro do intervalo de quase dois meses, para tanto, esse dia de visita além dos três programados, aconteceu por situações inesperadas que ocorrem no cotidiano escolar, e assim, não conseguimos realizar a etapa (B), sendo reagendada para outra data.

A E2, escola a qual tenho contato diário, por ser professor da escola e o responsável pela implantação do projeto indicado pela diretoria, facilitou e agilizou todo o processo da apresentação até o questionário respondido.

Como nem tudo na vida são flores, na unidade escolar E3 foram realizadas seis visitasões da apresentação até o questionário “não” respondido, essas idas até o ambiente escolar aconteceram no meio de quatro meses, sendo elas, duas presenças (A e B) na escola indicada pela DE, a qual o diretor da escola informou que o responsável pelo projeto estava trabalhando em outra escola e que deveria ser procurado, foi quando, mais duas visitasões em outra escola ocorreram para conseguir as informações, realizado o procedimento (A) e durante o procedimento (B) já fui colocado em contato com o professor responsável pelo projeto que, infelizmente, por motivos de divergência de ideias com a direção da escola indicada pela DE, preferiu não participar e informou que a diretora, a mesma que solicitou que o procurasse, também participou do projeto e poderia responder o questionário. Então, calhou-se em mais dois dias na busca de completar o (C) sem sucesso, nitidamente, devido ao desencontro de ideias incorporado entre os profissionais.

Já na escola E4 foram realizadas quatro visitasões da apresentação até o questionário respondido, entre o intervalo de pouco mais de um mês, no entanto, o dia de visita além dos três programados, deu-se por indisponibilidade do professor no dia agendado para realizarmos

a parte (C), no mesmo dia, reagendada para o dia seguinte. Projeto que resultou em uma revista, obra realizada por meio de produção de conteúdo escrito pelos alunos.

No colégio E5 efetuaram-se três visitas da apresentação até o questionário respondido, durante pouco mais de um mês, portanto, os procedimentos se deram em conformidade com a programação.

Inesperadamente, na unidade E6 advieram duas visitas da apresentação até o questionário “não” respondido, as duas presenças na E6 tiveram espaço de tempo de pouco mais de dois meses, a primeira foi sem sucesso, já a segunda, rapidamente foi feita a etapa (A) e desenrolou-se a parte (B), a diretora de uma elegância e simpatia adorável, contou dos bons resultados da escola nas avaliações externas da SEESP, dos projetos aprovados na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – FEBRACE – indicação de que a escola trabalha com atividades de pesquisa discente no EM e, entre outros assuntos agradáveis, a surpreendente quantidade de alunos que saem dessa unidade escolar e acessam as Universidades Federais, assuntos que empolgaria qualquer pessoa envolvida com educação, porém, por outro lado, a diretora de uma honestidade e decidida, “Não trabalhamos amparados por essa lei 10.522/2000, não a conheço, não penso em mudar nosso direcionamento (colocar os alunos nas universidades e, de preferência, nas Federais), caso tenha interesse e se puder, pode deixar o questionário, vou ler e me inteirar dessa lei para respondê-lo, pois, obviamente não vou dizer em documento que não a conheço, sobretudo, que não sigo a legislação (Diretor E6, 2015)”. Diante dessa argumentação, não seria justo utilizar as respostas do questionário de análise, informações enviesadas.

Os procedimentos (A, B e C) deu-se tal como programado, nas escolas E7, com pouco menos de um mês e E8 em pouco mais de um mês, sendo, em ambas, três visitas cada.

Nesta escola, a E9, foram necessárias quatro visitas da apresentação até o questionário respondido, cerca de pouco mais de dois meses, além disso, o dia de visita a mais dos três dias delineados, sobreveio da necessidade de dedicar-se a conhecer melhor o projeto que resulta em um livro por ano, obras por meio de produção de contos dos alunos.

Entretanto, na unidade escolar E10 realizou-se apenas duas visitas da apresentação até o questionário “não” respondido, nesta vez, por motivos de divergência de informação fornecida pela DE e a realidade da escola, quer dizer, o projeto apresentado pela DE não pertencia, não foi realizado pela escola. A frente desse relato, com a mesma postura em E6, foi desconsiderado o questionário respondido, integralmente, como prejudicado.

Finalizando e comentando a última escola apresentada pela DE, trata-se da E11, nela sucederam quatro visitas da apresentação até o questionário respondido, considerado quase

três meses para execução dos procedimentos, também, o dia de visita além dos três dias planejados, sobreveio da indispensabilidade de dedicar-se a conhecer melhor o projeto que resultou em um fórum, obras escritas e apresentações à banca de professores, com origem no ano de 2015.

#### 4.5.1 Café com Vanderlei Siraque

Vanderlei Siraque é o autor do projeto de lei 0757/ 1999 que se transformou na lei 10.522/2000, elemento da legislação estadual que ampara as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio conforme já abordado em trecho anterior.

Conforme informações de seu site (SIRAQUE, 2016) segue um pouco de sua trajetória política: exerceu três mandatos como vereador em Santo André; foi Presidente da Câmara de Santo André, quando criou o “Fórum de Vereadores e Vereadoras do grande ABCD”. Durante este mandato criou as “Sextas Culturais”, “O Cinema na Câmara” e “As Segundas Participativas”, informatizou a Câmara; foi por três vezes consecutivas o deputado estadual mais votado de Santo André; foi líder da minoria na Assembleia Legislativa; em Brasília Siraque foi membro titular da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma do Código Penal, da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 1572 que institui o Código Comercial, da Comissão Especial destinada a proferir parecer aos projetos de lei que tratam sobre alterações no Código de Processo Civil, da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre o PL 7108/2014 que trata sobre Arbitragem, da Subcomissão Permanente sobre Petróleo, Gás Natural e Etanol, da Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização Operacional dos serviços de Telefonia Fixa e Móvel no Brasil, membro suplente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 491/2010 que trata da proibição de incidência de imposto sobre medicamentos, entre outros, da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 290/2013 que trata da atualização do tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, da Subcomissão Permanente Marco Regulatório de Mineração no Brasil e da Subcomissão Especial para propor legislação que possibilite a recuperação dos ativos originários e produtos de crimes, encontrados no exterior, de forma eficiente e célere; foi o criador e presidente da "Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil".

Com esse diálogo realizou-se um momento importante para essa investigação, oportunidade de saber ao certo como, onde, porque e quais os fundamentos que realmente foram considerados para a construção da lei.

A tentativa de contato com o ex-deputado iniciou-se em setembro de 2015, as primeiras tentativas via contato telefônico, após dois meses sem sucesso, foi encaminhado em sua página de uma rede social a solicitação de uma conversa.

Ao acessar essa página, encontrar sua esposa Bete Tonobohn Siraque (vereadora de Santo André), a mesma solicitação foi encaminhada para que ela intervisse e auxiliasse no contato.

Posteriormente a abandonar a ideia de conversar pessoalmente com o político, inesperadamente, em 19/02/2016 o escritório de Vanderlei Siraque entra em contato para que fosse agendado um dia e horário, com isso, combinado para o dia 23/02/2016 às 15h.

Nessa data foi entregue uma carta de apresentação com a solicitação de um diálogo (seis perguntas) sobre a formação da lei 10.522/2000, carta essa assinada de imediato e então iniciado o bate papo.

A primeiro questionamento era para que fizesse um breve resumo sobre sua biografia e como iniciou sua vida pública (na política), Vanderlei Siraque, nasceu Santa Cruz do Rio Pardo - SP, morou no norte do Paraná e vieram para Santo André. Bacharelado na USP, direito, após mestrado e doutorado na PUC. Escreveu um livro pela Saraiva, Controle Social da Administração Pública, foi vereador de Santo André, presidente da câmara, deputado estadual e federal. É advogado. Iniciou a vida pública nas comunidades de base da igreja católica, que inspirou, através da teologia da libertação. Atividade nos movimentos sindicais dos bancários, CUT, formação do PT, doutrina social da igreja católica. A minha inspiração não vem do PT, nem da política e sim cristã.

Na segunda foi questionado sobre o que motivou a escrever o projeto de lei 0757/ 1999, o qual colocou do ponto de vista pedagógico que tinha duas professoras em casa, atual esposa (Bete) e mãe (Dirce), do ponto de vista científico, foi inspirado na ideia do Paulo Freire, do ser humano buscar autonomia, liberdade, busca da cidadania. Outras motivações era a de conseguir diminuir a violência nas escolas, que a comunidade se apropriasse de responsabilidades na escola através de um conselho participativo, e com isso, a escola possa buscar sua legitimidade social.

A terceira questão foi quanto aos documentos utilizados para a escrita da lei, certamente houve uma inspiração nesses documentos da UNESCO, porém, a lei é trabalho de leigos, o legislativo é formado por leigos com isso é democrático. Muito baseado na experiência de vida,

pois a lei não é trabalho científico, ela nasce da inspiração em muitos debates. Participaram das discussões Arlindo Lima, secretário de governo de Santo André, Gilmar Silvério, secretário da educação, ambos professores de história, Bete já estava comigo, professora Terezinha, Rose Pavan que já foi presidente da APEOESP, assessoria jurídica da própria casa, entre tantos outros presentes em debates.

Em esclarecimentos a quarta pergunta que aborda a lacuna para a SEESP colocar a lei no cotidiano escolar, é relatado que os alunos, professores, reivindicarem da administração pública, APEOESP, grêmios, união dos estudantes - UMES e entidades representativas dos professores reivindicarem. Infelizmente, os projetos educacionais propriamente ditos não são discutidos. Se o secretário não discute com o diretor, diretoria regional-dirigente de ensino e com o professor, acha que ele vai discutir com a comunidade? Não vai. E para a escola se tornar a referência do bairro são necessárias discussões com a comunidade.

Na penúltima pergunta quanto a requisição e expectativa da implantação da lei, afirma que sempre era feito quando compareciam os representantes da secretaria da educação. Foram feitos debates, discuti com diversas pessoas e entidades da área (educação). A expectativa até agora estava no esquecimento, mas você aparecendo já fica mais animado de novo, com pensamento de que serviu para alguma coisa.

Para finalizar o diálogo, Siraque diz não ter conhecimento de escolas que atuaram com a prática da lei 10.522/2000 após sua aprovação. E os benefícios desejáveis são: a participação com os problemas do bairro, desenvolvimento intelectual, cidadania ativa e a liberdade, politização das pessoas, não no sentido partidária, mais sim na formação, encontrar a solução junto as autoridades, saúde, educação, saneamento básico. No caso dos políticos, se a pessoa é mais aberta isso é bom para ela, no sentido de levantamento, expectativa que a cidadania pudesse se desenvolver em sua plenitude, acredita que daria um trabalhão para as pessoas da secretaria e da câmara que não estivessem engajadas nessa linha participativa.

Contudo, diante de seus esclarecimentos cabe uma reflexão sobre a relevância e o valor do cidadão para as pessoas que são remuneradas com dinheiro público, aquele que deveria pensar no melhor para o povo acima de qualquer opinião, crença, padrão financeiro e, principalmente, a conscientização da inexistência de lado partidário ao terminar as apurações das urnas, ou seja, todos em um trabalho conjunto para a dignidade e bem-estar comum para toda a sociedade.

Para concluir a observação, a proximidade com ambos ambientes apontados acima, sobretudo, que são parte da Pesquisa de Campo viabilizou uma valorosa reflexão para o aprimoramento do assunto, anteriormente apenas posto de modo teórico e agora articulando

com o empírico, conforme afirma Severino (2007, p. 126), somente a teoria pode caracterizar como científicos os dados empíricos, mas, em contrapartida, ela só gera ciência se estiver articulando dados empíricos. Logo a frente, retomaremos um pouco mais dessas visitas, do cotidiano de cada escola e projetos indicados pelas diretorias, especificamente no resultado da Pesquisa de Campo.

#### 4.6 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Ao desenhar a trajetória para entendimento e realização da presente pesquisa descritiva, afirma Gressler (2007, p. 59) que a pesquisa descreve os fatos presentes em uma determinada área de interesse e é utilizada para comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas parecidos, tendo em vista aclarar situações para o futuro.

Em conformidade com Severino (2007, p. 100), ao elaborar o método a ser seguido ou a formação do caminho a ser trilhado para efetivar a pesquisa de campo, somado a utilização das técnicas e um fundamento epistemológico são essenciais para atingir a diretriz do conhecimento científico.

Para tanto, esta pesquisa utilizou informações, dos anos de 2012, 2013 e 2014, das 225 escolas da região delimitada apresentadas pelas Diretorias de Ensino da região do GABCD e pela SEESP e a abordagem qualitativa por analisar e avaliar de perto como as escolas identificadas realiza e contempla os alunos, com as atividades de pesquisa discente.

O primeiro passo para a pesquisa de campo era saber as escolas da região delimitada que teriam em seu cotidiano a prática de atividades de pesquisa discente no EM, para tanto, foi encaminhado inicialmente uma solicitação ao Serviço Estadual de Informação ao Cidadão no dia 18/11/2014, conforme segue em anexo, respondido de forma lacônica e sem a indicação de escolas.

Todos os procedimentos adotados com a SEESP e Diretorias de Ensino<sup>11</sup>, que tangem as solicitações até as respostas, já foram detalhados no diário de campo, porém, vale ressaltar os prazos estipulados pela lei 12.527<sup>12</sup> (BRASIL, 2011), lei de acesso e transparência da

---

<sup>11</sup> Aqui vamos tratar das Diretorias de Ensino sem apontar qual é a cidade correspondente, apenas citar como Diretoria de Ensino A, B, C e/ou D.

<sup>12</sup> Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

informação, foram desconsiderados para emissão da resposta ou um documento com os nomes das escolas.

Neste momento, foi percebido, em ambos os setores, uma desorganização e até mesmo um descaso com os documentos protocolados a pedido de um professor da rede estadual. Em meio as visitas, quase três meses depois das primeiras solicitações, uns pediram o número do celular, outros o endereço do e-mail, pois iriam procurar e retornariam, foi quando, na Diretoria D fui informado que: para solicitação de informações de práticas pedagógicas referente as escolas “públicas”, para realização de pesquisa, deveria ser encaminhado um documento oficial da universidade, assinado pelo orientador e não do professor, com cargo efetivo no estado e, principalmente, um cidadão com seus direitos assegurados pela lei 12.527.

Pois bem, com as escolas apresentadas, o contato pessoal do pesquisador com os diretores para requerer autorização e questionários respondidos, todos esses tramites conforme elucidções do diário de campo, logo iniciou a análise dos dados conforme descrição nos procedimentos de análise, os quais obtiveram os seguintes resultados.

Ao receber as indicações das escolas de todas as diretorias, os documentos de respostas chancelam o problema deste estudo, tem-se a confirmação da hipótese, há divergência entre determinações oficiais (legislação) e prática relacionada às atividades de pesquisa, isto é, apenas 11 escolas de 225 da região delimitada foram apresentadas em conformidade com os critérios solicitados.

Assim, segundo Severino (2007, p. 103), com a confirmação da hipótese, tem-se então a lei científica, nesse momento passou a fase indutiva do método ou momento experimental, agora vamos iniciar o momento matemático ou a fase dedutiva do método.

Com base em critérios específicos, cada um desses resultados será discutido adiante, para isso, foi elaborado um quadro com os percentuais de proximidade de cada projeto com as diretrizes da lei em questão.

<b>Quadro - Cotejamento entre: projetos e diretrizes da lei 10.522/2000.</b>				
<b>Escolas</b>	<b>Projetos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Prejudicado</b>
<i>E1</i>	Uso da sala de informática no processo de produção intelectual dos alunos e professores do EM (30)	63%	37%	0%
<i>E2</i>	FICFERE (Fórum de Iniciação Científica Fábio Eduardo Ramos Esquível (280)	96%	4%	0%
<i>E3</i>	Projeto Profissões 2014 (361)	<b>Divergência</b>		
<i>E4</i>	Revista Diário da Sexualidade 2013 e 2014	48%	52%	0%

<i>E5</i>	Reconhecimento Ambiental e Sustentabilidade 2012	33%	63%	4%
<i>E6</i>	Conhecendo a história e cultura afro-brasileira e outras pesquisas (2014), trabalho e alimentação: quanto ganha e quanto paga (2013)	<b>Enviesado</b>		
<i>E7</i>	Resgatando a memória da EE Nadir Lessa Tognini (2014), jornal da escola (2013)	52%	48%	0%
<i>E8</i>	Nordeste: palavra, imagem e som 2013	52%	48%	0%
<i>E9</i>	Confecção de um livro: Bullying 2012	63%	37%	0%
<i>E10</i>	História Oral 2014	<b>Divergência</b>		
<i>E11</i>	Leitores em Evidência 2014/ TCC 2015	70%	30%	0%
Quadro 5 - Percentuais de semelhança entre projetos e diretrizes da lei. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.				

Para elucidar o quadro acima, iniciamos por meio da reflexão sobre alguns números, das 225 escolas possíveis dentro do universo (região do GABCD paulista), e ainda, considerando que a solicitação foi observar os anos de 2012, 2013 e 2014, pensando em 225 possibilidades a cada ano, aqui já poderíamos falar em 675 possibilidades no prazo desses três anos.

Em seguida a essa observação, vamos calcular a quantidade de escolas participantes, tomando como referência as 225 escolas, das quais, apenas 11 foram apresentadas com projetos que possivelmente estariam ligados as atividades de pesquisa discente, estamos falando de 4,88%, porém, no quadro ilustrado mostra que três escolas não obtiveram resultantes, passando a tratar de 8 ou 3,55% de escolas que integram e dão subsídios para os resultados dessa pesquisa.

Especificamente, a análise desse quadro serve para mostrar o quanto (em %) cada projeto indicado se aproxima das diretrizes da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), resultados obtidos através das respostas do questionário de análise, sendo que, para tanto, quanto maior o número de respostas (sim) mais o projeto se aproxima das diretrizes e quanto maior o número de respostas (não ou prejudicado), o projeto se afasta dos dizeres da lei.

Vale aqui ressaltar, que essa aproximação, não garante que os projetos foram realizados por meio do conhecimento e aplicação da lei e, sim, que quanto maior essa aproximação, maior a possibilidade de estarmos frente a um projeto de atividades de pesquisa discente no EM.

Dessa forma, vamos então as peculiaridades de cada projeto apresentado, suas semelhanças com as diretrizes da lei e se de fato, essa aproximação aponta para um projeto de atividades de pesquisa discente:

No excelente projeto da E1, apesar da afinidade de 63%, era um grupo de estudos sobre informática, trata-se de um projeto realizado no qual os alunos participavam de forma voluntária, 1 hora antes do início das aulas (noturno), não envolvia todos os alunos e professores da escola no intuito de aprender construindo conhecimento.

Para o projeto da E2, com seus 96% de semelhança aos dizeres da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), e ainda, conforme o próprio nome do projeto, trata de um fórum de iniciação científica no EM, além disso, participam todos os alunos do 2º e 3º ano (EM), professores (3º ano do EM) e comunidade da escola no intuito de aprender construindo conhecimento.

No grandioso projeto da E4, em seus 48% de proximidade com a lei, refere-se à construção de uma revista que aborda a sexualidade, é um projeto executado e coordenado pela iniciativa do professor de Ciências Biológicas, o auxílio de mais dois professores da escola, um professor externo da Universidade Federal e um de seus grupos de (10) alunos da área de Biologia, além desses, os protagonistas são os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, que partilham suas vivências, entrevistas, enquetes e breves pesquisas acerca da sexualidade, para o preenchimento do conteúdo da revista.

A escola E5, encontramos o belo projeto com 33% de proximidade, com o objetivo de respeitar o meio ambiente e como lidar com todos os tipos de resíduos, voltado para alunos do Ensino Fundamental, no entanto, não abrangia todos os alunos e professores da escola no intuito de aprender, tomando como base, a construção conhecimento.

Da mesma forma, nos ricos projetos da E7 e suas semelhanças de 52% com a legislação, também não abrangem as atividades de pesquisa discente, o primeiro projeto é um trabalho de exposição (cartazes) do resgate da memória acerca do nome da escola e o segundo, a construção de um jornal, com acontecimentos do interior da unidade escolar.

Semelhantemente a E7, no bonito projeto da E8 e sua proximidade com a lei em 52%, o projeto é um trabalho de exposição (cartazes) em uma festa tradicional nordestina, sendo assim, também não integra as atividades de pesquisa discente no EM.

Já o encantador projeto da E9, com seus 63% de semelhanças, resulta na construção de livros, está na quarta produção e conta com parceiros que financiam sua produção na gráfica, o professor é o organizador, que conta com a ajuda dos demais colegas, os autores são os próprios alunos por meio de seus contos comprometidos com o tema único escolhido por todos e de serventia para todos, para efetivação deste, de maneira resumida, é feito uma exposição de todos os contos produzidos por sala através da leitura, votação dos alunos para escolher os melhores e posteriormente, votação dos professores para selecionar, desses melhores, os que farão parte

do conteúdo do livro. Esse projeto acontece com produção dos alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e se desenrola da vivência individual junto ao tema.

Por último, o curioso episódio da E11, nesta escola o projeto indicado era específico de leitura e troca de livros entre os alunos, porém, ao explicar todo o contexto desta pesquisa à coordenadora pedagógica, o acaso, a escola havia implantado no ano de 2015, o que chamaram de Trabalho de Conclusão de Curso para os alunos do EM, obviamente, esse, agora incorporado a essa Pesquisa de Campo. Mesmo sem realizar o projeto com o amparo da lei 10.522/2000, muitas são as semelhanças, que chegam aos 70%, este com a evidente ligação e execução das atividades de pesquisa discente, por meio de atuação de todos os alunos do 3º ano (EM), três professores (EM), o auxílio da coordenadora pedagógica e da direção escolar no propósito de adquirir conhecimento, tomando como pilar, a construção conhecimento.

Continuando com os resultados, as respostas do questionário foram também analisadas por outra ótica, agora observando a incidência de (sim), (não) e (prejudicado) para cada questão em percentuais:

Relação das questões com a incidência de respostas.		% de incidência		
Nº	Questões (As 3 primeiras questões são de informações pessoais)	Total das escolas observadas		
		Sim	Não	Prejudicado
4	Conhece a Lei 10.522/2000?	38%	63%	0%
5	Toma como base a Lei 10.522/2000?	25%	75%	0%
6	Tema é escolhido democraticamente?	50%	50%	0%
7	Orientações da equipe gestora para professores?	63%	38%	0%
8	Orientações da equipe gestora para alunos?	38%	63%	0%
9	Orientações entre professores e alunos?	100%	0%	0%
10	As ATPCs são utilizadas para as orientações?	88%	13%	0%
11	Relatórios dos professores sobre essas orientações?	50%	50%	0%
12	Trabalho de leitura e escrita para sua construção?	100%	0%	0%
13	Acompanhamento periódico dos orientadores?	75%	25%	0%
14	Aulas com informações da elaboração do trabalho?	88%	13%	0%
15	Modelo de documento para entrega padronizada?	38%	63%	0%
16	Entrega da parte escrita pelos atores?	100%	0%	0%
17	A pesquisa dos alunos é avaliada (nota de 0 a 10)?	63%	38%	0%
18	A nota é distribuída entre as disciplinas?	38%	63%	0%
19	Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo?	75%	25%	0%
20	Avaliação dos alunos para os seus orientadores?	38%	63%	0%
21	A pesquisa finalizada é encadernada?	50%	50%	0%
22	Ficam à disposição dos alunos na biblioteca (sala de leitura)?	50%	38%	13%
23	Modelo para apresentação em slides (padronizado)?	50%	50%	0%
24	Apresentação para bancas de professores em evento próprio?	50%	50%	0%
25	Apreciação dos trabalhos por professores internos?	50%	50%	0%

26	Apreciação dos trabalhos por professores externos?	63%	38%	0%
27	Certificação de conclusão pelo trabalho realizado?	50%	50%	0%
28	Apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?	38%	63%	0%
29	Inscrição no PJC, no PRODESC ou outro programa incentivado pelos órgãos públicos?	75%	25%	0%
30	A escola toparia adequar ou implementar um projeto para inseri-la conforme suas diretrizes?	75%	13%	13%
31.1	Nº de professores envolvidos?	Até três professores = 62% e coletivo = 38%		
31.2	Nº de alunos envolvidos?	Até 100= 38%, 101-200= 38% e mais de 201= 24%		
31.3	Nº de pais envolvidos?	Até 10= 62%, 50-200= 25% e mais de 201= 13%		
32	Quanto tempo a escola convive com essas atividades? (Anos)	50% = 1	25% = 3	25% = 4
	O projeto continua vigente?	38%	63%	0%

Quadro 6 – Quadro de incidência de respostas para as questões do Questionário de Análise.  
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.

Apesar de estar parecido com o quadro anterior, em frente ilustramos a incidência das respostas (sim), (não) e (prejudicado) relacionadas aos artigos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000), conforme a divisão de correspondência:

Nº	Correspondência com os artigos da lei 10.522/2000.	% de incidência para os artigos da lei.		
		Sim	Não	Prejudicado
4	Conhecimento da lei.	38%	62%	0%
5	Segue os apontamentos da lei.	25%	75%	0%
6	Artigo 6º abrange o tema e como é feita a escolha. (Caráter interdisciplinar e temas de interesse da comunidade).	50%	50%	0%
7	Artigo 5º, 7º e 8º da lei, os quais, os responsáveis respondiam se os determinados procedimentos eram aplicados para execução de seu projeto. (Quantidade de grupos para cada Professor Orientador, uso de ATPCs para orientações e evolução via não acadêmica).	73%	27%	0%
8				
9				
10				
11				
12				
13	Artigos 9º, 10º e 11º, os quais envolvem as mostras públicas das atividades de pesquisas em ambiente interno (Unidade Escolar) e externo (evento promovido pela SEESP), as resultantes das pesquisas apresentadas e incentivo financeiro referente as despesas para efetivação do projeto. (A "SEESP" promoverá mostras públicas dos trabalhos produzidos, os resultados serão	57%	42%	1%
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				

22	encaminhados as autoridades competentes e despesas decorrentes da aplicação desta lei via dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário)			
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30	Se a escola colocaria em prática o projeto de atividades de pesquisa discente conforme as diretrizes da lei.	75%	13%	13%
31.1	Artigo 6º - Comprometimento e participação de professores e da comunidade no projeto. (Caráter interdisciplinar e temas de interesse da comunidade).	Até três professores = 62% e coletivo = 38%		
31.2		Até 100= 38%, 101-200= 38% e mais de 201= 24%		
31.3		Até 10= 62%, 50-200= 25% e mais de 201= 13%		
32	Convivência com o projeto.	50% = 1	25% = 3	25% = 4
	Se o projeto continua sendo executado.	38%	63%	0%

Quadro 7 - Percentuais de incidência de respostas referentes aos artigos da lei 10.522/2000.

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2015.

Especificamente nesse quadro 7, o que difere do quadro 6 é a apresentação dos artigos da lei correspondentes as questões, essas representadas por meio de seu número no Questionário de Análise.

Tomando como base essa numeração, percebemos que nesse quadro 7 faz-se necessário elucidar os cálculos de duas correlações:

Na primeira correlação, entre as peculiaridades da orientação dos trabalhos, 73% dos projetos analisados utilizam as ferramentas expostas no questionário de análise, essa correlação abrange entre as questões (7 – 13), todas relacionadas ou ligadas diretamente aos dizeres dos artigos (5º, 7º e 8º), esses falando sobre a quantidade de grupos que podem ser orientados para cada Professor Orientador, o uso de ATPCs para essas orientações e, até mesmo, possibilita a evolução funcional via não acadêmica a todos os professores que orientarem os trabalhos.

A segunda correlação envolve entre as questões (14 – 29), todas ligadas de alguma forma às diretrizes dos artigos (9º, 10º e 11º), os três explanando quanto a deveres da "SEESP" de promover mostras públicas dos trabalhos produzidos, encaminhar os resultados dos trabalhos às autoridades competentes, através do Conselho de Escola, para solucionarem eventuais problemas detectados nos bairros e que as despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão via dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Entre as particularidades das

mostras públicas dos trabalhos, 57% dos projetos analisados utilizam as ferramentas expostas no questionário de análise para sua produção.

Para se chegar aos valores apresentados, isto é, o resultado das 7 ou 16 questões em percentual único, foi somado todas as 7 ou 16 percentuais de cada resposta e dividido pelo número de questão envolvida na correlação.

Após aclarar esses cálculos, nota-se ainda que 38% das escolas participantes da pesquisa de campo alegam conhecer a lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) e 25% dizem seguir os seus dizeres.

Na questão aberta que abrange o tema e como é feita a escolha (caráter interdisciplinar e participação de alunos e pais na escolha do tema), observa-se que 50% das unidades escolares afirmam conviver com essa interdisciplinaridade e participação da comunidade em seus projetos, porém, ao confrontar essa informação aos números apresentados na questão 31 verifica-se que 62% dos projetos são coordenados por no máximo 3 (três) professores e, também, que 62% não tem uma participação de pais considerável, ou seja, abaixo de 10 (dez) membros.

Ao questionar se a escola colocaria em prática um projeto de atividades de pesquisa discente conforme as diretrizes da lei, 75% afirmaram aceitar o desafio. Dos projetos analisados constata-se que 75% são esporádicos, quer dizer, não tem continuidade durante os anos, assim, não são incorporados como um projeto fixo anualmente.

Para fechar a Pesquisa de Campo, ao refletir sobre todos esses subsídios atrelados as atividades de pesquisa discente no EM, visualizar um universo de 225 escolas, apresentação de 11 nomes de estabelecimentos educativos (com possibilidade), analisarem as oito escolas que finalizaram os procedimentos pré-determinados, e ainda, recordar toda a parte teórica dessa pesquisa, pergunto: As escolas do estado de São Paulo (região do GABCD) estão engajadas em atribuir aos alunos do EM um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entendimento e finalização da presente pesquisa documental, empírica e descritiva pode-se afirmar que há distanciamento entre determinações oficiais (legislação) e prática no que diz respeito às atividades de pesquisa discente no Ensino Médio, acerca do universo utilizado para a pesquisa.

Diante deste cenário aqui apresentado e indagações feitas no decorrer do texto, vamos tentar esclarecer a todos os questionamentos, conscientemente, ponderando as observações como possíveis sugestões e alternativas a serem refletidas pelos leitores.

Obviamente, não é a intenção tornar as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio a principal fonte de pesquisas científicas, mas sim, que futuramente haja um interesse maior desses alunos em participar e integrar importantes grupos de pesquisa no país e até no exterior, ou tão pouco, arriscamos dizer para que apenas cumpramos a legislação que à ampara, vigente a mais de 15 anos.

Nessa fase de finalização da investigação, vamos empenhar-se em explicar alusivo a cada questionamento levantado no texto, os quais, posteriormente a articulação dessa empreitada teórica e empírica, deva ser ponderada:

Precipuaente, quanto à problemática desta pesquisa (p. 23), apreciamos a indicação de 11 (4,88%) unidades escolares de 225 possíveis, sendo que para estas considerações foram colhidas informações de apenas 8 (3,55%) escolas dentro do universo delimitado e, quanto aos instrumentos da lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) serem colocados em prática, antes a lei precisa ser conhecida de maneira ampla pelos profissionais da educação, pois das escolas indicadas com possibilidade de trabalharem com as atividades de pesquisa discente, apenas 38% alegaram conhecer a lei, apenas 25% a colocam em prática. Deixamos aqui sublinhado que, esses 25% equivalem a pouco mais de 1% do total de escolas da região delimitada.

Para o segundo questionamento em torno da legislação que ampara a pesquisa (p. 32 e 33 desta dissertação), obviamente, ao refletir sobre o parágrafo acima e as observações de cada projeto apresentado nos resultados da Pesquisa de Campo, estamos relatando sobre a ocorrência de atividades de pesquisa discente no EM, na prática, em pouco mais de 1% das escolas da região do Grande ABCD.

Ainda em torno da legislação que ampara a pesquisa, talvez, uma das possibilidades de identificar e corrigir eventuais falhas na interação entre as determinações oficiais (legislação) e a prática, em diversos assuntos da educação nacional, seria um maior número de estudos para

identificar os problemas e propor ações de correções, e além dos estudos, órgão, setor e/ou gestores que tenham acesso a esses estudos e seus resultados, outro ponto talvez, uma maior atenção e empenho das pessoas que convivem com a educação, em conhecer, assimilar e colocar em prática as ações necessárias para um melhor aprendizado dos jovens. Cabe aqui salientar que a responsabilidade não é de um, especificamente, mas sim, de todos enredados com a educação nacional, desde a comunidade até o mais alto escalão do governo educacional.

Na sequência, na etapa de perspectivas e desafios do Ensino Médio, como garantir e conquistar a atenção dos alunos (p. 39 desta dissertação)? Resposta extremamente fácil (o ilusionismo do lecionar), incontestavelmente, não existe uma mágica ou receita para tanto, porém, existem várias possibilidades e alternativas para aproximar-se de seus alunos por meio de confiabilidade, nesse estudo, sem demagogia, apresenta uma alternativa de oportunizar aos jovens do EM, deslumbrar perspectiva, entendimento, questionamento, pensamento e expectativa para si e para o próximo, por conseguinte, a participação nas atividades de pesquisa discente.

Com vínculo ao trecho ciência e pesquisa, relativamente as razões de não possibilitar aos jovens o contato com as atividades de pesquisa discente (p. 48 desta dissertação), após toda a análise documental acerca da legislação, teorias relevantes sobre as atividades de pesquisa discente, somada a toda parte empírica explorada e junto a experiência peculiar concernente a essas atividades de pesquisa discente no EM, me compulsa a manifestar-se comedidamente, ocultar ou não permitir o acesso ao direito de aprender através da construção do conhecimento, fere não só o cumprimento da legislação, mas sim, fere o alicerce de uma nação, o nosso futuro.

Logo à frente (p. 55 desta dissertação) estabelece a reflexão quanto aos entraves e motivos, que levam nossos alunos do EM, ainda, não partilhar do acesso às atividades de pesquisa discente, mesmo existindo todo o aparato legal para sua execução. Essa observação se sustenta com os resultados desta pesquisa, os quais apresentam que das 225 unidades escolares que compõe o universo, 11 foram apontadas com projetos interessantes, mas na prática apenas três utilizam a pesquisa como alternativa de aprendizagem aos alunos, sendo que, em uma dessas, o material adquirido em Campo não foi utilizado conforme esclarecimento no Diário de Campo. Diante dessas circunstâncias nota-se uma falha no acesso às informações, falta de discussões, entendimentos, programações, formações e incentivos acerca da temática.

Tomando como eixo o segmento relativo ao papel do gestor, sobre como democratizar a educação fincada em um ambiente político antidemocrático (p. 58 desta dissertação), quer dizer, para reestabelecer a democracia escolar, se é que foi estabelecida um dia, faz-se necessário uma modificação cultural, aonde educadores e comunidade comprometidos com a

educação identifique-se como parte ativa e não observador dos processos educativos, que por meio da autonomia possa ser exercida com seu verdadeiro propósito, ou seja, elaboração conjunta de políticas educacionais que visem melhores condições para uma formação de qualidade dos jovens que fazem parte da ambiência escolar. Autonomia essa, que permite a ousadia, a descentralização e a inovação, sem jamais esquecer o que já foi construído, ao encontro desses ideais, todo projeto de democratização deve estar nutrido por responsabilidade.

Em meio aos resultados da Pesquisa de Campo podemos observar que a única questão aberta (questão 6) do questionário de análise, pergunta em torno do tema dos projetos, nela visualizamos dentre as escolas analisadas que 50% alega ter a escolha dos temas com a participação dos alunos ou da comunidade, também, na questão 31 apresenta uma participação do grupo de professores na execução dos projetos, os quais em 38% são realizados no coletivo e 62% são projetos de 1 a 3 professores, e ainda, ao que tange a realização, ou mera observação do resultado final do projeto, por parte da comunidade, em 62% dos projetos não há envolvimento da comunidade, sendo assim, através desses percentuais nota-se que a democratização escolar, longe de se resumir democratização escolar em participação em projetos, aparentemente, esta longínquo da realidade da amostra desta pesquisa.

E também, através do conjunto de tarefas realizadas, as atividades de pesquisa torna o aluno não apenas um memorizador, mas sim um reconstrutor de ideias, portanto, cabe aos educadores a refletir sobre o ensino e a pesquisa, e assim aplicá-la no cotidiano escolar, na tentativa de desenvolver novas gerações mais questionadoras, além de pôr em prática toda a legislação que abarca essas atividades.

Hoje, embora haja opiniões adversas, a educação científica e suas aplicações são indispensáveis para o desenvolvimento. Com isso, todos os níveis do governo e do setor privado devem dar maior apoio à construção de uma capacidade científica e tecnológica adequada e uniformemente distribuída, através de educação apropriada e programas de pesquisa desde o Ensino Médio, como base indispensável para um desenvolvimento saudável em termos formativos, culturais, econômicos, sociais e ambientais. Essa missão, é uma tarefa espinhosa, porém, é dever de todos envolvidos com a educação dos jovens.

Apesar de grande parte das explanações, referenciadas neste documento, apontarem para um possível sucesso na aprendizagem dos jovens através de uma alternativa pedagógica, neste caso, as atividades de pesquisa discente, parece-me razoável evidenciar que todos os procedimentos que envolve o ser humano estão sujeitados a subjetividade, de forma direta e sucinta, abrange o estado psíquico e cognitivo do sujeito cujo exteriorização pode ocorrer individualmente ou coletivamente, fazendo com que esse sujeito tome conhecimento dos

objetos externos a partir de referenciais próprios. Contudo, buscar dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender.

A função inerente dessa empreitada científica foi efetuar uma investigação ampla e minuciosa sobre a teoria e o empírico, os quais conectados conduzam a novos conhecimentos. Esses novos conhecimentos oferecem enriquecimento educacional, cultural e intelectual, que levam a quebra de paradigmas, avanços tecnológicos e benefícios econômicos.

Concluindo esta pesquisa, consciente das limitações dos estudos acadêmicos e científicos, por não acompanhar o dinamismo e velocidade dos acontecimentos, pode-se afirmar que o trabalho não se esgota em si mesmo, ou nos resultados das análises aqui encontradas, podendo haver lacunas, que podem ser completadas com outras pesquisas. Esperançar-se com isso ter cooperado com a expansão desse tema e campo de estudo. O tema é, de fato, importante, ousaria dizer pioneiro e deve ser continuado adotando métodos de abordagem similar ou quantitativa, aumentando assim o número de escolas participantes, em outros municípios ou estados e, conseqüentemente, expandindo os resultados para suas próximas validações.

Todos sabem que bons resultados não acontecem por milagre ou por acaso, mas por força de uma ação orientada por uma crença de que ela produzirá bons resultados, mesmo sabendo que há uma grande probabilidade, desta realidade apresentada, ser similar a outras, deixa-se claro aqui, que essa pesquisa é única e os resultados correspondem à realidade da região delimitada, não devendo ser generalizada a outras regiões e, dessa forma, fica aberto o tema e resultados a serem explorados em outras localidades, ou, quiçá, em uma possível tese de doutoramento.

Esta pesquisa não tem a pretensão de ter esgotado as considerações que parecem necessárias sobre as questões levantadas. Elas são introdutórias e deverão ser complementadas a partir dos estudos comparativos com outros estados do país, como de uma rede nacional dedicada a esta temática, que propõe um estudo intercultural quanto as experiências, prioridades, interesses e atitudes, destacando a relevância do aprendizado científico.

Neste contexto, segundo Demo (1994, p. 20), a pesquisa teórica se realiza com o propósito de reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos, no entanto, esta pesquisa pode não ser utilizada imediatamente para intervenção na sociedade, mas deixa condições para que isso ocorra.

Para encerrar, diante de todo esse documento apresentado, após inúmeras leituras e com a lei 10.522/2000 (SÃO PAULO, 2000) amparando, cabe aqui propor ações e procedimentos

de intervenção para implantação de um projeto de atividade de pesquisa discente no Ensino Médio, tomando como base os dizeres da legislação que ampara essa atividade, com a coordenação, supervisão e incentivo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, dessa maneira sugere:

Na ambiência escolar, construam, aprimorem ou ampliem os espaços de convivências e descobertas científicas, tais como laboratórios, bibliotecas, maior acesso a informática, passeios a museus, participação em fóruns, feira de ciências e afins, olimpíadas da matemática e da língua portuguesa.

Trazer a comunidade para auxiliar na escolha de temas, apontamentos de problemas no bairro, acompanhamento dos seus filhos na produção do trabalho e presenciar a apresentação da mostra do mesmo, seja na escola ou em ambientes externos.

Sem medir esforços, entre as ações, organização de programas de fomento às atividades de pesquisa discentes, por meio de fóruns para mostras públicas dos trabalhos realizados dentro de cada unidade escolar.

Que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEESP dê subsídios, organize e/ou realize um fórum anual de mostras desses trabalhos, conforme dizeres da lei 10.522/2000, talvez organizados por Diretorias seguindo um cronograma e sequência lógica dessas mostras e datas alternadas (nas escolas, nas Diretorias e por fim, uma realizada pela SEESP), e que haja uma grande repercussão dessas mostras nas ferramentas do estado, sites, página no *Facebook* entre outros.

Incentivar inscrição a fóruns ou feiras externas como a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia - FEBRACE, para apresentação de suas pesquisas, incentivar cadastramento ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio – PIBICTEM, para um incentivo financeiro.

Contudo, sabe-se que é uma tarefa complexa, que a priori, demanda discussão, planejamento, definição de detalhes gerais e específicos, formação, conscientização, entre outros aspectos relevantes, porém, viável, com toda uma legislação como base, muita força de vontade e estudos para aprimoramento a cada ano.

E, para fim de conversa, que novas pesquisas se debrucem ao mesmo tema, em outras regiões, para comparação dos resultados de regiões diversas e uma maior discussão acerca da temática.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRANCO, Luiz Carlos. **Manual de Introdução ao Direito**. São Paulo: Millennium, 2000.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25.3.1824**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16.7.1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional de 12.9.1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **LEI 8.112/1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. Brasília, DF: Presidência da República, promulgada em 11/12/1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm). Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **LEI 8.159/1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília, DF, Presidência da República, promulgada em 08/01/1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 21 dez. 1991.

\_\_\_\_\_. **LEI 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, promulgada em 20/12/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **LEI 9.424/1996, Fundo de Desenvolvimento do ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Brasília, promulgada em 24/12/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **LEI 10.172/2001, Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, promulgada em 09/01/2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. LEI 11.111/2005. **Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, de 05/05/2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11111-5-maio-2005-536798-publicacaooriginal-27932-pl.html>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. LEI 12.527/2011, **Regula o acesso a informações.** Brasília, promulgada em 18/11/2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasília: MEC/CEB, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; Ciências.** Brasília: MEC/SEF, v. 4, 1998.

CAETANO, Maria R. **Reflexões sobre Gestão Democrática e Qualidade de Ensino.** 2009 Disponível em < [saga.faccat.br/p907/c\\_arquivo.php?chave=39&baixar=true](http://saga.faccat.br/p907/c_arquivo.php?chave=39&baixar=true)> Acessado em: 12/12/2015.

CARVALHO, A. M. P. *A Pesquisa no Ensino, Sobre o Ensino e Sobre a Reflexão dos Professores Sobre seus Ensinos.* **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 67, jul./dez. 2002.

CENDALES, Lola., MARIÑO, G. **Aprender a pesquisar, pesquisando.** São Paulo: Loyola, 2005. 100p.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <[http://www.memoria.cnpq.br/programas/pibic\\_em/index.htm](http://www.memoria.cnpq.br/programas/pibic_em/index.htm)>, Acessado em: 11/12/2015.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Educação Científica.* **Revista Brasileira de Iniciação Científica – ISSN**, v. 1, n. 01, maio/2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Celso/Downloads/10-25-1-PB.pdf>>, Acesso em 04/11/2015.

DICIONÁRIO. **Dicio:** Dicionário Online de Português. 2015 (Website). Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/pesquisa/>>. Acesso em 02/05/2015.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2013.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Programa de Vocação Científica.** Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=PROVOC&MNU=PROVOC>>, Acessado em: 12/12/2015.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 25. ed.

\_\_\_\_\_. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, pp. 157-164.

GRESSELER, L. A. **Introdução a pesquisa: Projetos e Relatórios**. São Paulo: Loyola, 2007, 3. ed. 328p.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2013. 304p.

LIZARDO, E. O. **A formação científica do jovem universitário: Um estudo com base no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**. São Paulo: Dissertação (mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) PUC-SP, 2010.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 155p.

MONTEIRO, Eduardo; MOTTA, Artur. **Gestão Escolar: Perspectivas, Desafios e Função Social**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

NEVES, R. G. **O Professor de Filosofia como mestre do 'cuidado de si'**. São Paulo: APROFFIB - Associação dos Professores de Filosofia e Filósofos do Brasil, 2015 (Website). Disponível em: <http://aproffib.pro.br/artigos>. Acesso em: 17 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **“Cuidado de si”**, um princípio inspirador para o ensino da Filosofia junto a adolescente. São Paulo: Dissertação (mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei), UNIAN-SP, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 4 ed. São Paulo, Paulinas, 1978.

PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: A Relevância do Enfoque CTS para o Contexto do Ensino Médio*. **Ciência & Educação**, Parana, v. 13, n. 1, p. 84, 2007.

RANIERI, N. B. Stocco. **Direito à Educação - Igualdade e Discriminação no Ensino**, Editora da Universidade de São Paulo, 2010, 296p.

SÃO PAULO (Estado). LEI 10.522/2000, **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa Discente**. São Paulo, promulgada

em 29/03/2000. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/135494/lei-10522-00>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno do Gestor: gestão do currículo na escola.** Coordenação geral de Maria Inês Fini; autoria de Zuleika de Felice Murrie. São Paulo, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Unificação de Dispositivos Legais e Normativos relativos ao Ensino Fundamental e Médio.** 2. ed. São Paulo, 2011.

SCHALL, Virgínia T.; DINIZ, Maria Cecília Pinto. *Educação Científica para Jovens de Ensino Médio em uma Instituição de Pesquisa – Estudo Exploratório das Concepções Prévias dos Alunos. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC.* São Paulo: 1999.

SEVERINO, A. J.; SEVERINO, E. S. **Ensinar e aprender com a pesquisa no ensino médio.** São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, A. J. Cadernos Pedagogia Universitária - USP, **Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração.** São Paulo: FEUSP, 2008, cad. 3. Pro-Reitoria de Graduação-USP.

\_\_\_\_\_. *Docência Universitária: A Pesquisa como Princípio Pedagógico.* **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 120 - 128, jan./jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Ensinar e Aprender com Pesquisa no Ensino Médio**, ed. Cortez, abr/2012: Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=93vr\\_FiEJao](https://www.youtube.com/watch?v=93vr_FiEJao)>, acesso em 07/11/2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Prof. Dr. Antônio Joaquim Severino**, dez/2012: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-BqPWUEcas>>, acesso em 07/11/2015.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007, 23. ed. rev. e atual.

SIRAQUE, Vanderlei. **Projeto de Lei nº 0757, de 1999 (PL 0757/99).** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=46825>>, Acesso em 20 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Vanderlei Siraque.** 2016 (Website). Disponível em: <[http://siraque.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=28](http://siraque.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=28)>. Acesso em 24/02/2016.

UNESCO. **A Ciência para o Século XXI: Uma nova visão e uma base para ação.** Brasília, DF: Unesco/Abipti, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000207.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico.** Budapeste, Hungria: Unesco, 1999, versão adotada pela Conferência 1º de Julho de 1999. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000111.pdf>>, Acesso em 02 de novembro 2015.

VIECHENESKI, Juliana Pinto; LORENZETTI, Leonir; CARLETTO, Marcia Regina. *Desafios e Práticas para o Ensino de Ciências e Alfabetização Científica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Atos de Pesquisa em Educação-PPGE/ME*, v. 7, n. 3, p. 853-876, set./dez. 2012

## APÊNDICE A - Solicitação feita via Serviço Estadual de Informações ao Cidadão – SIC

18/11/2014 Serviço Estadual de Informações ao Cidadão

**Registro de Solicitação de Informação**

Celso Ferraz Gonçalves,

Sua solicitação foi registrada em 18/11/2014 e em breve será respondida.  
Anoto seu número de protocolo: **675781414945**

**Protocolo:** 675781414945 **Situação da solicitação:** Recebida **Data da Consulta:** 18/11/2014  
18:46:19

**Órgão/Entidade:** Secretaria Estadual da Educação

**SIC:** Secretaria Estadual da Educação

**Forma de recebimento da resposta:** Correspondência eletrônica (e-mail) **Data da Solicitação:** 18/11/2014

**Solicitação:**  
Nome das escolas da SEESP inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00?

Obs: Posso retirar pessoalmente caso seja necessário.

A sua solicitação será atendida no PRAZO não superior a 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo da solicitação, de acordo com o § 1º do artigo 15 do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012.

O prazo referido acima poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o interessado, conforme o § 2º do mesmo artigo.

CAC - Central de Atendimento ao Cidadão (Arquivo Público do Estado)

<http://www.sic.sp.gov.br/Concluido.aspx>

## **APÊNDICE B - Resposta da solicitação – SIC**

### RESPOSTA DA SOLICITAÇÃO:

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, FOI ATENDIDA.

Resposta: Prezado Senhor Celso Ferraz Gonçalves

Em atenção à sua solicitação sobre a quantidade de escolas que apresentaram projetos de pesquisa discente que estão amparadas na Lei 10.522/00 ou por meio do Prêmio Jovem Cientista, com o auxílio financeiro do Prodesc (Programa de Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares), informo que o referido Programa, não atende somente projetos externos para participação em eventos científicos ou uma especificidade prevista em lei e sim atende uma extensa gama de projetos pedagógicos de apoio curricular, que tem o grande objetivo de se tornar um aliado do professor em sala de aula para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, não temos condições de analisar cerca de três mil projetos, da edição de 2014, a fim de detectar se o objetivo principal era a participação no Prêmio Jovem Cientista ou a elaboração de um projeto pedagógico que atende à Lei 10.522/00, pois, os projetos atendem diferentes projetos pedagógicos, tanto para o trabalho docente, bem como objetivos processuais a serem utilizados nas Diretorias de Ensino, no que se refere ao aprimoramento do trabalho discente em determinado componente curricular.

Nas linhas abaixo, apresenta-se o objetivo específico dos projetos atendidos pelo Prodesc.

Para que os professores, a equipe escolar e a equipe do núcleo pedagógico possam criar projetos que ampliem, enriqueçam, aprofundem temas em estudo, e também beneficiem alunos com dificuldades de aprendizagem de um determinado conteúdo escolar, criou-se o Programa denominado: “Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares dos Anos Iniciais, Finais e de Ensino Médio”.

Com relação ao Prêmio Jovem Cientista, o mesmo é realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de estimular novos talentos da ciência, investindo em estudantes e pesquisadores que buscam soluções para os grandes desafios brasileiros. Conta com a parceria de instituições privadas que patrocinam e incentivam a participação de jovens graduados e estudantes do ensino médio e superior a tornar pública suas ideias. Cabe à Secretaria da Educação de São Paulo realizar somente o apoio institucional, divulgando o evento por meio das diversas mídias para a rede estadual de ensino.

Atenciosamente

Otávio Yoshio Yamanaka e Equipe Curricular de Ciências da Natureza - Centro de Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional – CEFAF - SIC - SEE - SP  
Caso não fique satisfeito com a resposta ou com o serviço, recomendamos os procedimentos abaixo indicados:

- 1) NOVA SOLICITAÇÃO - Formule uma nova solicitação de informação ao SIC, esclarecendo melhor o solicitado. [www.sic.sp.gov.br](http://www.sic.sp.gov.br)
- 2) CONTATE UMA OUVIDORIA - Formalize uma reclamação e/ou sugestão junto à Ouvidoria do órgão que prestou o atendimento. <http://www.ouvidoria.sp.gov.br/listaouvidoria.aspx>
- 3) Entre com um recurso: [Link] - O PRAZO para entrar com recurso é de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação.

## APÊNDICE C - Carta de Apresentação

Diadema, 10 de maio de 2015.

Exmo. Senhor  
Diretor de Escola  
Diretoria de Ensino A,B,C e D – SP

Prezado Diretor de Escola,

Apresento-me, por meio deste, como professor da rede estadual SP e aluno Celso Ferraz Gonçalves, regularmente matriculada no Mestrado de Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), que vem desenvolvendo estudos na Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES), no Grupo de Pesquisa em Gestão Educacional Contemporânea (GRUGEC), abordando as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio na escolas estaduais da região do Grande ABCD – lei estadual 10.522/2000.

Destaco ainda que, para a continuidade dos estudos e da pesquisa de campo, será necessária a coleta de dados, por meio da adoção da abordagem qualitativa, junto ao Trio Gestor ou responsáveis pelo projeto executado na unidade de ensino, indicado por sua respectiva Diretoria de Ensino.

O trabalho a ser realizado está previsto para se desenvolver a partir da sua autorização e será solicitado ao responsável pelo projeto indicado, que responda um questionário composto de 32 perguntas abertas e fechadas.

Desta forma, solicito, formalmente, a autorização para a realização desta pesquisa científica, do professor/ aluno Celso Ferraz Gonçalves.

Desde já agradeço todo e qualquer apoio, em poder contar com sua cooperação no sentido de autorizar a realização da pesquisa de campo na unidade escolar de sua responsabilidade. Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cortesmente,

Profº Orientador Gustavo Gonçalves Ungaro - UNINOVE / PROGEPE / LIPIGES

e-mail: gustavoungaro@uninove.br

Aluno: Celso Ferraz Gonçalves

e-mail: ceferraz@yahoo.com.br

Telefones: 11-4316-9219 e 11-94724-9219

## APÊNDICE D - Carta de Apresentação Vanderlei Siraque

### APÊNDICE D - Carta de Apresentação

Diadema, 23 de fevereiro de 2016.

Exmo. Senhor Vanderlei Siraque.

Prezado,

Apresento-me, por meio deste, como professor da rede estadual de SP e aluno Celso Ferraz Gonçalves, regularmente matriculado no Mestrado de Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), que vem desenvolvendo estudos na Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES), no Grupo de Pesquisa em Gestão Educacional Contemporânea (GRUGEC), abordando as atividades de pesquisa discente no Ensino Médio nas escolas estaduais da região do Grande ABCD – lei estadual 10.522/2000.

Destaco ainda que, para a continuidade dos estudos e da pesquisa de campo, foi necessária a coleta de dados, por meio da adoção da abordagem qualitativa, junto ao Trio Gestor ou responsáveis pelo projeto executado na unidade de ensino, indicado por sua respectiva Diretoria de Ensino.

O trabalho a ser realizado está previsto para se desenvolver a partir da sua autorização e será solicitado que responda um questionário composto de 06 perguntas abertas (verbalmente).

Desta forma, solicito, formalmente, a autorização para a realização desta pesquisa científica.

Desde já agradeço todo e qualquer apoio, em poder contar com sua cooperação no sentido de autorizar a realização da pesquisa de campo na busca de maior entendimento sobre a construção da lei 10.522/2000, esta de sua autoria. Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cortesmente,

Profº Orientador Gustavo Gonçalves Ungaro - UNINOVE / PROGEPE / LIPIGES  
e-mail: gustavoungaro@uninove.br  
Aluno: Celso Ferraz Gonçalves  
e-mail: ceferraz@yahoo.com.br  
Telefones: 11-4316-9219 e 11-94724-9219

Consentir:

Vanderlei Siraque

**APÊNDICE E - Questionário de análise “Atividades de pesquisa discente  
no Ensino Médio”**

Questionário de análise	
Nº	Questões
1	Nome da escola? _____
2	Nome do responsável pelo projeto? _____
3	Cargo ou função do responsável pelo projeto? _____
4	Conhece a Lei 10.522/2000? ( )Sim ( ) Não
5	Toma como base a Lei 10.522/2000? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
6	Tema é escolhido democraticamente? _____
7	Orientações da equipe gestora para professores? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
8	Orientações da equipe gestora para alunos? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
9	Orientações entre professores e alunos? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
10	As ATPCs são utilizadas para as orientações? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
11	Relatórios dos professores sobre essas orientações? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
12	Trabalho de leitura e escrita para sua construção? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
13	Acompanhamento periódico dos orientadores? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
14	Aulas com informações da elaboração do trabalho? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
15	Modelo de documento para entrega padronizada? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
16	Entrega da parte escrita pelos atores? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
17	A pesquisa dos alunos é avaliada (nota de 0 a 10)? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
18	A nota é distribuída entre as disciplinas? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
19	Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
20	Avaliação dos alunos para os seus orientadores? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
21	A pesquisa finalizada é encadernada? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
22	Ficam à disposição dos alunos na biblioteca (sala de leitura)? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
23	Modelo para apresentação em slides (padronizado)? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
24	Apresentação para bancas de professores em evento próprio? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
25	Apreciação dos trabalhos por professores internos? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
26	Apreciação dos trabalhos por professores externos? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
27	Certificação de conclusão pelo trabalho realizado? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
28	Apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
29	Inscrição no PJC, no PRODESC ou outro programa incentivado pelos órgãos públicos? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
30	A escola toparia adequar ou implementar um projeto para inseri-la conforme suas diretrizes? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado
31.1	Nº de professores envolvidos? _____

31.2	Nº de alunos envolvidos? _____
31.3	Nº de pais envolvidos? _____
32	Quanto tempo a escola convive com essas atividades?(anos) _____
	O projeto continua vigente? ( )Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

## APÊNDICE F - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.

(Fonte: Ofício da escola EE Fábio Eduardo Ramos Esquível)



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO  
**DIRETORIA DE ENSINO DE DIADEMA**  
**E.E. FÁBIO EDUARDO RAMOS ESQUIVEL**  
Rua Orense – 790 – Jardim Maria Leonor – Diadema – São Paulo.  
Fone / Fax - 4056.5112.

---

Diadema, 24 de novembro de 2014.

Ofício No.: 202/ 2014

À  
**Dirigente Regional – Liane de Oliveira Bayer**  
**Assunto: Nome das escolas da Diretoria de Ensino de Diadema inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00.**

Eu, Celso Ferraz Gonçalves (coordenador pedagógico) da escola Fábio Eduardo Ramos Esquível - Diadema, venho por meio desta solicitar o nome das escolas da D.E. de Diadema que estão engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou por via de inscrição no PRODESC (Cadastro de Projetos Descentralizados) e/ou escolas que a diretoria tenha conhecimento que tem como prática pedagógica trabalhos de conclusão de curso (TCC) no Ensino Médio.

Peço gentilmente que o nome das escolas seja encaminhado em folha timbrada da D.E., respondendo a solicitação do ofício, mesmo em caso da diretoria não ter nenhuma escola que atenda aos critérios apresentados acima, para o email [ceferraz@yahoo.com.br](mailto:ceferraz@yahoo.com.br) ou avisado por telefone, para que seja feita a retirada do documento na sede da mesma.

Desta forma me coloco a disposição para maiores esclarecimentos e agradeço a colaboração para a pesquisa do mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais.

Sem mais.

## APÊNDICE G - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.

(Fonte: Ofício da escola EE Fábio Eduardo Ramos Esquível)



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
 COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO  
**DIRETORIA DE ENSINO DE DIADEMA**  
**E.E. FÁBIO EDUARDO RAMOS ESQUIVEL**  
 Rua Orense – 790 – Jardim Maria Leonor – Diadema – São Paulo.  
 Fone / Fax - 4056.5112.

Diadema, 18 de novembro de 2014.

Ofício No.: 192/ 2014

À  
**Núcleo Pedagógico – Profª Suzana Ap. Dechechi de Oliveira – Dirigente Regional de Ensino**

**Assunto: Nome das escolas da Diretoria de Ensino de SBC inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00.**

Eu, Celso Ferraz Gonçalves (coordenador pedagógico) da escola Fábio Eduardo Ramos Esquível - Diadema, venho por meio desta solicitar o nome das escolas da D.E. de São Bernardo do Campo que estão engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou por via de inscrição no PRODESC (Cadastro de Projetos Descentralizados) e/ou escolas que a diretoria tenha conhecimento que tem como prática pedagógica trabalhos de conclusão de curso (TCC) no Ensino Médio.

Peço gentilmente que o nome das escolas seja encaminhado em folha timbrada da D.E., respondendo a solicitação do ofício, mesmo em caso da diretoria não ter nenhuma escola que atenda aos critérios apresentados acima, para o email [ceferraz@yahoo.com.br](mailto:ceferraz@yahoo.com.br) ou avisado por telefone, para que seja feita a retirada do documento na sede da mesma.

Desta forma me coloco a disposição para maiores esclarecimentos e agradeço a colaboração para a pesquisa do mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais.

Sem mais,

Diretoria de Ensino-Região  
São Bernardo do Campo.

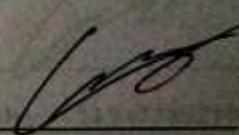
**ENTRADA**

20 NOV 2014

Visto 

*Celso Ferraz Gonçalves*  
 RG: 23.065.442-3  
 Coordenador Pedagógico

**Celso Ferraz Gonçalves - 11947249219**



## APÊNDICE H - Solicitação encaminhada à DE via ofício da escola.

(Fonte: Ofício da escola EE Fábio Eduardo Ramos Esquível)



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
 COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO  
**DIRETORIA DE ENSINO DE DIADEMA**  
**E.E. FÁBIO EDUARDO RAMOS ESQUIVEL**  
 Rua Orense - 790 - Jardim Maria Leonor - Diadema - São Paulo.  
 Fone / Fax - 4056.5112.

Diadema, 18 de novembro de 2014.

Ofício No.: 193/ 2014

À

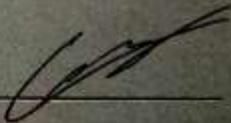
**Núcleo Pedagógico – Profa. Ariane Aparecida Butrico – Dirigente Regional de Ensino**  
**Assunto: Nome das escolas da Diretoria de Ensino de Santo André inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00.**

Eu, Celso Ferraz Gonçalves (coordenador pedagógico) da escola Fábio Eduardo Ramos Esquível - Diadema, venho por meio desta solicitar o nome das escolas da D.E. de Santo André que estão engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, Iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou por via de inscrição no PRODESC (Cadastro de Projetos Descentralizados) e/ou escolas que a diretoria tenha conhecimento que tem como prática pedagógica trabalhos de conclusão de curso (TCC) no Ensino Médio.

Peço gentilmente que o nome das escolas seja encaminhado em folha timbrada da D.E., respondendo a solicitação do ofício, mesmo em caso da diretoria não ter nenhuma escola que atenda aos critérios apresentados acima, para o email [ceferraz@yahoo.com.br](mailto:ceferraz@yahoo.com.br) ou avisado por telefone, para que seja feita a retirada do documento na sede da mesma.

Desta forma me coloco a disposição para maiores esclarecimentos e agradeço a colaboração para a pesquisa do mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais.

Sem mais,

  
**Celso Ferraz Gonçalves**  
 RG: 23.065.442-3  
 Coordenador Pedagógico  
 Celso Ferraz Gonçalves - 11947249219

**DIRETORIA DE ENSINO**  
**REGIÃO DE SANTO ANDRÉ**  
 RECEBI: 21/11/14  
 HORA: 16:09  
 Ass: [Assinatura]

## APÊNDICE I - Solicitação encaminhada à SEESP via ofício da escola.

(Fonte: Ofício da escola EE Fábio Eduardo Ramos Esquível)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO  
DIRETORIA DE ENSINO DE DIADEMA  
**E.E. FÁBIO EDUARDO RAMOS ESQUIVEL**  
Rua Orense - 790 - Jardim Maria Leonor - Diadema - São Paulo.  
Fone / Fax - 4056.5112.

---

Diadema, 18 de novembro de 2014.

Ofício No.: 194/ 2014

À  
Coordenadora de Informação, Monitoramento e Avaliação – Responsável: Ione Cristina Ribeiro - Herman Jacobus Cornelis Voorwald- Secretário da Educação de São Paulo

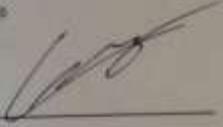
**Assunto: Nome das escolas da SEESP inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00.**

Eu, Celso Ferraz Gonçalves (coordenador pedagógico) da escola Fábio Eduardo Ramos Esquível - Diadema, venho por meio desta solicitar o nome das escolas da SEESP que estão engajadas em propiciar um melhor aprendizado através das atividades de pesquisa discente, seja ela por via de inscrição no Prêmio Jovem Cientista, iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou por via de inscrição no PRODESC (Cadastro de Projetos Descentralizados) e/ou escolas que a secretaria tenha conhecimento que tem como prática pedagógica trabalhos de conclusão de curso (TCC) no Ensino Médio.

Peço gentilmente que o nome das escolas seja encaminhado em folha timbrada da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, respondendo a solicitação do ofício, mesmo em caso da secretaria não ter nenhuma escola que atenda aos critérios apresentados acima, para o email [ceferraz@yahoo.com.br](mailto:ceferraz@yahoo.com.br) ou avisado por telefone, para que seja feita a retirada do documento na sede da mesma.

Desta forma me coloco a disposição para maiores esclarecimentos e agradeço a colaboração para a pesquisa do mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais.

Sem mais,

  
 Celso Ferraz Gonçalves  
 RG - 23.065.442-3  
 Coordenador Pedagógico

Celso Ferraz Gonçalves - 11947249219

## **APÊNDICE J – Transcrição na íntegra “Café com Vanderlei Siraque”**

1- Resumo de sua história com nome, onde nasceu, onde cresceu o que estudou e como iniciou sua vida pública (na política)?

Vanderlei Siraque, nasceu Santa Cruz do Rio Pardo - SP, morou no norte do Paraná e vieram para Santo André. Concluiu o primário em escola rural e o ginásio na escola estadual em Santo André (Carlina Caçapava de Melo), em sua vida como estudante foi reprovado na quinta série e ainda fez supletivo. Bacharelado na USP em direito, em seguida mestrado e doutorado na PUC. Escreveu um livro pela Saraiva, Controle Social da Administração Pública foi vereador de Santo André, presidente da câmara, deputado estadual e federal. É advogado.

Iniciou a vida pública nas comunidades de base da igreja católica, que inspirou, através da teologia da libertação. Atividade nos movimentos sindicais dos bancários, CUT, formação do PT, doutrina social da igreja católica. A minha inspiração não vem do PT, nem da política e sim cristã.

2- O que motivou a escrita do projeto de lei 0757/ 1999 que virou a lei 10.522/2000?

Do ponto de vista pedagógico eu tinha duas professoras em casa, atual esposa (Bete) e mãe (Dirce), do ponto de vista científico, Paulo Freire. Essencialmente, um fundamento filosófico, através da participação nos bairros e entornos, foi inspirado na ideia do Paulo Freire, ser humano buscar autonomia, liberdade, busca da cidadania. Não teria zica, dengue, se as escolas e igrejas participassem. Público é de todos, bem comum, busca da iniciação da pesquisa científica, principalmente, busca da cidadania, pessoa é responsável pelas escolas, pela comunidade. Violência nas escolas, 87% das escolas tinham uma forma de violência. Conseguiram trabalhar um pouco junto aos diretores após esse projeto. Um dos problemas é falta de participação e da relação da comunidade com a escola. Entendemos que a comunidade tem que compreender que a escola é dela, a igreja é dela, enfim, inclusive, a escola deveria ser aberta para a comunidade. Que a comunidade se apropriasse da preservação da escola, quadras para lazer aos finais de semana, escola deveria ser a referência do bairro. Conselho participativo para que a escola possa buscar sua legitimidade social. Antigamente as pessoas valorizavam mais a escola, fazer mutirão para pintar a escola, participação de fato ativa, a metodologia do professor para aquele que fosse o objetivo não era só integração, que eles pudessem transformar esse conhecimento em direito político. Santo André tinha orçamento participativo, o qual a comunidade colocava os problemas identificados, para não ficar na gaveta a ideia (como ficou

a própria lei), alguém iria ouvir, possibilidade de participação popular, poderia ser executado ou não, porém, explicado o que poderia causar tais e tais impactos. Era algo revolucionário, por que não implementaram? Por que se trata de um projeto político, mas eles entendem que é política partidária.

3- Quais documentos foram utilizados como base para a escrita da lei 10.522/2000? Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico (UNESCO, 1999) e A Ciência para o Século XXI: Uma nova visão e uma base para ação (UNESCO, 2003).

Certamente houve uma inspiração nesses documentos, porém, a lei é trabalho de leigos, o legislativo é formado por leigos com isso é democrático. Uma lei começa de um jeito para terminar do outro. Mas certamente teve inspiração, mas a inspiração já vinha de antes desses documentos da própria ONU. Muito baseado na experiência. A lei não é trabalho científico, ela nasce da inspiração em muitos debates, inspiração nesses documentos, mas não foi por isso que ela surgiu. Duas pessoas, Arlindo Lima, secretário de governo de Santo André, Gilmar Silvério, secretário da educação, ambos professores de história, Bete já estava comigo, professora Terezinha, entre tantos outros presentes em debates. Essa lei é de 2000, fui candidato a primeira vez em 1988. Saúde e educação são condições básicas para outros direitos de cidadania. É algo que vem sendo construído desde as comunidades de base, palestra, debates, a influência que nós recebemos vem dos frutos de experiências e vontade política. Aqui não existe uma referência biográfica, mas sim muitas pessoas, Rose Pavan que já foi presidente da APEOESP, assessoria jurídica própria casa, que ajudaram, projeto de lei para a lei não mudou muita coisa, é um processo. A ideia é que seja um processo também, o processo está no meio do caminho. Nós achávamos que seria implementado e ainda falariam que é deles, o Mario Covas era o governador, é um projeto bom para o governo, não vejo problema em sua implantação. Quando eu era vereador, tinha uma professora que fez o trabalho com um alunos sobre direito do consumidor, levou os alunos na loja para trocar uma televisão, depois surge a lei, é uma sequência, processo com altos e baixos até chegar na lei, diversos debates até em escolas, lembro de um sobre violência nas escolas, lembro por que foi no dia que Nasceu a Beatriz, 19 anos, então foram muitos debates, realizados na câmara de Santo André, alguns registrados, outros não registrados, prevenção da violência tem muito a ver, tinha muito problema em caixas d'água, não sei qual escola, pessoas limpar a caixa d'água, comunidade da igreja de Utinga, em tão é uma construção, poderiam pegar esse projeto e fazer melhor elaborado. Lei do desmanche é da minha autoria. Agora dizem que está funcionando. Poderiam ter feito isso aqui, mas não fizeram, estranho, isso seria bom para a comunidade de maneira geral. Por que tem uma ideia da Bete (escola de paz), segue a mesma linha. A ideia era trabalhar com a Companhia Ambiental

do Estado de São Paulo - CETESB, premiar professor, aluno, então eles podem regulamentar, fazer algo, mas teria muito avanço. Tem muitos projetos de outros deputados relacionados a violência, lá atrás não acreditavam muito na lei, hoje acho que é importante, mas antigamente não “achava que as leis iam ficar na formalidade e não adiantaria nada. Hoje tenho convicção que a lei deve existir para dar respaldo para o professor, hoje alguém entra com uma ação civil pública, se existe uma consciência na comunidade, qualquer pessoa pode fazer isso, ação civil pública no Ministério Público, dá um impacto maior, eu acho que é possível conversar com o secretário José Renato Nalini, de repente.

4- Já são pouco mais de 15 anos da lei, em sua opinião, o que falta para a SEESP coloca-la no cotidiano escolar?

Alunos, professores, reivindicarem da administração pública, APEOESP, entidades representativas dos professores reivindicarem. Professores com boa vontade para sobreviver, grêmios, união dos estudantes umes, esse projeto visa tudo isso, se não tiver o grêmio nas escolas, mas esse projeto visa isso, se tiver esse projeto, terá um grêmio na escola, eu vejo muitas reivindicamos, com o meio escolar, lutando pelo sustento, mas os projetos educacionais propriamente ditos não são discutidos, essa movimentação dos alunos com a ocupação das escolas. Se o secretário não discute com o diretor, diretoria regional-dirigente de ensino e com o professor, acha que ele vai discutir com a comunidade? Não vai. E para a escola se tornar a referência do bairro são necessárias discussões com a comunidade.

5- Quantos contatos o Sr. fez com a SEESP e qual sua expectativa da lei 10.522/2000 ser implementada?

Contato sempre é feito quando compareciam os representantes da secretaria da educação. Foram feitos debates, discuti com diversas pessoas e entidades da área (educação). A expectativa até agora estava no esquecimento até para nos autores, até por que vai desanimando, mas você aparecendo já fica mais animado de novo, com pensamento de que serviu para alguma coisa.

6- O senhor sabe de alguma prática pedagógica com a utilização da lei 10.522/2000 e quais os benefícios a lei poderia trazer para os nossos jovens do Ensino Médio e comunidade?

Não. Práticas antes da lei sim, mas ligação direta com a lei não. Exemplo das tampas da caixa d'água, mas isso antes bem antes da lei, em 1995. Não até porque vou confessar, porque muitas escolas que íamos para fazer debates, a diretora impedia. Aconteceu muitas vezes. Único sucesso que tivemos foi no lapso, onde nos reunimos para falar da violência nas escolas, marquei um café, na segunda reunião já foi ameaçado. Conseguimos fazer por cidade, estado na assembleia legislativa, mas depois não deixaram mais. A lei da abertura para falar de vários

assuntos. Mas daí Celso, você captou bem, ser muito aberto, por exemplo, é que quando a gente tenta provar algo, tem que aproveitar ao máximo, tinha algumas ideias de mediação de conflito, justiça restaurativa. Conversamos com juiz promotor, Eduardo Dias, você vai conversando ali, aqui.

Na verdade, isso aqui são exemplos (temas para o projeto), a história do bairro, a ideia era; vamos ensinar história, o professor vai falando da história do Brasil, vamos começar pela história da escola, algo palpável ao aluno, por exemplo, outro viés, uma parceria do projeto com empresas petroquímicas e outras, elas poderiam patrocinar. Discutir violência doméstica, quando você começa a chamar os pais, você começa a ter outros pontos positivos e o diretor, coordenador e professores vão ter mais respeito e conseqüentemente mais trabalho, pois trata-se de atividades interdisciplinares e participativas.

Se você pegar aqui tem vários exemplos de temas, essa movimentação com o projeto, isso aqui vai gerar uma grande discussão, falar que vai ser aprovado e executado algo proposto pela pesquisa do aluno, mas ao final o prefeito ia lá discutir orçamento participativo, ia lá a comunidade inteira, aí chama lá o comandante da polícia, aqui tem menos médico, policiamento entre outros problemas possíveis, para quem está afim de participação (ok), mas para quem não está vai incomodar. Essa era a ideia.

Os benefícios, participação com os problemas do bairro, desenvolvimento, cidadania ativa e a liberdade, politização das pessoas, não no sentido partidária, mais sim na formação, encontrar a solução junto as autoridades, saúde, educação, saneamento básico, se eu fosse prefeito, receberia todos os projetos e falaria, agora eles vão apresentar. Se a pessoa é mais aberta isso é bom para ela, político, no sentido de levantamento, expectativa que a cidadania pudesse se desenvolver em sua plenitude, acho que daria um trabalhão para a secretaria, câmara que não estivesse nessa linha participativa. Tem municípios que tem apenas uma escola e seria transformada a referência. Aqui ninguém meche. A escola é do estado, não é minha, lá no fundo, que a escola se transforme na referência do seu entorno. Até para proteção, debates, ser diretor da escola seria até motivo de orgulho, autoestima para os alunos, para todo mundo, lá no fundo, a escola é meu norte, é o centro, aqui que vou garantir meu futuro, recordações. Talvez eles não queiram isso e sim fechar a escola. Meritocracia. A escola não é só para aplicar testes. Escola municipal, o diretor tem a síndrome do poder de escola, da pior maneira possível, quando eu era deputado, fui brigar com a dona Lourdes, a diretora não queria deixar eu entrar e os professores me chamaram para fazer debate. Você vai desanimando.

Foi uma satisfação recebe-lo, esse projeto foi feito com muito carinho, com envolvimento de muitas pessoas e é gratificante saber que foi colocado em prática.

Agradeço a atenção e toda a disponibilidade de tempo para essa conversa, bate papo, entrevista ou diálogo como queira chamar.

## ANEXO A – Cronograma de Datas - Projeto de lei 0757/1999

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)

Andamento - Projeto de lei N° 0757/1999 – Norma <u>Lei n° 10522/2000</u>	
Data	Descrição
18/09/1999	Publicado no Diário da Assembléia, p. 0003
21/09/1999	Pauta de 1ª Sessão
27/09/1999	Pauta de 5ª Sessão
15/10/1999	Distribuição: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, CE - Comissão de Educação e CFO - Comissão de Finanças e Orçamento.
18/10/1999	Enviado à CCJ.
18/10/1999	Recebido pela CCJ, para distribuição.
04/11/1999	Distribuído ao Dep. Carlos Braga. Enviado ao PC.
05/11/1999	Recebido no PC e enviado ao Deputado.
19/11/1999	Devolvido ao PC e enviado à CCJ.
19/11/1999	Recebido com parecer favorável.
30/11/1999	Aprovado o parecer do relator.
30/11/1999	151ª Sessão Ordinária - Aprovado o requerimento de urgência.
01/12/1999	Publicado requerimento do Deputado Jilmar Tato solicitando adoção de regime de urgência na tramitação do PL (DA, p. 3).
01/12/1999	Recebido no PC e enviado à CE-Comissão de Educação.
02/12/1999	Entrada na CE.
06/12/1999	Solicitado RE. Ao STAM.
07/12/1999	Distribuído ao Dep. Edson Aparecido.
08/12/1999	Aprovado no Congresso de Comissões de Educação e de Finanças e Orçamento, o parecer da Relatora, deputada Mariângela Duarte, favorável à proposição. Ao PC.
08/12/1999	Devolvido ao PC e enviado ao STAM.
08/12/1999	Recebido do Protocolo das Comissões (s/n°).
08/12/1999	45ª Sessão Extraordinária - aprovado o projeto.
09/12/1999	Recebido no PC e enviado à DPL para elaboração de Minuta de Autógrafo.
10/12/1999	Publicados o Parecer n° 1630, de 1999, da CCJ, favorável; e o Parecer n° 1631/99, do Congresso das Comissões de Educação e Finanças e Orçamento, favorável (DA p. 7).
15/12/1999	Devolvido ao PC com Minuta de Autógrafo elaborada. Ao SPL.
15/03/2000	Publicado o Autógrafo 24.570 (DA, p. 5).
30/03/2000	Publicada Lei n° 10.522, de 29/3/00 (DOE p. 1).

## ANEXO B - Projeto de lei 0757/1999

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADO  
VANDERLEI SIRAGUE

SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO E  
PROTEÇÃO LEGISLATIVA

RGL 5894 de 20/09/99  
Audiado com 05 folhas  
Ass. \_\_\_\_\_

Projete-se inclua-se em  
pauta por CINCO sessões  
17 Setembro 99

Vanderlei Macris - Presidente

FLS. N.º 01  
RGL 5894  
PROTOCOLO  
LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N 757 1999º

Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a instituir o programa de desenvolvimento de atividades de pesquisa discente sobre temas incorporados no projeto pedagógico das unidades escolares de ensino médio.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Decreta:

**Artigo 1º**- Fica o poder Executivo, através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, autorizado a instituir o programa de desenvolvimento de atividades de pesquisa discente sobre temas incorporados no projeto pedagógico das unidades escolares de ensino médio.

**Artigo 2º** - Os projetos de pesquisas deverão ser elaborados e desenvolvidos por grupos de, no mínimo, quatro (4) a, no máximo, sete (7) alunos e deverão ser aprovados pelo Conselho de Escola.

**Artigo 3º**- Os projetos de pesquisas deverão ser inscritos, junto ao Conselho de Escola, até o dia 31 de abril de cada ano.

**Parágrafo único**- O Conselho de Escola terá o prazo de um mês para apreciá-los.

**Artigo 4º**- O prazo para o desenvolvimento da pesquisa será de, no máximo, seis (6) meses, após a aprovação do projeto.

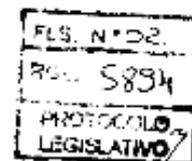
**Artigo 5º**- Cada projeto de pesquisa será acompanhado por, no mínimo, um professor orientador indicado pelo grupo de alunos que o desenvolverá e deverá ser referendado pelo Conselho de Escola.

**Parágrafo único** - O professor orientador poderá responsabilizar-se por, no máximo, dois (2) projetos de pesquisas.

**Artigo 6º**- O desenvolvimento da pesquisa e o resultado do trabalho deverá ter caráter interdisciplinar e deverá se utilizar de temas de interesse direto do

EXTRATO DO REGISTRO  
16 SET 11 25 38 042535

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)



cotidiano dos alunos e da comunidade onde a Unidade Escolar estiver localizada, tais como:

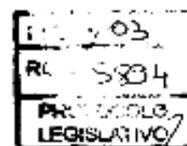
- I- A história do bairro;
- II- A classificação sócio econômica da comunidade que vive no entorno da Unidade Escolar;
- III- A relação entre os equipamentos públicos existentes no bairro e a quantidade de moradores, como Unidades de Saúde, Escolas, linhas de ônibus, delegacias de polícia, cartórios, parques, praças, equipamentos de lazer e cultura;
- IV- A realidade do bairro, como abastecimento de água, coleta de esgotos, coleta de lixo, iluminação pública, serviços públicos, poluição, enchentes, pavimentação, favelas, cortiços, arquitetura, congestionamento de trânsito, vigilância sanitária;
- V- A violência, o número de policiais e o índice de desempregados;
- VI- As igrejas, as religiões e movimentos sociais existentes na comunidade do entorno escolar;
- VII- Densidade demográfica e classificação por faixa etária;
- VIII- Propostas para melhorar a qualidade de vida dos moradores do bairro e para a transformação da realidade do entorno escolar;
- IX- A realidade da Unidade Escolar:
  - a) a participação e a relação entre os diversos segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, servidores, direção);
  - b) a classificação sócio-econômica-cultural dos diversos segmentos da comunidade escolar.

**Parágrafo único** – Caberá ao professor orientador articular-se com os professores das disciplinas afins para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto de pesquisa.

**Artigo 7º**- O professor orientador poderá utilizar parte de suas horas atividades para o desenvolvimento do trabalho de orientação.

**Artigo 8º**- O trabalho realizado pelo professor orientador será computado para efeito de evolução, por via não acadêmica, como prevê a lei 836/97, artigo 19, inciso II.

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)



**Artigo 9º-A** Secretaria de Educação do Estado de São Paulo promoverá, anualmente, mostras públicas dos trabalhos produzidos, proporcionando a troca de experiências entre as Unidades Escolares.

**Parágrafo Único-** As Unidades Escolares promoverão mostras públicas dos trabalhos produzidos, proporcionando a troca de experiências com a comunidade do bairro onde estiverem localizadas

**Artigo 10º-** O resultado dos trabalhos serão encaminhados, através do Conselho de Escola, às autoridades competentes para solucionar os problemas, eventualmente detectados nos bairros.

**Artigo 11º-** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

**Artigo 12º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

→ São Paulo,

Sala das Sessões, em de setembro de 1999.

VANDERLEI SIRAQUE  
Deputado Estadual

PT

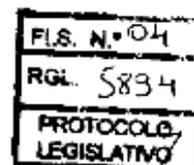
Sessão da Sessão e Orelheira  
Esta proposta contém  
assinaturas  
25/09/99  
Confirmação

## ANEXO C – Justificativa do Projeto de lei 0757/1999

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)



DEPUTADO  
VANDERLEI SIRAQUE



### JUSTIFICATIVA

A resolução nº3, de 26 de junho, de 1998, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, constituem-se num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania ativa e propiciando preparação básica para o trabalho.

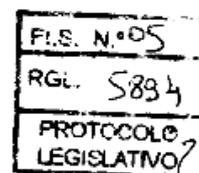
Essa mesma resolução, no seu artigo.8º, inciso I, trata da interdisciplinaridade, nas suas mais variadas formas, partindo do princípio de que todas as áreas do conhecimento mantêm um diálogo permanente entre si, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. No inciso II, do mesmo artigo é explicitada a idéia de que o ensino deve ir além da descrição e procurar constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir, cada uma com sua especificidade, para o estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou de ação.

O projeto que apresentamos visa justamente, a desenvolver no educando sua capacidade de problematizar o real, investigá-lo em seus vários aspectos e, sobretudo, de aprender a aprender. Mais ainda, ao propor a forma de trabalho em equipe, visamos contribuir para o desenvolvimento da capacidade de interação do indivíduo com o outro e a construção de identidades positivas, aspecto fundamental no exercício da cidadania ativa e participativa.

Portanto, o desenvolvimento de atividades de pesquisas discentes sobre questões relativas a temas interdisciplinares nas escolas de Ensino Médio, permite a construção de uma Educação de qualidade social, através da qual os indivíduos se tornem aptos ao questionamento, a problematização, à tomada de decisões coletivas possíveis e necessárias ao encaminhamento dos problemas de cada um e da comunidade onde vive e trabalha.

Apesar das pesquisas serem livremente definidas pelos alunos, professores orientadores e conselho escolar, sugerimos com muita ênfase os temas relacionados às comunidades onde as unidades escolares estão situadas, com o intuito de

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)



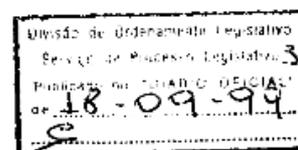
desenvolver na comunidade escolar a reflexão sobre a realidade onde vivem, estudam e trabalham e como podem e devem contribuir com a transformação desta realidade.

Os temas sugeridos, não podem levar apenas à pesquisas de campo, de coleta de dados, mas a uma análise científica relacionada às diversas áreas do conhecimento, por exemplo, em todos os temas poderá ser trabalhado a língua portuguesa, a matemática, a história, as ciências sociais. É apenas uma questão de deixar florir a criatividade, tanto dos alunos como dos orientadores.

O projeto visa, ainda, transformar a unidade escolar na referência da comunidade onde ela está instalada, pois acreditamos que a escola deve sair de seus muros para conhecer a realidade, de modo científico, para poder transformá-la, através de ações concretas. Para isto, basta seguir o adágio de “pensar globalmente, mas agir localmente”.

Quando a escola sai de seus muros e abre suas portas para se relacionar com a comunidade de seu entorno, ela se torna verdadeiramente pública e na referência dos seus vizinhos, os quais, conhecendo sua importância, colaboram com a sua proteção e segurança e respeitam a comunidade escolar.

Assim, este projeto vai além das pesquisas propriamente ditas, pois visa uma revolução nas relações entre as Unidades Escolares e seus alunos, profissionais da educação e a comunidade onde está localizada, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino e de vida, objetivando a preparação dos alunos para a vida, para a construção de um mundo melhor, começando pela sua escola, pela sua rua, pelo seu bairro.



## ANEXO D – Assinaturas do Projeto de lei 0757/1999

(Fonte: Acervo da Assembleia Legislativa SP)

Folha 6  
 Proc. 5894  
 \_\_\_\_\_  
 \*

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 107ª a 111ª Sessões Ordinárias (de 21 a 27/09/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 27/09/99

\_\_\_\_\_

*Handwritten notes and signatures at the top of the document, including the name 'COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA'.*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
 PROTOCOLO  
 ENTRADA EM 18/10/99  
 \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 ENTRADA  
 EM 18/10/99  
 \_\_\_\_\_  
 Secretária da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 Ao Senhor CARLOS BRAGA  
 com prazo para a votação mínima de 10 dias  
09/10/99  
 \_\_\_\_\_  
 Presidente

JUNTADA - Segue 04 fls.  
 numeradas sob n.º 91-10  
 E.T.A.M. 04-10-99 512010

## ANEXO E - LEI 10.522/2000

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, autorizado a instituir o Programa de Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa Discentes sobre Temas Incorporados ao Projeto Pedagógico das Unidades Escolares de Ensino Médio. Ver tópico

**Artigo 2º** - Os projetos de pesquisa deverão ser elaborados e desenvolvidos por grupos de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 7 (sete) alunos, bem como aprovados pelo Conselho de Escola. Ver tópico

**Artigo 3º** - Os projetos de pesquisa deverão ser inscritos junto ao Conselho de Escola, até o dia 31 de abril de cada ano. Ver tópico (1 documento)

**Parágrafo único** - O Conselho de Escola terá o prazo de 1 (um) mês para apreciá-los. Ver tópico

**Artigo 4º** - O prazo para o desenvolvimento da pesquisa será de, no máximo, 6 (seis) meses, após a aprovação do projeto. Ver tópico

**Artigo 5º** - Cada projeto de pesquisa será acompanhado por, no mínimo, um professor orientador, indicado pelo grupo de alunos que o desenvolverá e será referendado pelo Conselho de Escola. Ver tópico

**Parágrafo único** - O professor orientador poderá responsabilizar-se por, no máximo, 2 (dois) projetos de pesquisa. Ver tópico

**Artigo 6º** - O desenvolvimento da pesquisa e o resultado do trabalho deverão ter caráter interdisciplinar, e deverão se utilizar de temas de interesse direto do cotidiano dos alunos e da comunidade onde a unidade escolar estiver localizada, tais como: Ver tópico

**I** - a história do bairro; Ver tópico

**II** - a classificação socioeconômica da comunidade que vive no entorno da unidade escolar; Ver tópico

**III** - a relação entre os equipamentos públicos existentes no bairro e a quantidade de moradores, tais como: Ver tópico

a - unidade de saúde;

b - unidades escolares;

c - linhas de ônibus;

d - delegacias de polícia;

e - cartórios;

f - parques;

g - praças; e h - equipamentos de lazer e cultura;

**IV** - a realidade do bairro, com relação a: Ver tópico

a - abastecimento de água;

b - coleta de esgotos;

c - coleta de lixo;

d - iluminação pública;

e - serviços públicos;

f - poluição;

g - enchentes;

h - pavimentação;

i - favelas;

j - cortiços;

k - arquitetura;

l - congestionamento de trânsito;

m - vigilância sanitária;

**V** - a violência, o número de policiais e o índice de desempregados; Ver tópico

**VI** - as igrejas, as religiões e movimentos sociais existentes na comunidade do entorno da escola; Ver tópico

**VII** - densidade demográfica e classificação por faixa etária; Ver tópico

**VIII** - propostas para melhorar a qualidade de vida dos moradores do bairro e para transformação da realidade no entorno da escola; Ver tópico

**IX** - a realidade da unidade escolar: Ver tópico

a - a participação e a relação entre os diversos integrantes da comunidade escolar, tais como alunos, professores, servidores, direção;

b - a classificação socioeconômica e cultural dos diversos integrantes da comunidade escolar.

**Parágrafo único** - Caberá ao professor orientador articular-se com os professores das disciplinas afins para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto de pesquisa. Ver tópico

**Artigo 7º** - O professor orientador poderá utilizar parte de suas horas-atividade para o desenvolvimento do trabalho de orientação. Ver tópico (185 documentos)

**Artigo 8º** - O trabalho realizado pelo professor orientador será computado para efeito de evolução, por via não acadêmica, como prevê o inciso II, do artigo 19 da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997. Ver tópico

**Artigo 9º** - A Secretaria da Educação promoverá, anualmente, mostras públicas dos trabalhos produzidos, proporcionando-se a troca de experiências entre as unidades escolares. Ver tópico

**Parágrafo único** - As unidades escolares promoverão mostras públicas dos trabalhos produzidos, proporcionando-se a troca de experiências com a comunidade do bairro onde estiverem localizadas. Ver tópico

**Artigo 10** - Os resultados dos trabalhos serão encaminhados através do Conselho de Escola às autoridades competentes, para solucionarem eventuais problemas detectados nos bairros. Ver tópico (1 documento)

**Artigo 11** - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Ver tópico (1 documento)

**Artigo 12** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Ver tópico

Palácio dos Bandeirantes, aos 29 de março de 2000.

Mário Covas

Teresa Roserley Neubauer da Silva

Secretária da Educação Celino Cardoso Secretário - Chefe da Casa Civil

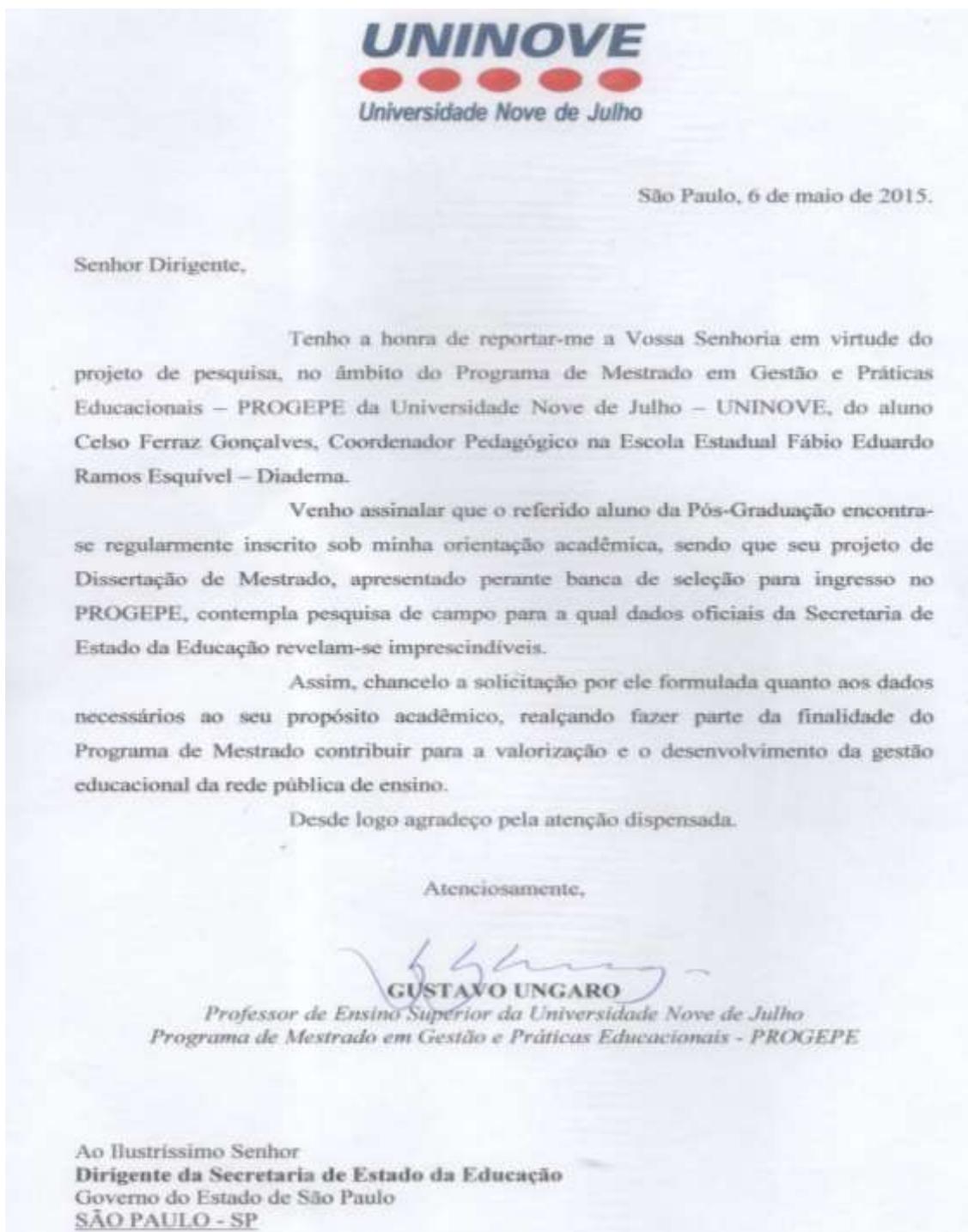
Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de março de 2000.

Secretário do Governo e Gestão Estratégica Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de março de 2000.

**ANEXO F - Documento de solicitação UNINOVE – Chancela o documento elaborado pelo professor (APÊNDICES F,G,H e I).**

(Fonte: Orientador Gustavo Gonçalves Ungaro - UNINOVE)



## ANEXO G - Documento de resposta SEESP

(Fonte: CGEB – DEGEB - CEFAF – setores internos da SEESP)

127  
04



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
 Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB  
 Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação  
 Básica - DEGEB  
 Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação  
 Profissional - CEFAF

**PROCESSO Nº 0100/1110/2015**  
**ASSUNTO:** Solicitação de escolas que possuam atividades de pesquisa.  
**INTERESSADO:** Celso Ferraz Gonçalves

Trata-se de solicitação de relação de escolas que possuam atividades de pesquisa realizadas na rede estadual de ensino, a fim de compor parte da pesquisa acadêmica desenvolvida pelo Professor Coordenador Celso Ferraz Gonçalves em sua dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais realizado na Universidade Nove de Julho (Uninove).

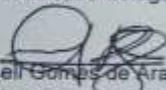
As atividades citadas abrangem o Prêmio Jovem Cientista, Cadastro de Projetos Descentralizados da SEESP (PRODESC) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

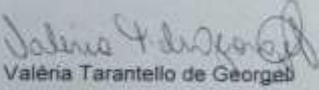
No que tange à solicitação, salientamos que as escolas possuem autonomia para inscrever-se em eventos como o Prêmio Jovem Cientista, organizado pelo CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Por tratar-se de certame com inscrição por adesão, organizado por entidade de outra esfera, não contamos com registro dessas ações. Com relação ao desenvolvimento de projetos por meio do Cadastro de Projetos Descentralizados – PRODESC – informamos que a ferramenta não conta com dispositivos para realizar o levantamento desses dados. Outrossim informamos que não temos conhecimento de escolas que solicitem Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em sua prática habitual.

Diante do exposto, propomos o encaminhamento do expediente ao Gabinete da Coordenadora para dar ciência ao interessando.

À consideração superior.

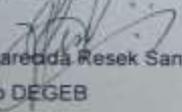
São Paulo, 03 de agosto de 2015.

  
 Roseli Gomes de Araujo da Silva  
 Equipe Curricular de Ciências da Natureza

  
 Valéria Tarantello de Georget  
 RG. 9.808.903  
 Diretor Técnico II - CEFAF

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete da Coordenadora.

17/08/2015

  
 Regina Aparecida Resek Santiago  
 Diretora do DEGEB

De acordo. Encaminhe-se conforme o proposto.

31/8/2015

1/1

## ANEXO H - Documento de resposta DE

(Fonte: Diretoria de Ensino de Santo André)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

---

Santo André, 29 de Julho de 2015.

**Protocolo nº 3292/1026/2015**

**Assunto:** "Nome das escolas da Diretoria de Ensino de Santo André inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldos acadêmicos ou que sigam as diretrizes da Lei 10.522/00, nos anos de 2012, 2013 e 2014".

**Interessado:** Prof<sup>o</sup> Celso Ferraz Gonçalves

**Resultado:** nesta Diretoria de Ensino nos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve alunos participantes do Prêmio Jovem Cientista.  
As escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldos acadêmicos ou que seguiram as diretrizes da Lei 10.522/00, temos:

2014 - PRODESC		
Unidade Escolar	Projeto	Observações
EE Celso Gama, Dr.	Revista Diário da Sexualidade	
EE Nadir Lessa Tognini, Prof <sup>o</sup>	Resgatando a memória da EE Nadir Lessa Tognini	
EE Pércio Puccini, Prof <sup>o</sup>	História Oral	
EE Wanda Bento Gonçalves, Prof <sup>o</sup>	Leitores em Evidência	
EE Jardim Riviera	Conhecendo a história e cultura afro-brasileira	E outras atividades e pesquisas de caráter científico
2013- PRODESC		
EE Celso Gama, Dr	Revista Diário da Sexualidade	
EE Nadir Lessa Tognini, Prof <sup>o</sup>	Jornal da Escola	
EE Jardim Riviera	Trabalho e alimentação: quanto ganha e quanto paga...	E outras atividades e pesquisas de caráter científico
EE Ondina Rivera Miranda Cintra, Prof <sup>o</sup>	Nordeste: palavra, imagem e som	
2012 - PRODESC		
EE Ondina Fátima, Prof <sup>o</sup>	Reconhecimento ambiental	

RUA SÃO FRANCISCO Nº 1246 - BARRIO JARDIM - SANTO ANDRÉ - CEP 09060-000  
TELEFONO: 4633-7000 - e-mail: 2512602@educacao.sp.gov.br - Site Page: <http://educacao-diretoria.educacao.sp.gov.br>

(Fonte: Diretoria de Ensino de Santo André)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

	sustentabilidade	
EE Oscaivo de Paula e Silva, Profª	Confeção de um livro: Bullying	

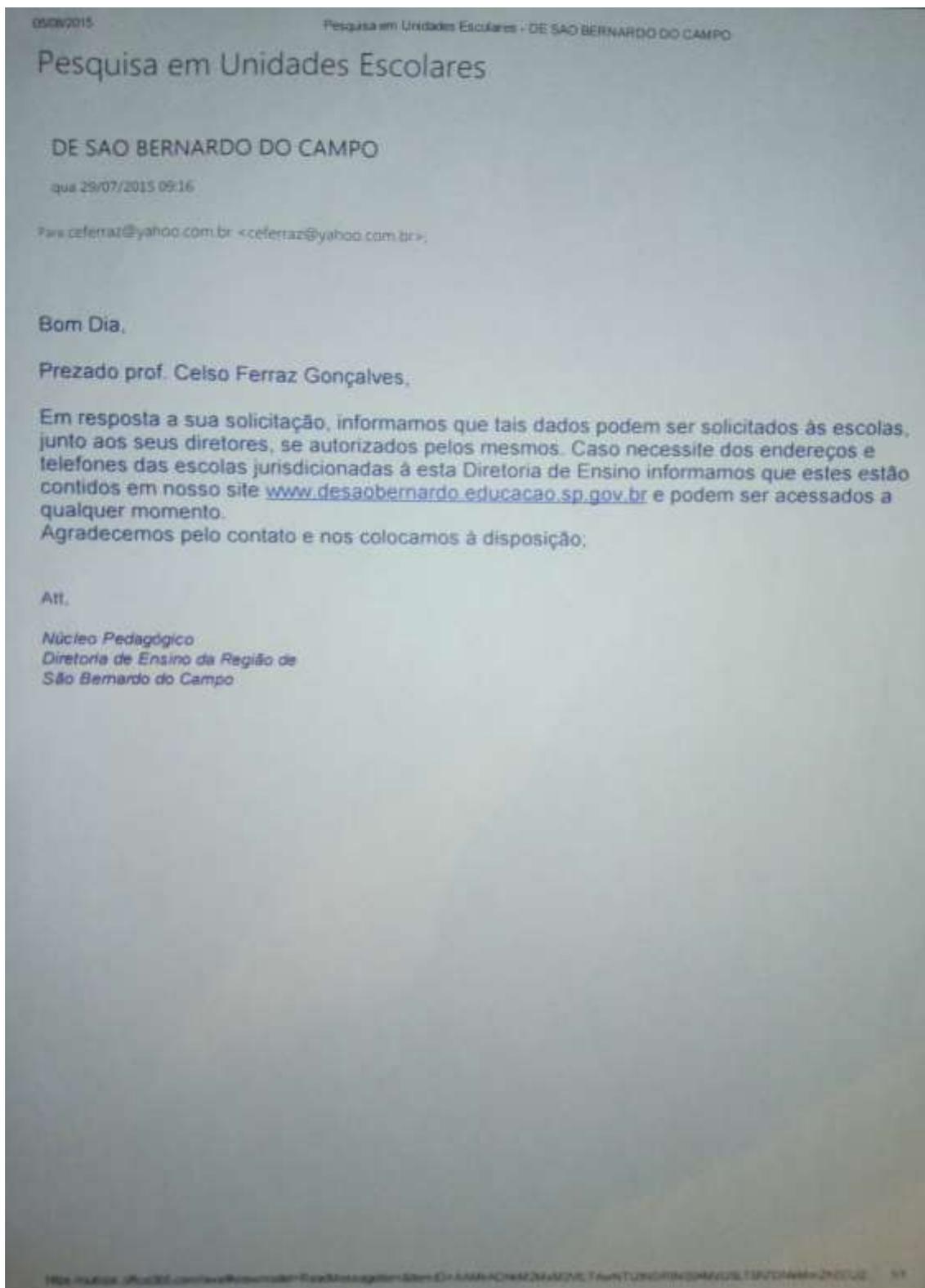
Os demais projetos realizados através do PRODESC não atendem ao solicitado pelo professor.

Sem mais,

  
Prof.ª Dr.ª Rosalinda  
RG. 26.121.805-0  
Prof. Coord. H. Pedagogia-BIOLOGIA  
DER-Santo André

## ANEXO I - Documento de resposta DE

(Fonte: Diretoria de Ensino de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul)



## ANEXO J - Documento de resposta DE

(Fonte: Diretoria de Ensino de Diadema)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE DIADEMA  
Rua Cristóvão Jaques, nº. 113 - Vila Nogueira - Diadema - SP  
CEP 09942-190 - Tel: (11) 4053-3800 - E-mail: [dedia@educacao.sp.gov.br](mailto:dedia@educacao.sp.gov.br)

**PROTOCOLADO:** 49510172015

**INTERESSADO:** Celso Ferraz Gonçalves

**ASSUNTO:** Documento com o nome das escolas da Diretoria de Ensino de Diadema inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da L.EI 10.522/00, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

### PARECER DA SUPERVISÃO:

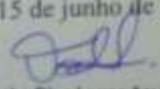
Conforme solicitação enviada pelo professor Celso Ferraz Gonçalves, em 22/05/2015, informamos o que segue:

PRODESC/2014 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades Escolares dos Anos Iniciais, Finais e de Ensino Médio.

UNIDADE ESCOLAR	NOME DO PROJETO	Nº DE ALUNOS ENVOLVIDOS
Diadema	Uso da sala de informática no processo de produção intelectual dos alunos e professores do ensino médio	30
Gregorio Bezerra Deputado	Projeto Profissões 2014	361
Fabio Eduardo Ramos Esquivel	Ficfere (Fórum de iniciação científica Fabio Eduardo Ramos Esquivel)	280

À consideração superior.

Diadema, 15 de junho de 2015.

  
Valeska Dias Lopes Amorim  
RG. 34.020.004-2  
Supervisor de Ensino

(Fonte: Diretoria de Ensino de Diadema)

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE DIADEMA**  
Rua Cristóvão Jaques, nº. 113 - Vila Nogueira - Diadema - SP  
CEP 09942-190 - Tel: (11) 4053-3800 - E-mail: [dedia@educacao.sp.gov.br](mailto:dedia@educacao.sp.gov.br)

**PROTOCOLADO:** 49510172015  
**INTERESSADO:** Celso Ferraz Gonçalves  
**ASSUNTO:** Documento com o nome das escolas da Diretoria de Ensino de Diadema inscritas no Prêmio Jovem Cientista e as escolas inscritas no PRODESC com projetos relacionados às atividades de pesquisa discente em moldes acadêmicos ou que sigam as diretrizes da LEI 10.522/00, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

**DESPACHO DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO**

Acolho o parecer do supervisor. Devolva-se uma cópia para o interessado e outra cópia permaneça no arquivo da Diretoria.

Diadema, 15 de junho de 2015.

  
Eliane de Oliveira  
DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO

Página 2 de 2

## ANEXO K - Questionário respondido pela E1

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

**Questionário de análise "Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio"**

Nome da escola: Paulista Santos  
 Responsável: Pauline PPT - Biólogo  
 Cargo ou função: Professora PPT - Biólogo  
 Cidade e UF: Diadema SP  
 Telefone: 4057-2759

Como é avaliada a pesquisa discente no Ensino Médio?  
 Sim  Não

As atividades de pesquisa discente seguem os procedimentos da Lei 10.522/2000?  
 Sim  Não (Prejudicado)

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?  
Discutido pelo aluno

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos níveis acadêmicos abrangendo:  
 Sim  Não (Prejudicado)

Orientações da equipe gestora para professores?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Orientações da equipe gestora para alunos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Orientações entre professores e alunos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 As ATPCs são utilizadas para as orientações?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Relatórios dos professores sobre essas orientações?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção?  Sim  Não (Prejudicado)

Acompanhamento periódico dos orientadores?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho?  Sim  Não (Prejudicado)

Modelo de documento "word", conforme ABNT, para entrega padronizada?  
 Sim  Não (Prejudicado)  
 Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Como é avaliada a pesquisa dos alunos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 A nota é distribuída entre as disciplinas?  Sim  Não (Prejudicado)

Nome da escola: E1

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Apresentação dessa construção para bancas de professores de unidade escolar em evento próprio?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Há banca de professores internos para apreciação dos trabalhos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizado?  Sim  Não (Prejudicado)  
 Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?  Sim  Não (Prejudicado)

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos?  Sim  Não (Prejudicado) Sim, VVBA  
 A Lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa discente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola teria adequar ou participar para inserir a conforme seus interesses?  
 Sim  Não (Prejudicado)

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?  
 Nº de professores envolvidos? 1  
 Nº de alunos envolvidos? 30  
 Nº de pais envolvidos? 1  
 Quanto tempo a escola convive com as atividades de pesquisa discentes? 1  
Não vigente.

## ANEXO L - Questionário respondido pela E2

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

E2

Questionário de análise "Atividades de pesquisa docente no Ensino Médio"

Nome da escola: EE Fabio Eduardo Rossi Espinal

Responsável: Edo Furti Gombos

Cargo ou função: Prof. DEBII

Condição: a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa docente no Ensino Médio?

Sim ( ) Não

As atividades de pesquisa docente seguem os apontamentos da lei 10.522/00?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?

tema escolhido em publicações

---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos moldes acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Orientações da equipe gestora para alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As ATPCs são utilizadas para as orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Relatórios dos professores sobre essas orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Trabalho específico de leitura e escrita para sua constituição?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

acompanhamento periódico dos orientadores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Atas específicas para preservar informações da elaboração do trabalho?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Módulo de documento "Word", conforme ABNT, para entrega padronizada?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como é avaliada a pesquisa dos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A nota é distribuída entre as disciplinas?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

---

Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo (anos de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Avaliação dos alunos para os seus orientadores (anos de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A pesquisa finalizada é encoberta?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As pesquisas encobertas ficam a disposição dos alunos ou docentes?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Módulo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Apreciação dessa constituição para busca de professores da atividade escolar em evento próprio?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Há busca de professores interessados para aplicação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Há participação de professores existentes para apreciação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Os alunos recebem certificados de conclusão de trabalho realizados?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODI-SP, ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A lei 10.522/2000 que estrutura e disciplina toda atividade de pesquisa docente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola se aplica adequar ou participar para manter a entidade suas diretrizes?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da escola?

Nº de professores envolvidos? 1

Nº de alunos envolvidos? 20

Nº de pais envolvidos? 20

Quanto tempo a escola convoca com as atividades de pesquisa docente? 1

Vigente

## ANEXO M - Questionário respondido pela E4

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

Questionário de análise "Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio"

Nome da escola: Unio Gms. Dr. Felipe Rodrigues Rus

Responsável: Prof. Felipe Rodrigues Rus

Cargo ou função: Professor

Conferir a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa discente no Ensino Médio?

( ) Sim  Não

As atividades de pesquisa discente seguem os apontamentos da lei 10.522/00?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Como são executados os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?

A disciplina

---



---



---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos moldes acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Orientações da equipe gestora para alunos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As ATPCs são utilizadas para as orientações? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Relatórios dos professores sobre essas orientações? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Atualmente há um periódico dos orientadores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento "Word", conforme ABNT, para entrega padronizada?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como é avaliada a pesquisa dos alunos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A nota é distribuída entre as disciplinas? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

**E4**

Atividade dos alunos para os integrantes do grupo (notas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Atividade dos alunos para os seus orientadores (notas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A pesquisa finalizada é encoberta?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As pesquisas encobertas ficam a disposição dos alunos na biblioteca?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Apresentação dessa construção para bancas de professores da unidade escolar em evento pedagógico?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Há bancas de professores internos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizados? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PROGESS ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa discente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola separa adotar ou participar para isso de acordo com suas diretrizes?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?

Nº de professores envolvidos? 7

Nº de alunos envolvidos? 200

Nº de pais envolvidos? 50

Quando tempo a escola convive com as atividades de pesquisa discentes? 3 ano

*Letícia*  
Prof. de Língua Portuguesa

Primeiro Prof. do Brasil - 2014 *Vigilante*

# ANEXO N - Questionário respondido pela E5

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

**E5**

Questionário de análise "Atividades de pesquisa docente no Ensino Médio"

Nome da escola: Dr. Carlos F. A. Paldi, Ind  
 Responsável: Rubia A. K. Cabral de Souza  
 Cargo ou função: Vice Diretora  
 Contato: Lei 10.522/2000, que regula a atividade de pesquisa docente no Ensino Médio?

( ) Sim  Não

As atividades de pesquisa docente seguem os apontamentos da Lei 10.522/00?  
 ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisa no Ensino Médio?  
Prejudicado

---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos moldes acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado  
 Orientações da equipe gestora para alunos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado  
 Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
 As ATPCs são utilizadas para as orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
 Relações dos professores sobre estas orientações? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado  
 Trabalho específico de leituras e escrita para sua construção?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

acompanhamento periódico dos orientadores? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado  
 Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento "Bibli", conforme ABNT, para entrega padronizada?  
 Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
 Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
 Como é avaliada a pesquisa dos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
 A nota é distribuída entre as disciplinas? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

1. Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo (notas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

2. Avaliação dos alunos para os seus orientadores (notas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

3. A pesquisa finalizada é encadeada? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

4. As pesquisas encadeadas ficam a disposição dos alunos na biblioteca? ( ) Sim ( ) Não  Prejudicado

5. Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?  
 ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

6. Apresentação dessa contribuição para bancas de professores da unidade escolar em evento próprio?  
 ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

7. Há banca de professores insetos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

8. Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

9. Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizado? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

10. Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

11. A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC, no outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

12. A Lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa docente está vigente e aprimoradamente 15 anos, a escola optaria adequar ou participar para inscri-la conforme suas diretrizes?  
 ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?  
 Nº de professores envolvidos? 10  
 Nº de alunos envolvidos? 2  
 Nº de pais envolvidos? 0  
 Quanto tempo a escola transcorre com as atividades de pesquisa docentes? 1  
Não

## ANEXO O - Questionário respondido pela E7

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

E7

Questionário de análise "Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio"

Nome da escola: Núcleo Lusa Tragnini, Itab

Responsável: Gueli Ap. dos Santos m. de L. da

Cargo ou função: Coordenadora Pedagógica

Combece a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa discente no Ensino Médio?

Sim ( ) Não

As atividades de pesquisa discente seguem os apontamentos da lei 10.522/00?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?

- Jurd. - livros e artigos - Escolhimento pela  
aluna

---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, teses, mondes acadêmicas abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Orientações da equipe gestora para alunos?  Sim  Não ( ) Prejudicado

Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As ATPCs são utilizadas para as orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Relatórios dos professores sobre essas orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Acompanhamento periódico dos orientadores? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento "Word", conforme ABNT, para entrega padronizada? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como é avaliada a pesquisa dos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A nota é distribuída entre as disciplinas?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

---

Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo (escas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Avaliação dos alunos para os seus orientadores (nota de 0 a 10)? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A pesquisa finalizada é encadeada? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

As pesquisas ~~encadeadas~~ ficam a disposição dos alunos na biblioteca?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Apresentação dessa construção para buscas de professores da unidade escolar em evento próprio? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Há busca de professores internos para apreciação das trabalhos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizado? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A Lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa discente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola gostaria adequar ou participar para melhorar conforme suas diretrizes?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?

Nº de professores envolvidos? 3 - 6

Nº de alunos envolvidos? 100 - 40

Nº de pais envolvidos? 2 - 3

Quanto tempo a escola convive com as atividades de pesquisa discentes? 1-3

Não vigile.

E. E. Prop. Nelly Lusse Tragnini

## ANEXO P - Questionário respondido pela E8

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

**Questionário de análise "Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio"**

Nome da escola: E. E. Prof. Ondina M. R. Cento

Responsável: Fátima do Silva

Cargo ou função: coordenadora

Conhece a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa discente no Ensino Médio?  
 Sim ( ) Não  
Prof. Patricia da Silva  
RG: 21.374.381-5  
Coord. Pedagógica

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?  
livro do grupo

---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos moldes acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Orientações da equipe gestora para alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As ATPCs são utilizadas para as orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Relatórios dos professores sobre essas orientações?  Sim  Não ( ) Prejudicado

Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Acompanhamento periódico dos orientandos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento "Word", conforme ABNT, para entrega padronizada?  
 Sim  Não ( ) Prejudicado

Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como é avaliada a pesquisa dos alunos?  Sim  Não ( ) Prejudicado

A nota é distribuída entre as disciplinas?  Sim  Não ( ) Prejudicado

---

Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo (nota de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Atividade dos alunos para os seus orientadores (nota de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A pesquisa finalizada é encadeada?  Sim  Não ( ) Prejudicado

As pesquisas encadeadas ficam a disposição dos alunos na biblioteca?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?  
 Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Apresentação dessa constituição para bancas de professores da unidade escolar em evento próprio?  
 Sim  Não ( ) Prejudicado

Há banca de professores internos para apreciação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos?  Sim  Não ( ) Prejudicado

Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizado?  Sim  Não ( ) Prejudicado

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa discente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola optaria adequar ou participar para insatir-la conforme suas diretrizes?  
 Sim ( ) Não  Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?

Nº de professores envolvidos? 13

Nº de alunos envolvidos? 500

Nº de pais envolvidos? 3

Quanto tempo a escola dispõe com as atividades de pesquisa discentes? 1

Não vale

## ANEXO Q - Questionário respondido pela E9

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

E9

Questionário de análise "Atividades de pesquisa discente no Ensino Médio"

Nome da escola: **PROF. OSCAR DE PAULA E SILVA**

Responsável: **ROBERTO DE OLIVEIRA**

Cargo ou função: **PROFESSOR**

Comece a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa discente no Ensino Médio?

( ) Sim  Não

As atividades de pesquisa discente seguem os apontamentos da lei 10.522/00?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?

**Podem ser os alunos em dupla discutindo**

---

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos moldes acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Orientações da equipe gestora para alunos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Orientações entre professores e alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As ATFCs são utilizadas para as orientações?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Relatórios dos professores sobre essas orientações? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Acompanhamento periódico dos orientadores?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Aulas específicas para passarem informações da elaboração do trabalho?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento "Word", conforme ABNT, para entrega padronizada?

( ) Sim  Não ( ) Prejudicado **Lo Sotelo**

Entrega da parte escrita pelos alunos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como é avaliada a pesquisa dos alunos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A nota é distribuída entre as disciplinas? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

Avaliação dos alunos para os integrantes do grupo (notas de 0 a 10)?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Avaliação dos alunos para os seus orientadores (notas de 0 a 10)? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A pesquisa finalizada é encadernada?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

As pesquisas encadernadas ficam a disposição dos alunos na biblioteca?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado **livre**

Apreciação dessa construção para bancas de professores da unidade escolar em evento próprio?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Há banca de professores internos para apreciação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Há participação de professores externos para apreciação dos trabalhos?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Os alunos recebem certificados de conclusão do trabalho realizado?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado **livre**

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar?  Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos? ( ) Sim  Não ( ) Prejudicado

A lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa discente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola teria adequare ou participar para inseri-la conforme suas diretrizes?

Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?

Nº de professores envolvidos? **70 (total)**

Nº de alunos envolvidos? **150**

Nº de pais envolvidos? **500**

Quanto tempo a escola convive com as atividades de pesquisa discentes? **4**

**Roberto Oliveira**

## ANEXO R - Questionário respondido pela E10

(Fonte: Escola Estadual da região do Grande ABCD)

**Questionário de análise "Atividades de pesquisa docente no Ensino Médio"**

Nome da escola: *E.E. Prof. Pádua Luciani*

Responsável: *Adriano de Leme*

Cargo ou função: *Vice Diretor de Escola*

Contato: a Lei 10.522/2000, que respalda a atividade de pesquisa docente no Ensino Médio?

( ) Sim (X) Não

As atividades de pesquisa docente seguem os apontamentos da lei 10.522/00?

( ) Sim (X) Não

Como são escolhidos os temas para as atividades de pesquisas no Ensino Médio?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

A escola possui um trabalho estruturado de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, nos níveis acadêmicos abrangendo:

Orientações da equipe gestora para professores? ( ) Sim (X) Não

Orientações da equipe gestora para alunos? ( ) Sim (X) Não

Orientações entre professores e alunos? ( ) Sim (X) Não

As ATDCs são utilizadas para as orientações? ( ) Sim (X) Não

Relatório dos professores sobre essas orientações? ( ) Sim (X) Não

Trabalho específico de leitura e escrita para sua construção? ( ) Sim (X) Não

E10

Modelo de documento para apresentação em "PPT", para entrega padronizada?

( ) Sim (X) Não

Apresentação dessa instituição para bancas de professores da unidade escolar em evento próprio?

( ) Sim (X) Não

Ha busca de professores internos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim (X) Não

Ha participação de professores externos para apreciação dos trabalhos? ( ) Sim (X) Não

Os alunos recebem certificações de conclusão do trabalho realizado? ( ) Sim (X) Não

Os alunos apresentam seus trabalhos fora do ambiente escolar? ( ) Sim (X) Não

A escola está inscrita no Programa Jovem Cientista, no PRODESC ou outro tipo de projeto ou programa incentivado pelos órgãos públicos? ( ) Sim (X) Não

A lei 10.522/2000 que estrutura e direciona toda atividade de pesquisa docente está vigente e aproximadamente 15 anos, a escola teria adequado ou participar para inserir-la conforme suas diretrizes?

( ) Sim (X) Não

Como essas informações são aplicadas na prática da ação?

Nº de professores envolvidos? \_\_\_\_\_

Nº de alunos envolvidos? \_\_\_\_\_

Nº de pais envolvidos? \_\_\_\_\_

Quanto tempo a escola envolve com as atividades de pesquisas docentes? \_\_\_\_\_





## ANEXO T – Diretorias da Grande São Paulo

(Diretorias da região do Grande ABCD Paulista – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).

(Fonte: Fonte: <[http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Map\\_GSP\\_Diretoria.asp](http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Map_GSP_Diretoria.asp)>.)



